

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL
NÚCLEO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS E TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS
DE SUBJETIVAÇÃO

Performances do vínculo na Política de Assistência Social: um objeto múltiplo

LUCIANA RODRIGUES

Porto Alegre
2017

LUCIANA RODRIGUES

Performances do vínculo na Política de Assistência Social: um objeto múltiplo

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Psicologia Social e Institucional. Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi

Porto Alegre
2017

Banca Examinadora

Profa. Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Dra. Berenice Rojas Couto
(Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS))

Profa. Dra. Irme Salete Bonamigo
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

Profa. Dra. Cleci Maraschin
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Dra. Paula Sandrine Machado
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Ao Apolo que, com muito amor, nasceu junto com essa tese. Obrigada por ajudar a mamãe a esquecerla para, meses depois, voltar a escrever com mais carinho.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Neuza M. de F. Guareschi, que me deixou voar livre e longe, mesmo sabendo que eu pretendia “abandonar” nosso querido careca (a saber, Michel Foucault!). Muito obrigada por confiar e apostar na potencialidade dessa tese – e mais ainda, pela tranquilidade com que o fez!

À professora Isa Baud, por me receber e acompanhar meu trabalho como co-orientadora no estágio de doutorado sanduíche, na *University of Amsterdam*.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), por tornar possível a dedicação exclusiva à escrita dessa tese.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela oportunidade de realizar o estágio de doutorado sanduíche na Universidade de Amsterdam.

À equipe de trabalho do CRAS em exercício durante minha saída de campo. Obrigada por me acolher como pesquisadora e apostar nos movimentos que a experiência do campo pode gerar.

Ao Grupo *E-politics*, pelos anos de discussão que me impulsionaram a pensar e reinventar meu percurso como pesquisadora.

À Arthi e Margherita, pela amizade que me permitiu mais leveza durante o sanduíche. Agradeço pela paciência em longas conversas com alguém cujo inglês não era lá essas coisas.

Aos meus pais, Lizete e Waldemar, por me acolher com muito carinho enquanto eu escrevia e, principalmente, pelos momentos de cuidado com meu filho durante o processo de escrita.

Ao Carlos Baum, pelo afeto de cada dia e pelas inúmeras vezes que, com atenção, me escutou falar da tese – com tanto entusiasmo que, se eu deixasse, ele teria escrito sua versão própria dela.

À Ori, Pablo e Carol, pela acolhida e discussões em terras distantes.

À Lilian Rodrigues da Cruz, cuja amizade tem acompanhado minha trajetória acadêmica. Obrigada pela parceria e reflexões que materializaram o tema dessa tese.

À Camila Backes e ao Lucas Goulart, que junto comigo e o Carlos Baum criaram nossa Oficina de Escrita, que depois virou oficina de bebês e, segundo o

Lucas, também um grupinho do amor – porque além de suporte acadêmico a gente precisa de um cinturão de afeto!

RESUMO

O vínculo familiar e comunitário é um operador importante da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Segundo um de seus documentos, ele é uma meta que perpassa todas as suas normatizações. Frente a essa centralidade, esta tese buscou investigar, a partir das proposições dos Estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade e da Teoria Ator-Rede, as redes de práticas heterogêneas pelas quais o vínculo é performado (*enacted*) como objeto da Política. Nesse sentido, o vínculo não se constitui como um mero laço ou associação entre diferentes elementos, mas como um objeto imaterial que só ganha existência na PNAS porque constantemente sustentamos e cultivamos redes de práticas que o produzem. Ou seja, ele só passa a existir porque diferentes atores atuam incessantemente para sua fabricação. Desse modo, a primeira parte do trabalho é uma aposta política em traçar um caminho investigativo, ao campo das políticas públicas/sociais, que se distancia dos estudos foucaultiano – perspectiva já consolidada em pesquisas sobre o tema. Na segunda parte a construção da tese se organiza em quatro movimentos de análise. O movimento 1 mostra a rede de práticas que performa o vínculo como objeto da Política em sua forma documental (domínio da política), através da análise do Caderno “Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”; o movimento 2 descreve as redes de práticas que advém do campo de conhecimento da Psicologia (domínio teórico-científico) e que compõe o vínculo como objeto da PNAS; o movimento 3 discute as práticas cotidianas de um Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) da cidade de Porto Alegre e, finalmente, o movimento 4 se detém a relação/implicação da performance do vínculo com o exercício da cidadania. Nesse sentido, o percurso dessa tese busca fomentar o exercício ético de pensarmos sobre o que realmente queremos para o coletivo com o qual trabalhamos. Portanto, uma provocação, que busca abrir brechas para que possamos olhar para as práticas desse campo de modo a ver mais possibilidades do que impossibilidades ao trabalho cotidiano.

Palavras-chave: Performance, Vínculo, Assistência Social, Psicologia, Teoria Ator-rede.

ABSTRACT

The family and community bond is an important operator of the National Social Assistance Policy (PNAS). According to one of its documents, it is a goal that pervades all its norms. In view of this centrality, this thesis sought to investigate, from the propositions of the Science and Technology Studies and of the Actor-Network Theory, the networks of heterogeneous practices by which the bond is performed (enacted) as object of the Policy. In this sense, the bond does not constitute a mere link or association between different elements, but as an immaterial object that only obtain existence in the PNAS because we constantly sustain and cultivate networks of practices that produce it. Thereby, it only comes into existence because different actors act ceaselessly for its fabrication. In this way, the first part of this work is a political commitment to draw an investigative path, in the field of public / social policies, which distances itself from Foucaultian studies - a perspective already consolidated in research on this subject. In the second part the construction of the thesis is organized in four analysis movements. Movement 1 shows the network of practices that enact the bond as object of the Policy in its documents (domain of politics), through the analysis of the Notebook "Conception of Living Together and Strengthening of Bonds"; The movement 2 describes the networks of practices that come from the field of knowledge of Psychology (theoretical-scientific domain) and that composes the bond as object of the PNAS; The movement 3 discusses the daily practices of a Service of Protection and Integral Assistance to the Family (PAIF) of the city of Porto Alegre and, finally, the movement 4 focuses in the relation/implication of the performance of the bond with the exercise of citizenship. In this sense, the course of this thesis seeks to promote the ethical exercise of thinking about what we really want for the collective with which we work. Therefore, a provocation, that tries to open gaps from which we can look at the practices of this field in order to see more possibilities than impossibilities to the daily work.

Keywords: Performance, Bond, Social Assistance, Psychology, Actor-network Theory.

LISTA DE ABREVIATURAS

CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro Especializado de Assistência Social

DEM HAB – Departamento Municipal de Habitação

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TAR – Teoria Ator-Rede

SUMÁRIO

1 AS INTERAÇÕES QUE PERMITIRAM A PRODUÇÃO DE UMA TESE	11
2 TRAÇANDO UMA POLÍTICA INVESTIGATIVA	16
3 UM BREVE SOBREVÃO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	35
3.1 A organização socioassistencial que sustenta o vínculo.....	35
3.2 Tecendo conexões entre a Psicologia e a Política de Assistência Social	38
4 MOVIMENTO 1: A performance do vínculo no Caderno da Política	45
5 MOVIMENTO 2: Sobre aves, macacos, humanos e outros animais: o que está em jogo quando falamos de vínculo?.....	58
5.1 Dos animais não-humanos aos humanos: o apego	59
5.2 Em três níveis: o indivíduo, a família e a sociedade	65
5.3 Medindo a coesão.....	67
5.4 Diferentes performances em circulação	69
6 MOVIMENTO 3: “E agora José”, como as práticas cotidianas de um serviço atuam a produção do vínculo?	72
6.1 A pesquisadora em busca de parcerias	72
6.2 Idas e vindas	77
6.3 O caso de Maria: da casa destelhada ao amor materno.....	82
6.4 E Maria continuou circulando pela assistência.....	92
6.5 Lógicas em circulação.....	93
6.6 Duas agências não humanas.....	95
6.7 Cena I: O vale transporte	96
6.8 Cena II: O Plano de Acompanhamento Familiar	96
6.9 Circulação e confiança.....	97
7 MOVIMENTO 4: O exercício da cidadania	103
7.1 Com que noção de cidadania iremos seguir?	103
7.2 Do vínculo à cidadania.....	107
8 MOVIMENTO DE FINALIZAÇÃO	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116

PARTE 1

Do que se trata essa tese

1 AS INTERAÇÕES QUE PERMITIRAM A PRODUÇÃO DE UMA TESE

Caros leitores, como se sabe, a escrita de uma tese não é um processo simples, é um caminho longo no qual, por vezes, precisamos de algumas paradas a fim de movimentar o pensamento. Mas, entre uma parada e outra, exercitando a paciência e a persistência, vamos tecendo pensares que acreditamos (sempre com muita esperança) que um dia se transformarão em uma rede coerente e interessante de ideias. E, no meu caso, ideias que possam se tornar interessantes para aqueles que trabalham e/ou desejam se debruçar sobre o tema do vínculo na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Assim, foi apenas depois de muitas leituras, devaneios, seminários, conversas com parceiros e amigos de estradas acadêmicas (ou não), andanças pelo campo de pesquisa, pela cidade, por terras holandesas; depois de noites cheias de pensamento e pouco sono, de intervalos entre cuidar do filho e correr para escrever que, enfim, nasceu essa tese – e com ela uma pesquisadora que refez seu percurso de produção de pesquisa. Portanto, minha tarefa nessa introdução é situar-lhes em relação a esse percurso, ou seja, apontar os movimentos que tornaram possível rastrear e investigar algumas das redes de práticas heterogêneas pelas quais o vínculo é performado (*enacted*) como objeto múltiplo da Política de Assistência Social. Uma investigação que, é importante deixar claro, partiu das proposições dos Estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e da Teoria Ator-Rede (TAR). Esse é um ponto que precisa ficar registrado desde o início dessa escrita, porque são essas proposições teórico-metodológicas que constituem a base de sustentação de meu caminho de pesquisa. Mas não se preocupem, adiante lhes falarei mais sobre isso. Por enquanto vamos nos deter ao tema dessa tese.

Por que escolher o vínculo? Há, certamente, diferentes elementos envolvidos nessa escolha – minha trajetória de estudos e pesquisas acadêmicas no campo da Assistência Social, as parcerias de trabalho estabelecidas, os poucos estudos que se detém à temática e, assim, por diante. Em meio a tudo isso, foi a soma desses elementos mais a constatação de que há uma centralidade no lugar que os vínculos familiares e comunitários assumem na composição da Política, que definiram minha escolha. Centralidade, essa, que podemos visibilizar na proposição que afirma o fortalecimento desses vínculos como uma das “metas que perpassam todas as

normatizações da política nacional de assistência social” (BRASIL, 2012b, p. 94) que é, então, encontrado em diferentes documentos que a constitui (BRASIL, 1993; 2004; 2005; 2012a; 2012b; 2013). Além disso, a relevância do tema ainda se apresenta na materialização de um documento específico, o Caderno denominado “Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” (BRASIL, 2013), lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome¹ (MDS) “destinado a gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e às redes de articulação da proteção social básica nos territórios, além de órgãos de controle” (BRASIL, p. 7, 2013).

Também é importante destacar que a menção dos vínculos familiares e comunitários é frequentemente acompanhada pela a necessidade de seu fortalecimento. Esse objetivo aparece tanto no âmbito da proteção social básica, cujo serviço de referência é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), localizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), quanto na Proteção Social Especial, que oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), em unidades dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Desse modo, diante da recorrente circulação da noção de vínculo na PNAS, principalmente, pelo uso da expressão “fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários”, que a questão inicial à proposição de um projeto de tese emergiu: a possibilidade de investigar e conhecer como seria performado, ou seja, produzido o fortalecimento dos referidos vínculos, a partir das práticas cotidianas no campo da proteção básica (no âmbito do PAIF). No entanto, como é comum ao longo do percurso de pesquisa, essa questão foi se modificando e redirecionando a ênfase da problemática de pesquisa que me levou, então, a operar com o vínculo como um objeto produzido pela rede de práticas da Assistência Social, destacando-o tanto da ação de fortalecê-lo, como de seus dois adjetivos (o familiar e o comunitário).

Circunscrever o vínculo como objeto de pesquisa, a ser investigado a partir das proposições teórico-metodológicas dos estudos da CTS e da TAR, ou, mais

¹ Inúmeras mudanças ocorreram no governo brasileiro durante o último anodo doutorado. Entre elas houve a mudança do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que, ao se jutar ao agrário passou a se chamar Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. No entanto, ao longo do texto optei por manter o primeiro nome, tanto por uma escolha política, como por entender que o conteúdo ao qual fiz referência foi produzido na conjuntura política do Ministério anterior. É importante frizar que, como também houve alterações no site do Ministério, alguns dos links aqui citados podem encontrar-se fora do ar.

especificamente, da noção de performance (MOL, 2002) e do conceito de rede (LATOURE, 2012) para pensar sua produção, foi fundamental para assumir uma política de investigação que, como veremos no capítulo 2, modificou o modo de produção de conhecimento com o qual eu vinha trabalhando ao longo dos anos. Um ponto importante se considerarmos que, desde a graduação em Psicologia, tenho desenvolvido e participado de pesquisas que discutem as políticas públicas sempre ligadas aos estudos foucaultianos, principalmente, articulando conceitos como discurso, genealogia e noções relacionadas à biopolítica. Portanto, a escrita dessa tese também busca contribuir para produção de outra política de pesquisa em relação as políticas públicas, não no sentido de serem melhores ou piores que as investigações sustentadas em Michel Foucault, mas, sim, no sentido de permitirem, a nós pesquisadores, lançarmos perguntas diferentes ao nosso campo de pesquisa, perguntas que nos façam olhar e pensar para além dos efeitos e práticas ligados ao governo das populações.

Assim, implicada na tarefa de traçar um percurso de pesquisa que se diferenciava do meu porto seguro foucaultiano, busquei, no rastro de Latour (2009) e Law e Singleton (2014), seguir as redes de práticas heterogêneas do campo socioassistencial, ou seja, redes formadas por atores e conexões distintas, a fim de compreender as performances que trazem a existência o vínculo como objeto da Política de Assistência Social. Exercício que exigiu tanto o esforço em abandonar o uso de contextos e noções totalizantes como ferramentas explicativas (LATOURE, 2012) – por exemplo, utilizar o social como argumento explicativo – como o cultivo de uma descrição simétrica dos atores (humanos e não-humanos, materiais e imateriais) envolvidos nessas performances.

Nesse caminho, delimito dois campos de investigação para analisar a produção do vínculo, um documental – constituído, primeiramente, pelos documentos da Política e, em um segundo momento, pela produção teórica do campo de conhecimento da Psicologia – e outro ligado às práticas cotidianas de um PAIF, situado em um CRAS da cidade de Porto Alegre. Esse planejamento me permitiu organizar a tese em duas partes. A primeira situa o leitor(a) em relação a política de investigação dessa pesquisa, abordando as proposições teórico-metodológicas dos estudos da CTS e da TAR, nas quais exploro os conceitos de rede (LATOURE, 2012; LAW e SINGLETON, 2014) e performance ou *enact*, utilizado por Annemarie Mol (2002). Adiante, apresento os pontos da PNAS relacionados ao

vínculo (ou, nos termos da Política, aos vínculos familiares e comunitários) para, em seguida, pensar as conexões que se estabelecem entre a Psicologia e a Política de Assistência Social.

Já a segunda parte é formada por quatro movimentos analíticos através dos quais descrevo como determinadas práticas, a partir da associação de diferentes elementos, materiais e não-materiais (GARDNER et al., 2011), humanos e não-humanos (LATOURETTE, 2012), trazem à existência o vínculo não apenas como um objeto da Política, mas como um objeto múltiplo, performado em diferentes versões.

Para a composição do primeiro movimento realizei a análise de um dos documentos da Política que citei anteriormente, o Caderno “Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” (BRASIL, 2013). Nesse movimento busquei dar visibilidade à produção do vínculo, como objeto da Política, pela descrição dos diferentes atores envolvidos na rede heterogênea que o sustenta. Através dessa descrição é possível visualizarmos o compromisso de fortalecer os vínculos familiares e comunitários na disposição de redes que performam distintas versões de vínculo. Essas redes, dispostas no documento da Política, apontam para a inter-relação entre convivência e vínculo ao conectar o elemento convivência como a metodologia que produz o vínculo como resultado, atuado a partir de três eixos distintos e circunscritos a esfera do poder, do afeto e da ética. Encontramos, assim, três diferentes performances do vínculo que ganham existência a partir da associação de elementos distintos que estão ligados a campos específicos da produção de conhecimento, entre os quais encontramos a Psicologia, ou, mais precisamente, a psicologia de referência psicanalítica e a psicologia social (BRASIL, 2013).

São essas duas referências do campo de conhecimento da Psicologia, que encontramos na versão de vínculo como afeto, que nos levam ao segundo movimento de análise, ou seja, as redes de práticas heterogêneas que performam (*enact*) as versões de vínculo que compõe nossa herança no campo de conhecimento da Psicologia. Desse modo, foi rastreando os elementos que interagem como atores nas performances do vínculo do documento “Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” (BRASIL, 2013) que cheguei a produção dos seguintes autores: John Bowlby (2002), Enrique Pichon-Rivière (1986) e Jacob Moreno (1974). Nessa direção, realizo uma descrição das redes que performam o vínculo no campo de conhecimento da Psicologia e que se conectam ao documento

da Política. Movimento que nos auxilia a compreender que diferentes versões de vínculo implicam diferentes formas de atuar na Política de Assistência Social, pois cada versão de vínculo nos possibilita fazer coisas diferentes no cotidiano de trabalho.

O terceiro movimento se compõe de cenas que construí a partir de minha saída de campo, pela qual acompanhei o cotidiano da equipe de um PAIF da cidade de Porto Alegre. É importante ressaltar que, ao se constituir como um estudo das práticas locais de um determinado serviço, esse movimento não tem a pretensão de ser generalista em relação as práticas do campo de atuação das equipes dos PAIFs de todo país. A proposta que ofereço, seguindo as contribuições de Mol (2008b), diz respeito a circunscrever o uso das notas do trabalho de campo como um estudo de caso, compondo uma ferramenta que, ao oferecer pontos de contraste e comparação para diferentes locais e situações, permita aumentar nossa sensibilidade (MOL, 2008b). E nesse trabalho, especificamente, aumentar nossa sensibilidade para determinados pontos da rede que compõe os serviços socioassistenciais como: a atuação de duas materialidades (atores não-humanos) na rede de práticas que performam os vínculos – o Plano de Acompanhamento Familiar e o vale-transporte para ônibus urbano; o contraste entre a prática da assistente social e da psicóloga – técnicas que integram a equipe mínima do PAIF (BRASIL, 2005); e a relação do vínculo com a produção de subjetividade, ou seja, a compreensão do vínculo como uma conexão que se constitui como o que Latour (2012) chama de *plug-in* ou subjetivador.

Finalmente, no último movimento, fruto do trabalho desenvolvido durante o estágio de doutorado sanduíche, realizado na *University of Amsterdam* (sob orientação da professora Isa Baud), busquei discutir a relação/implicação da produção do vínculo com o exercício da cidadania. Nesse sentido, proponho pensar a cidadania como um objeto imaterial, que emerge das práticas ligadas a rede de Assistência Social, que produz modos de vida e experiências distintas constituindo diferentes corpos, sentimentos e emoções.

2 TRAÇANDO UMA POLÍTICA INVESTIGATIVA

“look at its materials and explore how these were practised in different sites and locations”.

(LAW e SINGLETON, 2014, p.382)

Como anunciei acima, esse processo de pesquisa seguiu as proposições dos estudos da CTS e da TAR permitindo realizar a investigação dos três materiais de análise – um documento da Política, a produção de conhecimento sobre o vínculo no campo da Psicologia e as notas sobre a etnografia do trabalho de campo – a partir de dois conceitos fundamentais à constituição dessa tese. Um é a noção de rede, segundo as contribuições de Latour (2009, 2014) e Law e Singleton (2014) e, o outro, o conceito de performance (do inglês *enact*), utilizado pela pesquisadora holandesa Annemarie Mol (2002; 2008a). Ambos possibilitaram a mim, como pesquisadora, assumir uma postura de investigação na qual a Política (tanto em sua forma documental, como no arranjo de suas práticas locais e cotidianas) é uma rede que se compõe pela associação de certas entidades, aqui referenciados como atores² heterogêneos (LATOURE, 2009; LAW e SINGLETON, 2014). Em outras palavras, a Política é uma rede que ganha existência pela conexão entre atores distintos – humanos e não humanos, materiais e imateriais – que interagem e atuam produzindo diferentes objetos, entre os quais encontramos o vínculo. Essa compreensão envolve uma postura de pesquisa que implica descrever como práticas particulares trazem a existência certas associações, cujos atores/entidades envolvidas se caracterizam pela capacidade de interação que possuem no exercício da associação com outras entidades (DELANDA, 2006).

Desse modo, situando a Política Nacional de Assistência Social como território para pensar a produção do vínculo, escolhi dois materiais de análise que, no processo de pesquisa, me levaram a traçar dois procedimentos específicos de investigação. Um se debruça sobre documentos (um Caderno da Política e a produção do conhecimento científico do campo da Psicologia) e o outro sobre as práticas cotidianas de um PAIF. Embora distintos ambos se relacionam com o desafio de mostrar as versões de vínculo que circulam pela rede de práticas da

² Embora a noção de ator de Latour (2014) e de entidade de DeLanda (2006) tenham certas especificidades, no processo de escrita utilizo-as como sinônimos por entender que ambas se constituem como elementos que, em associação, atuam na produção de novos efeitos e objetos.

assistência social; que elementos interagem para a produção dessas diferentes versões e quais seus efeitos e implicações para o coletivo de trabalho que envolve profissionais e usuários da rede socioassistencial.

O primeiro procedimento³ foi traçado sobre a Política em sua forma documental focando, especificamente, um de seus documentos, o Caderno do MDS intitulado “Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” (BRASIL, 2013). Por ser um documento de referência sobre o tema, sua análise possibilitou dar visibilidade aos atores conectados à composição de uma concepção de vínculo que tornam possível que o mesmo se constitua como um objeto da Política. E não apenas como um objeto único, mas múltiplo, posto que foi possível acompanhar a produção de diferentes versões de vínculo que coexistem no referido documento. Versões que atuam no sentido de oferecerem os profissionais da Assistência Social determinados modos de operar e, portanto, de intervir na meta do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

A realização do primeiro movimento de análise abriu caminho para a composição do segundo. Ao seguir os atores envolvidos na rede que produz o vínculo como objeto no Caderno da Política foi possível rastrear sua conexão com outras três redes de práticas distintas, situadas no campo de conhecimento da Psicologia e referenciadas no documento como ligadas a psicologia de referência psicanalítica e a psicologia social. Tais redes também são compostas pela associação de diferentes atores que, por sua vez, trazem a existência outras versões de vínculo. Portanto, esse segundo momento de análise me levou a rastrear e descrever as práticas envolvidas na performance de versões de vínculo advindas do campo de conhecimento da Psicologia, a partir da produção de três autores que constituem a herança de nossas práticas psicológicas: John Bowlby (2002), Pichon-Rivière (1986) e Jacob Moreno (1974).

O segundo procedimento metodológico se constituiu com base em uma perspectiva etnográfica (MOL, 2002) pela qual acompanhei as atividades realizadas pela equipe de um PAIF, localizado em um CRAS da cidade de Porto Alegre. Nesse percurso, durante o período de maio a novembro de 2014, acompanhei visitas domiciliares, acolhidas particularizadas e coletivas, um grupo de acompanhamento familiar, um grupo de descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa

³ Ver capítulo 4.

Família, um grupo de confecção de documentos, um grupo de idosos (do Serviço de Fortalecimento de Vínculos), reuniões de equipe do serviço e reuniões de rede (que agregam profissionais de diferentes serviços da rede de assistência, saúde e educação da região).

Esse procedimento gerou o terceiro movimento de análise que caracterizo como um estudo de caso sobre as práticas locais de um PAIF. Um movimento analítico que não teve a pretensão de desenvolver análises generalistas, discutindo a totalidade das práticas do campo de atuação das equipes dos PAIFs do país. Tão pouco, buscou apoiar-sena lógica do exemplo que, segundo Mol (2008b), ao referir-se a uma explicação, a ilustração de um argumento já dado, visa apenas corroborar o que foi pensado anteriormente. Em contraponto, sigo as contribuições da autora fazendo uso do estudo de caso com o intuito de pensar práticas sempre muito bem localizadas no tempo e no espaço, mas que, no entanto, não restringem a relevância da discussão de pesquisa a um único local. Assim, aqui o estudo de caso é utilizado como uma potente ferramenta que amplia a abrangência da pesquisa ao oferecer pontos de contraste e comparação para diferentes locais e diferentes situações, possibilitando o aumento de nossa sensibilidade (MOL, 2008b):

A case study is of wider interest as becomes a part of a trajectory. It offers points of contrast, comparison or reference for other sites and situations. It does not tell us what to expect – or do – anywhere else, but it does suggest pertinent questions. Case studies increase our sensitivity. (MOL, 2008b, p.9)⁴.

Finalmente, o quarto e último movimento de análise se debruça sobre a implicação da produção do vínculo e o exercício da cidadania produzindo subjetividade, experiências e modos de vida no território da Assistência Social. Discussões que visam fomentar o exercício ético de pensar sobre o que temos produzido e o que queremos produzir para o coletivo com o qual trabalhamos.

Nesse ponto, após anunciar os procedimentos metodológicos e os movimentos analíticos que deles decorreram, faz-se importante destacar o percurso do pensamento que sustentou essas operações, circunscrevendo a construção da política de pesquisa dessa tese. Para tanto, o primeiro passo é compreendermos que minha investigação não partiu de uma perspectiva que poderia buscar

⁴ Tradução livre: “Um estudo de caso é de interesse mais amplo no momento em que se torna parte de uma trajetória. Ele oferece pontos de contraste, comparação ou referência para outros lugares e situações. Ele não nos diz o que esperar - ou fazer - em qualquer outro lugar, mas sugere perguntas pertinentes. Os estudos de caso aumentam nossa sensibilidade”.

desvendar 'a' verdade, ou, 'a' essência que nos revelaria o melhor e mais exato modo de conhecer e trabalhar com as práticas da assistência que atuam na produção e fortalecimento dos vínculos. Além disso, procurar uma verdade – que seria 'A' verdade do vínculo em relação às práticas socioassistenciais – seria afirmar um posicionamento ético que desqualifica os diferentes modos de produção de pesquisa e, conseqüentemente, da produção da realidade como realidade múltipla. Ao contrário disso, procurei me aproximar da postura de investigação de Stengers (2001) que, em sua abordagem da ciência, considera as verdades como múltiplas, não se posicionando de modo a impor uma verdade sobre outra, nem denunciando práticas e conhecimentos como falsos ou menos válidos. Como nos diz a filósofa:

[...] não tenho vontade de ser mobilizada em uma corte denunciadora antes de ter aprendido a rir, antes de ter aprendido como não me deixar redefinir como membro de um grupo com vocação majoritária que busca, ele também, impor seus “valores”, seus imperativos, sua “visão de mundo” (STENGERS, 2001, p.28).

Um convite para fazermos mais humor e menos ironia no que diz respeito à possibilidade de estabelecermos diálogos entre os diferentes saberes e suas produções. Diálogos que, baseados no humor, permitam que nos reconheçamos como produto da história, cuja construção buscamos acompanhar. Isso não significa que o humor seja colocado como salvação ou como o que seria bom, em contraponto a ironia que seria ruim, pois, como estrutura comunicativa, a ironia pode ter formas e funções diversificadas como o uso da ironia trágica, cômica, filosófica, prática, dramática, verbal, retórica, entre outras (DUARTE, 2006). Portanto, esse convite ao humor significa apenas que, nesse cenário específico, fazer uso do recurso irônico exige a manutenção de uma posição em que o autor/especialista se sustente sobre a referência de uma transcendência, um poder julgador e universal que afirma sua diferença (marcada pela superioridade) em relação aos outros especialistas e modos de produção de saberes. Nesse sentido, enquanto a ironia produz uma contraposição do poder ao poder, o “humor produz [...] a possibilidade de uma perplexidade compartilhada, que estabelece efetivamente uma igualdade entre aqueles que consegue reunir” (STENGERS, 2001, p. 85).

Despret (2004) também sinaliza um caminho semelhante ao destacar que a ironia não nos leva a lugar algum além da simples desconstrução das coisas, pois não se caracteriza como uma ferramenta que nos possibilita entender quais os contrastes que são construídos em nosso campo de investigação, muito menos, a

explorar o modo como cultivamos aquilo que mantemos como existência no mundo – e, nesse caso, não nos auxilia a visibilizar e pensar sobre as práticas que performam o vínculo. Desse modo, o que proponho aqui é podermos olhar para a multiplicidade dos elementos envolvidos na rede de práticas da Política que produz e sustenta versões de vínculo, para que possamos discutir e pensar seus efeitos, o que elas nos possibilitam fazer e suas implicações no coletivo com o qual trabalhamos.

Assim, a escolha em construir um caminho de pesquisa, a partir das contribuições dos estudos relacionados à CTS e a TAR, implicou um distanciamento dos trabalhos que, ao longo das últimas décadas, têm operado com conceitos foucaultianos (como discurso, subjetividade e, principalmente, biopolítica, através das noções de governamentalidade e governo da vida) para discutir e pensar diferentes questões ligadas às políticas públicas do país – que podemos visualizar em diversas produções como de Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005); Lopes (2009); Macedo e Dimenstain (2009); Bujes, (2010); Guareschi, Lara e Adegas (2010); Lemos, Almeida e Silva (2012); Nascimento (2012); Veiga-Neto (2013); Barros (2013); Lockmann (2013); Oliveira e Heckert (2013); Scisleski, Caetano, e Cogoy (2013); Taborda e Bernardes (2013); Silva e Hünning (2013); Lemos, Scheinvar e Nascimento, (2014); Meyer, et al. (2014); Lasta e Hillesheim (2014); Vasconcelos e Seffner (2015); Hillesheim e Bernardes (2015); Scisleski, Gonçalves e Cruz (2015).

Além disso, minha proposta também se distancia do que eu chamaria de uma tradição foucaultiana, ligada ao modo de produzir pesquisas, que se estabilizou no grupo do qual participo: Estudos culturais e modos de subjetivação, do Núcleo *E-politics* (Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de subjetivação), vinculado a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Um modo de operacionalizar as investigações acadêmicas que, ao longo dos anos, tem gerado produções que tanto se inspiram na noção de genealogia (e arqueogenealogia), como nos estudos sobre biopolítica e governo da vida na produção de subjetividades. Entre essas encontramos teses e dissertações como a de Bernardes (2006); Hünning (2008); Strenzel (2007); Gonzales (2007); Scisleski (2010); Hadler (2010); Rivero (2011); Azambuja (2012); Reis (2012); Nunes (2013); Fossi (2013); Bassani (2013); Cavagnoli (2014); Lasta (2015); Lara, (2015); Ecker (2016) e Kreher (2016).

Nessas investigações a inspiração genealógica assume como função mostrar a emergência das condições de possibilidade do objeto de pesquisa em questão, ou

seja, objetiva atentar para a historicidade do mesmo visibilizando como sua existência se tornou possível no presente. Esse processo demarca a construção de uma história sempre singular, em contraponto a uma história única. Um modo de pesquisar que afirma o caráter de produção dos objetos, contrapondo-se a investigações que partem de um objeto já dado, sem discutir sua emergência, como se esse tivesse sua existência sempre garantida no mundo e não fosse produto de forças históricas em luta.

Já as articulações com a noção de biopolítica e as estratégias ao governo da vida têm auxiliado as pesquisas no campo das políticas públicas a dar visibilidade a atualização de um modo específico e complexo de poder, que incide sobre a vida da população através do uso de saberes da economia política e técnicas instrumentais ligadas aos dispositivos de segurança, que caracterizam o que o Foucault (2008) denominou de governamentalidade. Essa biopolítica, que permeia o *corpus* da população, se utiliza de estratégias e táticas específicas (e as políticas públicas podem ser incluídas entre elas) para atingir determinadas finalidades, buscando uma maneira correta de dispor as coisas para melhor conduzi-las; de conduzir a conduta dos sujeitos em prol de certos modos de governar a si e aos outros. Nesse arranjo político, as pesquisas têm chamado atenção para questões como a produção de subjetividades empreendedoras e o sujeito *homo economicus* (GUARESCHI, LARA e ADEGAS, 2010; RODRIGUES, GUARESCHI e CRUZ, 2013), da responsabilização da família (TABORDA e BERNARDES, 2013), de práticas sociais marcadas pelo racismo de estado (VIANNA e NEVES, 2011; BERNARDES, 2011), entre outras. Essas produções se desdobram a partir de análises sobre as estratégias de uma arte de governar – em nosso tempo, marcada pela lógica neoliberal – que sempre tenta capturar os sujeitos. Frequentemente elas acabam abrindo muito mais espaço para pensar os modos através dos quais essa captura opera, do que pensar as possibilidades de resistência que surgem frente a elas.

São estudos com grande relevância por visibilizarem as estratégias biopolíticas contemporâneas. No entanto, precisamos, a partir dessas produções, pensar em como avançar em relação às considerações que continuam a pontuar apenas práticas de captura que forjam um sujeito enredado nas malhas de uma governamentalidade que sempre o conduz. Esse modo de produção de pesquisas ligadas aos estudos foucaultianos têm recebido algumas críticas que, em alguns casos, permitiram a autores contemporâneos pensar determinados modos de

avançar em relação às proposições de Michel Foucault. Como minha proposta de investigação se filia a aposta de pensar outras possibilidades para o fazer da pesquisa, considero importante pontuar algumas dessas discussões, pois são elas que nos oferecem sustentação à produção de inovações no processo de investigação e análise no campo das políticas públicas. Inovações que nos colocam em movimento para que, parafraseando o próprio filósofo, possamos (como pesquisadores) pensar diferentemente do que somos. Entre os autores que têm se posicionado nesse debate, tanto no sentido de pensar Foucault depois de Foucault, como de abandonar suas proposições adotando outros caminhos, faço referência a Martin Savransky (2014), Thomas Lemke (2014) e Annemarie Mol (2002).

O primeiro parte de críticas dirigidas aos estudos sobre governamentalidade para pensar o modo como produzimos nossas investigações no campo da subjetividade. Assim, as críticas mencionadas pelo autor apontam certa falta de interesse dos pesquisadores em atentar para as mudanças e o devir de novos eventos permanecendo, prioritariamente, preocupados com as estratégias governamentais e suas regularidades. Frente a essas críticas, Savransky (2014) argumenta a favor de pesquisas pelas quais sejamos capazes de abrir brechas, possibilidades para que relações e sujeitos possam se tornar outros, diferentes daquilo que se encontra programaticamente intencionado pelas estratégias governamentais. Nessa direção, ressalta o uso da noção de sujeito recalcitrante, ao invés de um sujeito que se olha apenas como governável.

Para o autor, ainda que os estudos sobre governamentalidade procurem evidenciar uma ênfase nas práticas mundanas e materiais (o que se pode notar na literatura referida ao governo da subjetividade) há uma limitação que se traduz no foco à pureza dos textos governamentais, em detrimento de pensar a complexidade das práticas reais (SAVRANSKY, 2014). Isso nos possibilita pensar nas pesquisas que tem como ponto de análise textos que constituem diferentes políticas públicas, ou, giram em torno das práticas atendo-se apenas aos aspectos que se referem aos mecanismos de regulação das populações, deixando de lado a complexidade dos elementos que envolvem suas redes de práticas. É importante destacar que o autor, por ser estrangeiro, faz suas considerações a partir de trabalhos internacionais, no entanto, mesmo se considerarmos as produções realizadas no Brasil encontramos diferentes pesquisas que partem da análise de textos governamentais e/ou investigam práticas desenvolvidas em unidades, serviços e programas ligados as

políticas públicas que se atém a lógica da regulação e da condução das condutas. São produções que buscam dar visibilidade aos arranjos que forjam estratégias ao governo da vida – como Silva e Hünning (2013); Oliveira e Heckert (2013); Cavagnoli (2015); Lockmann (2013); Taborda e Bernardes (2013); Lasta e Hillesheim (2014); Hillesheim e Bernardes (2015).

Thomas Lemke (2014), embora seguindo outra direção, também propõe repensar os estudos da governamentalidade chamando atenção para um ponto pouco explorado na obra de Michel Foucault e, conseqüentemente, esquecido com frequência pelos pesquisadores foucaultianos: o governo das coisas. Nesse caminho, o autor faz uso das contribuições do chamado novo materialismo – que aponta para a agência da materialidade não-humana – respondendo as críticas dirigidas ao fato do filósofo ter mantido seu trabalho circunscrito ao que os críticos mencionam como uma tradicional orbita humanista⁵. Tal ponto desencadearia como efeito pesquisas que acabam apenas enfatizando a atuação de atores humanos nas práticas sobre as quais trabalham. Um modo de pesquisar que, ainda que considere a materialidade dos elementos não-humanos envolvidos, não os refere como atores que têm uma atuação própria no mundo.

Segundo Lemke (2014), a saída para tal questão pode ser encontrada em elementos que foram demarcados (ainda que pouco explorados) pelo próprio filósofo, em seu seminário intitulado “Segurança, Território e População”, de 1977-1978. É exatamente nas aulas desse período que vemos aparecer um conjunto de relações complexas que não abrangem apenas o humano, mas relaciona os homens e as materialidades não-humanas a fim de dispô-las, dirigi-las através do manejo do governo das coisas (FOUCAULT, 2008). Portanto, seria o investimento nesse arranjo a chave que permitiria aos pesquisadores (que desejam operar com o pensamento foucaultiano) adotar uma abordagem que descentraria o foco do humano levando em consideração, também, a agência das materialidades não-humanas – tanto na relação entre o físico e moral, quanto o natural e artificial, que não se encontram reduzidas ao domínio do social (LEMKE, 2014).

Diferente de Savransky (2014) e Lemke (2014), que propõem novos rumos para a pesquisa tendo como parâmetro os estudos sobre governamentalidade,

⁵ Para a qual um dos argumentos possíveis é desenvolvimento das análises sobre saber-poder focadas somente nas ciências humanas – o que teria implicado na falta de agência da materialidade não-humana em suas investigações (LEMKE, 2014).

Annemarie Mol (2002), cujos estudos fundamentam essa tese, desenvolve sua crítica a partir de outro ponto da obra foucaultiana. Ao situar sua etnografia sobre o diagnóstico e tratamento da arteriosclerose em meio à produção de autores que têm avançado em relação a determinadas proposições de Michel Foucault, ela contrapõe o uso da noção de associações/redes – a qual se filia – a de episteme do filósofo. A pesquisadora holandesa nos mostra, então, as implicações que o uso da noção de episteme (um corpo de conhecimento coerente) e de discurso (que estrutura construções, instrumentos e gestos) produzem no fazer da pesquisa. Ela coloca em questão a sugestão foucaultiana de que haveria um poder unificador, um conjunto coerente de normas que impõe uma ordenação, uma organização única ao conjunto de relações entre as ciências de uma dada época que, por sua vez, compõe determinada formação epistêmica – tal como na análise do discurso médico (MOL, 2002), que encontramos no “Nascimento da Clínica” (FOUCAULT, 1987).

Assim, considerando as proposições latourianas (como a ideia de associações e redes) e as contribuições do sociólogo John Law sobre o discurso (como múltiplo e não como um grande organizador) Mol (2002) sustenta uma prática de pesquisa na qual 1) não considera a existência de uma força única que agregaria tudo em um todo coerente, mas sim, pequenas forças que organizam diferentes associações (redes) que nossas análises não podem presumir que sempre estavam lá; e 2) a pluralização de uma ordenação/organização única que, então, é deslocada para um plano processual no qual diferentes modos de ordenação interagem, mudam e, também, encaram sua extinção.

Além das críticas apontadas pelos autores acima, destaco, ainda, outro ponto importante para pensarmos outros caminhos aos estudos relacionados às políticas públicas. Ponto que possibilita operar com outros elementos que não a relação entre a perspectiva genealógica e a racionalidade governamental, a partir da distinção entre a simetria latouriana e a ruptura foucaultiana (FERREIRA, 2006) Para isso é necessário compreendermos que considerar a relação simétrica entre os diferentes atores humanos e não-humanos é fundamental na política investigativa de Latour (2009). Nesse sentido, para o autor, Michel Foucault – com sua noção de ruptura e desconstrução crítica – é visto como assimétrico, pois ao se colocar como um intelectual que propõe a destruição das evidências e a recusa ao que somos se encontra a favor da descontinuidade (FERREIRA, 2006). Ou seja, precisamos sempre romper, desconstruir o passado para que algo novo possa surgir.

No entanto, para Latour (2009), a descontinuidade está conectada à assimetria de um projeto de Constituição moderna que cria um processo de purificação através de diferentes clivagens como verdade X erro e natureza X sociedade. Esse mesmo processo acaba também por produzir híbridos – os quase objetos ou fetiches que não encontram um lugar possível na lógica da dualidade purificadora moderna e, conseqüentemente, são sempre deixados de lado. Desse modo, a noção de ruptura seria apenas uma tradução no tempo das demais assimetrias (FERREIRA, 2006) constituindo-se, em última instância, em “uma assimetria entre passado e presente” (LATOURE, 2009, p.70).

Diante dessa Constituição moderna, a simetria latouriana se apresenta, então, como ponto de base para a superação dos impasses produzidos por essa cultura purificadora, na qual cada elemento deve ser mantido em seu devido lugar – como na natureza ou na cultura – e o que é produzido nesse entre é desconsiderado. Além do mais, se a purificação sempre acaba por produzir novos híbridos, o autor conclui que jamais fomos modernos. E frente ao fracasso dessa Constituição, a proposta de Latour (2009) centra-se na criação de uma epistemologia política fundada na constituição de um mundo comum, que possa agregar humanos e não-humanos e não apostar na clivagem supostamente purificada de um projeto moderno. Nesse caminho, como nos fala Ferreira (2006), Bruno Latour vai ser um claro opositor da crítica como tarefa central do pensamento, tanto na recusa à crítica estabelecida pelos fundamentalismos modernos, como em uma recusa ao desconstrutivismo

sua finalidade política neste momento não é cancelar, mas, como visto, reformar a Constituição moderna, dando representação política aos híbridos [...]. É por tal razão que não há sentido para Latour em compreender a modernidade por conta de suas revoluções ou rupturas, ou ainda na viabilidade de suas críticas. Crer na possibilidade da crítica é legitimar a existência autônoma e fundamentante dos entes purificados, sejam estes naturezas ou sociedades (FERREIRA, 2006, p. 15).

Portanto, é justamente a partir dessa proposição de uma prática de pesquisa que considera, metodologicamente, a relação simétrica entre humanos e não humanos (na constituição do vínculo) e as contribuições de Mol (2002), principalmente de seu conceito de performance (*enact*) –comoveremos mais adiante – que a política de escrita dessa tese se situa. Como venho mostrando ao longo desse capítulo, apoiada em trabalhos ligados aos estudos da CTS e da TAR (MOL, 2002; 2007; 2008a; 2008; LAW e SINGLETON, 2014; LATOUR, 2009; 2012 e

DESPRET, 2004) minha pesquisa passou a assumir e constituir-se, a partir de elementos teórico-metodológicos distintos das contribuições foucaultianas. Não no sentido de serem ferramentas mais ou menos válidas, mas, sim, de oferecerem abertura a outras perguntas e pensares, permitindo olhares diferentes para lugares e coisas diferentes no percurso de investigação. Perguntas que levam essa pesquisa a produzir questões distintas daquelas decorrentes da centralidade da regulação dos corpos e da vida, enfim, do governo das populações que buscam visibilizar sempre os mesmos aspectos “sombrios das nossas sociedades regidas pelas racionalidades liberal e neoliberal [...] tais como a imposição de uma soberania estatal, o fascismo, o utilitarismo, o atrelamento e subordinação dos interesses sociais aos interesses do grande capital, a exclusão includente” (VEIGA-NETO, 2014, p. 45-46).

Essa escolha política implicou em um movimento que, ao invés de se debruçar sobre o vínculo como uma estratégia que conduz o governo das populações, ou que descreve um único e coerente discurso (organizado por um grande jogo de forças) que forja ‘O’ vínculo na atualidade da PNAS, busca visibilizar a existência de diferentes redes que se conectam dispendo, cada uma delas, de distintos modos de coordenação das práticas que, aqui, performam o vínculo em sua multiplicidade ontológica (MOL, 2002). Isso não significa negar a historicidade genealógica das condições de possibilidade da existência do vínculo como objeto da PNAS, muito menos, partir da ideia de que o mesmo seja um objeto natural ou, que nenhuma relação tenha com as estratégias de governo da vida. O vínculo é, sim, um objeto que passou a constituir a Política de Assistência Social através de negociações e lutas que transcorreram (e transcorrem) ao longo da história das práticas socioassistenciais. Ele existe e opera na Política visando determinados fins, serve a uma política estratégica (como qualquer política social) que tenta gerir as condições para um determinado governo da população, ou seja, para tentar atingir determinados modos de conduzir a conduta dos sujeitos (FOUCAULT, 2004). No entanto, esse é um ponto que já tem sido bastante explorado e discutido na literatura sobre as políticas públicas no país. Como citei acima, esses aspectos ancoram inúmeros trabalhos produzidos por pesquisas que têm contribuído para um acúmulo considerável de produção de conhecimento no campo. E, como aponta Savransky (2014), é importante que possamos traçar nossas investigações indo além das estratégias governamentais e suas regularidades para o governo da vida, atentando

para as mudanças que emergem em meio à complexidade das práticas que acompanhamos.

Portanto, assumir certa distância da produção de conhecimento dos estudos foucaultianos é arriscar, apostar em uma operação metodológica que produza outras perguntas e, conseqüentemente, outro modo de investigação. Ou seja, que nos permita a produção de outra experiência de pesquisa. Significa ter como parâmetro outros pontos que me levaram a tecer uma narrativa que não se compõe pelos elementos e jogos de forças que permitem construir uma historicidade genealógica do vínculo, ou, que mostre as regularidades de uma estratégia biopolítica. Minha proposta é sim, tecer uma narrativa a partir das redes de produção das diferentes versões de vínculo que coexistem e se atualizam em nossas práticas cotidianas e localizadas e que tem, como ponto de partida, o território da PNAS. Um processo que se constituiu e, sobretudo, me constituiu como uma pesquisadora diferente daquela que, também, descende de uma formação marcada pela esteira dos estudos foucaultianos (RODRIGUES, 2012; RODRIGUES, GUARESCHI e CRUZ, 2013; RODRIGUES e HENNIGEN, 2015).

Esse percurso desencadeou um movimento significativo na construção de minha problemática de pesquisa. Segundo Law (2007) podemos olhar para abordagem da TAR como uma escala reduzida das versões de discursos ou epistemes de Michel Foucault. Mas, enquanto o último nos chama atenção para o caráter estratégico e relacional de determinadas epistemes históricas, a TAR nos oferece a possibilidade de explorar o caráter estratégico, relacional e produtivo de redes heterogêneas particulares, ou seja, nos faz operar em uma escala menor. Ela nos oferece mais um relato histórico de uma tradução particular através do tempo do que o diagnóstico de uma syntax epistêmica. Desse modo, houve uma mudança no percurso dessa pesquisa que pode ser caracterizada como uma mudança de escala (MOL, 2002; LAW, 2007), pois deixa de interrogar o que está em jogo na coerência lógica de um todo – seja de um discurso, uma episteme ou uma racionalidade política específica – para rastrear as associações em rede que performam o vínculo como objeto da Política.

Esse movimento se aproxima, também, da distinção a que se refere Latour (2012) entre a possibilidade da visão oferecida pelo panóptico⁶ e pelo oligóptico⁷.

⁶ Ideal de prisão imaginada por Jérémy Bentham, no início do século XIX (ver FOUCAULT, 2010).

Diferente da megalomania vigilante do primeiro (constituído a partir de uma episteme que possibilita o controle e vigilância dos corpos) os oligópticos se referem a lugares pelos quais nós podemos ver muito pouco, mas, em contrapartida, vemos muito bem o pouco que nos é possível ver. Para o autor, são justamente esses os lugares que nos permitem seguir com olhos míopes as pistas que encontramos em nossas investigações – sem sucumbir à tentação de cair em explicações generalistas e/ou totalizantes. No entanto, para que seja possível acompanhar esse percurso míope de pesquisa, é preciso, antes, compreender no que consiste a noção de rede aqui utilizada, já que a produção dessa tese se sustenta pelo traçado das redes de práticas que produzem, conferem e sustentam a existência ao vínculo como objeto da PNAS (e não como uma mera noção ou uma simples associação que une diferentes elementos).

Nesse sentido, faço uso de uma noção de rede que, a partir da TAR, se configura através de associações de séries heterogêneas de elementos (que podem ser humanos e não humanos, materiais ou imateriais) e que não se constituem como entidades estáveis, meramente conectadas sem a possibilidade de transformação. Ao contrário, tais elementos podem se modificar em sua relação com os demais, em um processo que faz e refaz a rede constantemente⁸. Assim, contrastando com a ideia de estrutura social, essa imagem da rede heterogênea permite assumir, no fazer da pesquisa, a agência dos atores nela envolvidos que deixam de ser meros ocupantes de um lugar para se tornarem atuantes (ou actantes) que transformam, ao invés de apenas informar, produzindo objetos e marcando uma diferença (LATOUR, 2012). Esse processo exigiu considerar a atuação não só dos atores humanos, mas dos não humanos envolvidos na produção do vínculo – pois se há técnicos e especialistas, há também papéis, equipamentos e conceitos envolvidos nessa rede de produção. Portanto, se tudo aquilo que existe no mundo só ganha existência porque é continuamente gerado como um efeito das redes de relações, torna-se relevante explorar e caracterizar tais redes e suas práticas, descrevendo a performance das relações heterogêneas que produzem e rearranjam seus atores (LAW, 2007).

⁷ Palavra grega que designa “um ingrediente ao mesmo tempo indispensável e fornecido em pequenas quantidades” (LATOUR, 2012, p.262).

⁸ Embora faça uso do termo *network*, o autor menciona que deveríamos dizer *worknet* para, assim, enfatizarmos o trabalho e o movimento (LATOUR, 2012).

Desse modo, também considero os atores envolvidos na performance do vínculo como entidades que possuem tanto propriedades como capacidades (DELANDA, 2006). Distintas das propriedades, que já estão dadas a cada ator que compõe a rede (quando escolhermos partir de atores/entidades específicas postos em relação, sem nos debruçarmos sobre os elementos em associação que atuam na produção dessas mesmas entidades) as capacidades são sempre abertas e imprevisíveis, pois são exercidas apenas na interação, não sendo possível dizer *a priori* de que modo determinada entidade pode afetar e ser afetada por outras. Por isso, as capacidades têm a possibilidade de não serem exercidas, caso nenhuma entidade esteja disponível para interação. Assim, a existência de uma rede – como a rede socioassistencial – só se mantém e se sustenta pela atuação e exercício da capacidade de suas entidades e não pelo mero agrupamento delas: “[...] *the reason why the properties of a whole cannot be reduced to those of its parts is that they are the result not of an aggregation of components’ own properties but of the actual exercise of their capacities*”⁹ (DELANDA, 2006, p.11). Essa distinção nos permite pensar e interrogar o que as diferentes interações produzidas nos encontros da rede de práticas da Assistência Social possibilitam ou, ainda, capacitam os sujeitos no exercício cotidiano de suas vidas.

A escolha por esse modo de compreender a rede, além de nos oferecer um entendimento singular a respeito da atuação dos atores envolvidos na sua composição, também contrasta, como vimos acima, com a concepção de episteme como um coerente corpo estruturado de conhecimento (MOL, 2002). As redes, por serem abertas, possibilitam aos elementos que as compõem não apenas conexões com elementos de seu próprio interior, mas, igualmente, com elementos localizados em redes externas (MOL, 2002). Foi justamente através dessa abertura que se tornou possível rastrear e localizar as redes das quais provém os atores que interagem e trazem a tona a existência do vínculo como objeto no documento da Política, como as diferentes redes externas advindas do campo de conhecimento da Psicologia, conforme discutirei no capítulo 5.

Como a existência dos objetos não se constitui fora nem *a priore* à atuação dos atores em rede, se assume que sua ontologia (seus modos de existência)

⁹ Tradução livre: a razão pela qual as propriedades de um todo não podem ser reduzidas a suas partes é que elas não são o resultado da agregação dos próprios componentes das propriedades, mas do real exercício de suas capacidades.

depende, a cada momento, da composição e operações que se encontram disponíveis em cada uma delas. É, então, ao traçar as conexões dos diferentes atores, descrevendo e construindo a rede heterogênea de elementos que constitui e sustenta a existência do vínculo na Política, que se torna possível visibilizar sua produção. Se, como nos fala Latour (2012), a sociedade, assim, como a natureza ou a subjetividade não são entidades abstratas – existindo misteriosamente, sem precisar ser constantemente retrçada e refeita – porque seria, então, o vínculo?

[...] não existe uma sociedade por onde começar, nenhuma reserva de vínculos, nenhum tranquilizador vidro de cola para manter unidos todos esses grupos. Se você não promover a festa hoje ou não imprimir o jornal agora, simplesmente perderá o agrupamento, que não é um edifício à espera de restauração, mas um movimento que precisa continuar. Se uma dançarina para de dançar, adeus à dança. A força de inércia não levará o espetáculo adiante (LATOURE, 2012, p. 63).

Segundo o autor, seguir esses pressupostos exige nosso esforço em nos mantermos apenas acompanhando (a passos demorados e olhos míopes) a associação em rede dos atores, deixando de lado o uso de contextos e noções totalizantes como ferramentas explicativas de análise. Isso torna a TAR muito mais descritiva, no entanto isso não quer dizer que o que realizamos diz respeito a uma simples descrição das redes, pois é exatamente essa descrição que permite e é parte da produção analítica da pesquisa. É ela que nos leva a contar histórias sobre como as relações são ou não são construídas (LAW, 2007). Encarnar essa postura, na tentativa de construir narrativas que nos possibilitem conhecer a produção do vínculo como objeto da PNAS, implica, como já mencionei, compreender que ele apenas se torna real por ser parte de práticas (sempre localizadas histórica, cultural e materialmente) que, constantemente o produzem no entrelaçamento entre o real e o político (MOL, 2002). É essa relação que forja o que Mol (2008a) denomina ontologias políticas – demarcando não a pluralidade de perspectivas sobre uma realidade única, mas, sim, suas diferentes performances.

Mas você, meu caro leitor, deve estar se perguntando como, exatamente, essa mudança teórico-metodológica da qual lhes falo operou nos caminhos dessa pesquisa. Pois bem, é possível visualizarmos tal mudança contrastando os efeitos gerados pela problemática do ante-projeto, para seleção de doutorado, em relação ao projeto final da qualificação. Anteriormente, no período inicial do doutorado, apoiada nas contribuições de Michel Foucault, minha questão de pesquisa se organizava em uma escala mais ampla, digamos, mais abrangente. Mesmo

pretendendo buscar conheceras práticas cotidianas de um serviço da rede socioassistencial, a investigação girava em torno de pensar sobre a racionalidade política que sustenta a centralidade dos vínculos na PNAS e, além disso, dar visibilidade ao processo biopolítico de governamentalidade que coloca em jogo um determinado modo de conduzir as famílias usuárias da Política. No entanto, com os novos encontros teórico-metodológicos essa escala se reduziu e a investigação da produção do vínculo passou, como podemos acompanhar a longo do texto, a rastrear os atores conectados em dois locais específicos do território da Política – em um de seus Cadernos, lançados pelo MDS (que, em seguida, me levou as produções do campo de conhecimento da Psicologia) e nas práticas cotidianas desenvolvidas em um PAIF. Assim, lente se ajustou ao registro da forma rede, deixando “de dividir os dados em duas porções: uma local e outra global” (LATOUR, 2012, p.257).

Nesse sentido, ao abandonar a ênfase sobre uma racionalidade política e, também, sobre o *modos operandi* da organização da PNAS para o governo da vida, passou a ser possível interrogar outro ponto como questão de pesquisa, ou seja, investigar como as práticas da rede que compõe a Assistência Social performam (*enact*) o vínculo como seu objeto. Um exercício acadêmico que buscou discutir redes de práticas localizadas, compreendendo como, a partir desses lugares específicos, se produz e se cultiva a existência do vínculo como objeto da PNAS. Portanto, mais uma vez, afirmo que o interesse dessa tese não está em desdobrar uma estratégia governamental global (ainda que através práticas locais) que tenta fazer o manejo da condução das condutas dos usuários da Política (com impacto nacional), mas sim descrever certas redes de práticas que produzem o vínculo, discutindo o que essa produção (situada) possibilita aos sujeitos fazerem. Um percurso de pesquisa que aposta sua potência na possibilidade de oferecer pontos de contraste e comparação para que outros locais e situações (MOL, 2008b) também possam pensar a si mesmos, ou seja, pensarem os efeitos que a produção de determinadas versões de vínculo podem nos “fazer fazer” (LATOUR, 2012) – sejam esses locais as unidades que desenvolvem as ações do PAIF, outros serviços que atuam com a lógica do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e assim por diante.

Pensar a produção do vínculo, assim como a produção de qualquer outro objeto, não significa, a despeito de algumas críticas dirigidas a essa perspectiva, que

possamos simplesmente inventar realidades, como num sonho ou em um conto de fadas onde tudo seria possível. Além de um mal entendido, essa linha de pensamento é, segundo Law e Singleton (2014), por si só uma fantasia, pois a TAR nunca teria se posicionado dessa forma. O que se coloca em jogo não é uma invenção fantasiosa sobre aquilo que apenas sonhamos ser possível obter existência no mundo, pois a ontologia dos objetos não é uma abstração, mas um efeito das associações entre entidades materiais e não materiais que atuam em rede (GARDNER et al., 2011). Se o vínculo como objeto da Política é trazido a existência através de atuações que se operam através de redes, isso requer muito esforço e trabalho duro (LAW e SINGLETON, 2014), não uma questão de imaginação.

Assim, se o trabalho em rede precisa ser constante para produzir e manter a existência do vínculo, não há como o concebemos como um objeto natural, já dado, que sempre existiu intocado em um centro a espera de ser observado por uma diversidade de pontos de vista que, ao invés de atentar para sua fabricação, criam distintos modos de olhar para uma realidade sempre única (MOL, 2007). Aqui o movimento é oposto, não há um vínculo ao redor da qual pairam nossas investigações e análises na tentativa de desvendá-lo, pois o vínculo é produzido, manipulado “no curso de uma série de diferentes práticas” (MOL, 2008a, p. 6) que o performam (ao contrário do que poderíamos pensar em um primeiro momento) não como um objeto único, mas múltiplo. Isso porque diferentes lugares e redes de práticas – como o documento da Política ou o campo de conhecimento da Psicologia – compõem distintas versões de vínculo. Como nos fala a autora, são “objectos diferentes, embora relacionados entre si. São formas múltiplas da realidade – da realidade em si” (MOL, 2008a, p. 6).

Algumas dessas diferentes versões (conforme mostrarei no capítulo 5), por serem performances advindas do campo de conhecimento da Psicologia, estão diretamente relacionadas com a herança de nossas práticas psis. E aqui, compreendo a noção de herança como algo que, como nos fala Despret (2004), nos oferece tanto a transmissão de algo como a possibilidade de transformação, a partir daquilo que nos é ofertado. Para visualizarmos essa noção, autora faz uso de uma fábula árabe que nos conta a história dos doze camelos. Nela, um velho pai, a beira da morte, reúne seus três filhos para fazer a divisão de seus bens, que se limitam a onze camelos. Ao filho mais velho deixara metade dos bens, ao do meio a quarta parte e ao mais novo a sexta parte. No entanto, com a morte do pai os filhos se

depararam com a seguinte problemática: como dividir a herança, se onze camelos não são divisíveis dessa forma? Eles recorrem, então, aos conselhos de um sábio que, como única forma de ajudá-los, lhes dá o seu velho camelo permitindo, assim, a divisão da herança conforme desejou o pai, pois com os doze camelos foi possível que o mais velho recebesse seis (metade dos bens), o do meio três (a quarta parte) e o mais novo dois (a sexta parte da herança). Com a divisão estabelecida o velho camelo foi devolvido ao sábio como forma de gratidão. O que a fábula nos mostra é uma herança que não pode ser transmitida sem transformação. Portanto, descrever as versões de vínculo que constituem nossa herança, advinda do campo de conhecimento da Psicologia, importa na medida em que essa descrição nos permite relacionar aquilo que se atualiza de nossa herança no cotidiano de trabalho socioassistencial, atentando para a produção de diferenças que essa atualização possibilita na relação com o outro.

As contribuições de Vinciane Despret (2004) ainda nos auxiliam a compreender que quando diferentes práticas forjam diferentes versões de um objeto, há também a coexistência de múltiplas formas de conhecimento. Essas, por sua vez, constituem tanto um veículo de nossa herança (pois possibilitam a circulação das performances de um determinado objeto, como o vínculo), quanto um meio para transformação de nossas ideias e concepções (quando o exercício do contraste entre diferentes versões nos auxilia a estranhar aquilo que já se encontra naturalizado). Transpor tal perspectiva para essa investigação nos possibilita entender que diferentes versões de vínculo implicam diferentes modos de operar na rede que compõem a Política de Assistência Social, modos que produzem diferentes efeitos, diferentes intervenções para o trabalho na proteção social, na promoção ao acesso à garantia de direitos sociais e ao exercício da cidadania – segundo os objetivos postos na Política.

Nos aproximando do final da tessitura de uma argumentação que buscou dar sustentação a essa política de investigação, enfatizo que não se torna mais possível pensar o vínculo como uma entidade que exista por si mesma, uma mera noção que utilizamos como explicação para as relações que se estabelecem no mundo, como quando dizemos “Maria se vinculou ao serviço, por isso segue participando dos grupos”. Não é mais possível nos conformarmos com o uso do vínculo como referente a uma simples associação que explica uma determinada ação (como a participação de uma usuária em determinado grupo). Portanto, minha tarefa nessa

tese diz respeito a assumir a postura de uma pesquisadora que, firmemente, segue seu caminho “como uma formiga, carregando seu pesado equipamento” (LATOURE, 2012, p. 47) na tentativa de estabelecer as associações e conexões que possibilitam a sustentação da produção do vínculo como objeto da Política de Assistência Social.

Para tanto, como procurei mostrar no decorrer do capítulo, essa tese se fundamenta em uma política de pesquisa que considera, no plano investigativo, a relação simétrica entre os diferentes atores que se entrelaçam nas práticas que forjam a realidade dos objetos, sejam eles materiais ou não (LATOURE, 2009). Trata-se de um movimento importante que nos permite (utilizando uma expressão do autor) abrir a “caixa preta” do vínculo e, mais precisamente, da produção de suas diferentes versões.

Para finalizar, se lhes apresentei a realidade do vínculo como um objeto múltiplo e performado é porque devemos considerar que a própria política de pesquisa dessa tese é performativa. Em outras palavras, ela também produza realidade da qual fala – “[o] que nos faz entender que a discussão de método de pesquisa não é tanto uma questão epistemológica, mas acima de tudo, política” (MORAES e ARENDT, 2012, p. 321). Parafraseando os autores, o que se coloca em jogo é interrogar quem e o quê conta para um território onde a produção e o fortalecimento de vínculo é tão fundamental.

3 UM BREVE SOBREVÃO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1 A organização socioassistencial que sustenta o vínculo

O fortalecimento dos vínculos familiares e a defesa e promoção do direito à convivência familiar e comunitária são metas que perpassam todas as normatizações da política nacional de assistência social (BRASIL, 2012b, p. 94).

Embora a Assistência Social tenha aparecido como um dever do Estado a partir da Constituição de 1988, sendo firmada pela a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, sua materialização como política pública é relativamente recente. No entanto, a história das práticas socioassistenciais no Brasil remonta o período colonial, com a chegada das missões jesuítas que buscavam promover mudanças na população indígena. De lá para cá, são décadas de uma história marcada pela benevolência, filantropia e parcerias público privadas (COUTO, 2009). Assim, desde a Constituição de 1988 se passaram mais de quinze anos até a criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), promulgada em 2004, que permitiu, no ano seguinte, a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Uma conquista que exigiu muito trabalho, lutas e negociações que envolveram (e constantemente envolvem) conexões e associações que colocam em relação uma rede de elementos diversos. Ou, como acompanhamos no capítulo anterior, uma rede composta por uma diversidade de atores – como profissionais, equipamentos, prédios, documentos, sistemas operacionais, programas, serviços, e, assim por diante – que se conectam e atuam para a sustentação e manutenção das redes de práticas que produzem a Política.

Ao longo desses anos de práticas desenvolvidas pelos serviços socioassistenciais do país, a academia conta hoje com inúmeros estudos que se debruçam sobre sua história, focando diferentes dimensões da emergência das práticas assistenciais, desde o trabalho filantrópico e benevolente à construção de políticas sociais que buscam a garantia de direitos. Discussões que perpassam trabalhos como os de Cardoso Junior e Jacooud, (2005); Mestriner (2001); Couto (2004; 2009); Cruz e Guareschi (2009); Sposati (1991, 1995); Lasta (2015); as estratégias de governo da vida, Lockmann (2013); Rodrigues, Cruz e Guareschi (2013); Cavagnoli (2014) e o governo da infância com Nascimento (2002) e Rizzini (2011), entre outros estudos.

Portanto, a proposta que faço nesse capítulo, não é desenvolver um texto de inspiração genealógica, ou organizar um panorama do contexto histórico das práticas de Assistência Social no Brasil. Como mencionei anteriormente, o escopo dessa pesquisa não é a produção do vínculo em meio aos embates históricos que permitem sua condição de possibilidade no presente, mas sua produção a partir da investigação de redes de práticas localizadas. A ideia aqui é, então, brevemente situar o leitor em relação aos pontos básicos da Política e sua organização, tanto em relação aos aspectos relacionados à centralidade dos vínculos familiares e comunitários, quanto aos pontos sobre os quais a investigação dessa tese se efetivou.

Primeiro, para entendermos a relevância de um estudo que se debruça sobre a Política de Assistência Social, é preciso compreender o lugar que ela tem assumido no âmbito das políticas públicas brasileiras, pois não é sem propósito o crescente investimento que ela recebeu nos últimos anos. Dados divulgados pelos meios de comunicação oficiais do governo brasileiro enfatizaram que em 2012 os investimentos em Assistência Social se multiplicaram treze vezes em dezesseis anos¹⁰. Um grande crescimento que incluiu áreas como a segurança social, educação e saúde. Entre esses, um dos principais investimentos foi o programa de transferência direta de renda, o Bolsa-Família. Como demonstra o relatório do Plano (BRASIL, 2014), em 2014 o número de pessoas que saíram da extrema pobreza chegou a 22 milhões. No entanto, tal investimento não tem sido apenas dirigido ao Programa Bolsa Família, mas também à implantação e ampliação dos serviços que constituem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sustentando a ideia de responsabilidade do Estado em garantir a proteção social para todos os cidadãos que dê-la necessitarem (BRASIL, 1988).

Desse modo, seguindo um modelo de organização baseado na LOAS (1993), a Assistência Social, como política pública, está estruturada sob dois tipos de proteção: I) a proteção social básica, que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; e II) a proteção social especial, que objetiva contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e

¹⁰ Informação disponibilizada pelo website do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2012/setembro/investimento-em-assistencia-social-multiplica-13-vezes-em-16-anos>. Acesso: Abril de 2015.

comunitários, a defesa dos direitos, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos (LOAS, 1993). Essa organização demarca, por sua vez, duas importantes características da PNAS que permeiam todos os níveis da Assistência Social: 1) a implementação de serviços centrados na família e organizados por área geográfica em comunidades consideradas em risco social e vulnerabilidade; e 2) o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, como meta da Política – que, como mencionei, perpassa todas as suas normatizações (BRASIL, 2012b).

Esse compromisso, firmado através da PNAS, é destacado também nas seguranças afiançadas que devem ser garantidas aos sujeitos que necessitam do auxílio socioassistencial. São elas: segurança de sobrevivência ou de rendimento e autonomia (garantia de rendimentos eventuais ou continuados), segurança de acolhida (ações de cuidado e proteção contra situações de abandono e fornecimento de suprimentos básicos como alimentação, roupas e abrigo) e a segurança de convívio ou vivência familiar – a qual se liga o fortalecimento dos vínculos. Assim, para a efetivação das metas e compromissos destacados na PNAS vemos ser criado, no ano de 2005, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que, de forma semelhante ao sistema de saúde, é dividido em diferentes níveis de complexidade (Básica e Especial), através dos quais são oferecidos serviços de proteção social no território de comunidades caracterizadas como vulneráveis e/ou com risco social.

É no primeiro nível de proteção oferecido pela Política que encontramos o ponto da organização de serviços e programas, a partir do qual essa tese situa suas análises e interrogações, ou seja, o plano da Proteção Social Básica que tem como objetivo "prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários" (BRASIL, 2004, p. 27). Para a efetivação desse propósito, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a principal unidade pública, responsável pela oferta de programas e serviços para pessoas em situação de vulnerabilidade social devido à pobreza, privação (por exemplo, a falta de renda e acesso aos serviços públicos) e/ou enfraquecido dos laços afetivos. É, portanto, a unidade encarregada de oferecer o registro no Cadastro Único para Programas Sociais¹¹ e, o

¹¹ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento utilizado para identificar e caracterizar as famílias de baixa renda (até meio salário mínimo por pessoa ou renda

mais importante para essa tese, é a unidade que abriga o serviço sobre o qual situo as análises relacionadas às práticas cotidianas realizadas pelos profissionais do SUAS: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que visa assegurar ações que envolvem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, contribuindo tanto para a ampliação das perspectivas de vida das famílias, como ao acesso a oportunidades (BRASIL, 2012a).

Já as situações nas quais as famílias e usuários se encontram em risco pessoal ou social (abuso físico e sexual, trabalho infantil, desabrigado, etc.) são encaminhadas para os serviços da Proteção Social Especial, que também é atravessada pelo fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Diferente da Proteção Social Básica, esse segundo tipo de proteção é dividido em dois níveis de complexidade: a Proteção Social de Média Complexidade, onde a unidade básica é o Centro de Assistência Especial Referência (CREAS) e a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que consiste em serviços que fornecem proteção integral para pessoas em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento institucional temporário (BRASIL, 2004).

Como podemos notar, a implementação da Política e de seus serviços é permeada em ambos os níveis de proteção social pelos vínculos familiares e comunitários. Como o escopo desse trabalho abrange apenas a Proteção Social Básica, o campo de investigação referente as práticas socioassistenciais sobre o qual me detenho, ao longo dos capítulos, se limita a dois territórios específicos: um documento da Política (o Caderno do MDS intitulado “Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”) e as práticas cotidianas de um PAIF, situado na cidade de Porto Alegre/RS.

3.2 Tecendo conexões entre a Psicologia e a Política de Assistência Social

Se esta pesquisa opera com o vínculo em um território bem específico – o das práticas socioassistenciais – como, então, cheguei a composição de uma tese de doutorado conectando o tema ao campo de conhecimento da Psicologia? O que teria ela a ver com isso? Confesso que nos primeiros passos à construção do projeto de tese a Psicologia aparecia de modo muito indireto, circulando apenas ao redor da

constatação de que os psicólogos se encontram entre os profissionais chamados a ocupar as equipes dos serviços disponibilizados pelo SUAS. Atualmente há um grande volume de psicólogos trabalhando nesses serviços, aproximadamente 23 mil¹² – um processo de inserção profissional que, com a reordenação das unidades e serviços implementados com o SUAS, não ocorreu sem tensionamentos.

O CRAS ilustra bem essa situação, pois se constituiu como uma unidade nova de atendimento socioassistencial, criada a partir da PNAS e que de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), tem como equipe mínima de referência (independente do porte do município) profissionais de nível superior que incluem um assistente social e, preferencialmente, um psicólogo e técnicos de nível médio. Uma oferta de emprego que tanto alegrou os profissionais da Psicologia como disparou discussões quanto ao lugar que eles deveriam ocupar nos serviços da Política. No município de Porto Alegre, acompanhei algumas dessas discussões, tanto em um grupo de estudos da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), como nos encontros do Projeto Conversando sobre o SUAS¹³, no qual ouvi de uma psicóloga, trabalhadora de um CRAS da região metropolitana, que em seu município as vagas para psicólogos na Assistência Social estavam diminuindo (em sua opinião) porque os psicólogos ficavam debatendo muito sobre o que deveriam fazer nesse campo e, ainda, negando-se a realizar determinadas atividades, como disponibilizar benefícios aos usuários (vale-transporte é um exemplo). Em relação às discussões acadêmicas, escutei rumores que questionavam para que serviriam os psicólogo(a)s estarem na Assistência Social, especificamente no que diz respeito ao trabalho desenvolvido em unidades como o CRAS, posto que o trabalho da Psicologia em unidades de acolhimento institucional já encontra-se consolidado há décadas.

Assim, na medida em que crescia o número de psicólogo(a)s atuando nos serviços do SUAS, aumentavam também as discussões sobre o papel da Psicologia na nova Política (SENRA e GUZZO, 2012; MOTTA e SCARPARO, 2013). E nessa movimentação, um dos principais pontos de tensionamento tem como condição de possibilidade o pressuposto de que, no trabalho social com as famílias, são

¹² Segundo dados divulgados em 2014 pelo *site* do Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/cfp-apresenta-comissao-nacional-de-psicologia-na-assistencia-social/>. Acesso: 24 de setembro, 2015.

¹³ Desenvolvido pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, na época, em parceria com o grupo de pesquisa *E-politics*, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

consideradas equivocadas as “modalidades [ações] com fins terapêuticos” (BRASIL, 2012a, p. 16), pois essas não corresponderiam às seguranças afixadas pela Política: a segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia), de acolhida e de convívio ou vivência familiar (BRASIL, 2012a).

Desse modo, como atuar em serviços que restringem o uso de ferramentas tradicionais do campo da Psicologia (como práticas clínicas e terapêuticas), se o propósito da Política é afirmar um sujeito de direitos, não um sujeito psicológico? Sujeito (psicológico) que, desenvolvendo-se a partir do ideário individualista, constitui um modelo de subjetividade que marca a atuação do psicólogo (DIMENSTEIN, 2000, p.97). Apesar dessa restrição, as orientações técnicas do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) “supõe o trabalho no campo das subjetividades” (BRASIL, 2012b, p. 17), permitindo aos psicólogo(a)s o uso de “uma escuta dos aspectos subjetivos envolvidos nas situações de vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias, possibilitando, quando for o caso, o encaminhamento aos serviços adequados na rede” (BRASIL, 2012b, p. 17). Possibilidade que situa a escuta como uma ferramenta que pode ser utilizada para identificar a necessidade de ações terapêuticas, mas não para o seu desenvolvimento no serviço da Política (BRASIL, 2012a).

No entanto, para além dos tensionamentos que podemos destacar nessa articulação política entre Psicologia e a efetivação de uma Política de Assistência Social, podemos situar o vínculo como um objeto estratégico, um ator que ao estabelecer uma conexão entre duas redes distintas de práticas – a rede que constitui a Psicologia e a rede da Assistência Social – permite aos profissionais da Psicologia um ponto de ancoragem no âmbito da proteção social. Como ouvi de uma psicóloga, técnica de um CRAS (em um dos encontros do Projeto Conversando sobre o SUAS) o vínculo familiar e comunitário é “*altamente orientador do serviço [...]*”. Assim, se a Psicologia performatiza práticas que tentam estreitar, fortalecer, reconstruir ou romper vínculos entre pessoas – e entre pessoas e coisas – ela compõe e/ou atualiza versões de vínculo na rede de práticas que compõe a Política de Assistência Social. Como veremos no capítulo 5, a Psicologia carrega e faz circular diferentes versões de vínculo que constituem uma herança de suas práticas. Nesse sentido, chamar psicólogo(a)s para integrar os serviços do SUAS, nos quais o fortalecimento dos vínculos é um operador central, não parece algo tão estranho, ou incongruente.

Claro que outro ponto que conectava o campo psi as práticas da assistência era o fato de que eu, como pesquisadora e, também, com formação em Psicologia, estava em um Programa de Psicologia Social, onde volta e meia circula a pergunta: e onde está a Psicologia no teu trabalho? Mas eis que ela – a Psicologia– foi mostrando suas redes, se ramificando nos caminhos labirínticos da pesquisa, até chegar ao ponto de se estender ao centro de meu problema de pesquisa. Essa movimentação me permitiu perceber, com um misto de surpresa e obviedade, que as redes de práticas que atuam na performance do vínculo localizadas no campo de conhecimento da Psicologia, também ocupam espaço na produção do vínculo como objeto da Política de Assistência Social. Esse redirecionamento do modo com o qual se apresentava a relação entre a PNAS e a Psicologia permitiu resituar o vínculo na pesquisa. Agora não mais apenas como um operador central da PNAS, mas como um operador que ganha existência na rede de práticas da Assistência Social na sua relação com o campo de conhecimento da Psicologia.

Situar o vínculo como um objeto cuja produção de determinadas versões podemos localizar no campo de conhecimento da Psicologia (como referenciado no Caderno do MDS), permite, ainda, a discussão da relação entre ciência e sociedade, já que a articulação dos saberes psicológicos, na construção da PNAS, também gera efeitos na produção dos modos de viver em sociedade. Como nos fala Jasanoff (2004), a produção científica, de expertise, de leis e da organização social não está separada da política. Assim, apontando a inseparabilidade entre ciência e sociedade, sugere que possamos fazer uso de um idioma de co-produção. Segundo a pesquisadora, qualquer período histórico ou formações culturais e políticas particulares devem ser abordados a partir dessa co-produção, como uma proposição que reconhece que o modo como nós conhecemos o mundo (a natureza, a sociedade) é inseparável dos modos com os quais escolhemos viver nele. Ou seja, o conhecimento e suas incorporações materiais são tanto produtos do trabalho social, como constitutivas de formas de vida social.

Desse modo, pensar a relação da Psicologia e das práticas sociassistenciais é também discutir a produção de modos de vida, e de sujeitos possíveis na articulação dessas redes. Em última instância, é pensar a produção de coletivos, em contraponto a noção de sociedade, onde humanos e não humanos estejam entrelaçados, mesclados, dividindo a responsabilidade pelas ações postas em curso na associação de diferentes entidades (LATOURET, 2001) que interagem na produção

do vínculo no território da Política. Fazendo referência as palavras do autor, “a sociedade é construída, mas não construída socialmente. Os humanos, durante milênios, estenderam suas relações sociais a outros atuantes com os quais trocaram inúmeras propriedades, formando coletivos.” (LATOURE, 2001, p. 227, grifo no original).

Portanto, ao demarcar o vínculo como um objeto que ganha existência e atua na PNAS a partir das conexões estabelecidas com o campo de conhecimento da Psicologia, podemos considerar: 1) que o fortalecimento dos referidos vínculos, como um compromisso da PNAS, é desenvolvido por ações cotidianas que incluem práticas desempenhadas pelos profissionais da Psicologia; 2) que a criação de uma Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos dentro da própria Política (BRASIL, 2013), é produzida a partir de elementos heterogêneos de diferentes redes de conhecimento, entre os quais vários advêm do campo de conhecimento da Psicologia.

Pontos que possibilitam interrogar o que as versões de vínculo que temos performado, no campo da Política de Assistência Social, tem nos feito fazer. Além do mais, vincular pessoas (e pessoas e coisas) nos fazem agir, produzir objetos e relações que antes não existiam ou que passam a deixar de existir. Assim, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários não compõe a Política por um mero acaso, ou, apenas demarcando um vocabulário “politicamente correto”, ele busca auxiliar tanto na superação de situações de risco (BRASIL, 2004) como a minimizar vulnerabilidades no exercício da proteção social (BRASIL, 2013). Mas no escopo dessa pesquisa, o ponto de interesse é discutir o que vincular e fortalecer os vínculos nos faz fazer. Aqui, é importante deixar claro que o propósito dessa investigação não é operar no campo do bem e do mal, mas no campo ético que nos leva a pensar tanto sobre o que a produção do vínculo nos faz fazer, como o que desejamos para o coletivo com o qual trabalhamos.

Desse modo, tento aproximar minha pesquisa ao lugar em que Mol (2002) situa seu trabalho quando esclarece que o tom da sua escrita é reflexivo, não argumentativo. Ao invés de criar uma posição fora de seu campo de investigação (a medicina) para julgá-la, a pesquisadora busca se envolver com uma normatividade de modo mais íntimo, abrindo diferenças dentro do próprio campo e criando melhores acessos a ele. Assim, a escrita dessa tese aposta na abertura a novas possibilidades para pensarmos sobre como e o que a multiplicidade de

performances do vínculo, no território da Assistência Social, nos permite fazer e quais seus efeitos na produção de subjetividades e na constituição de experiências no campo da proteção social.

PARTE 2
Produzindo movimentos de miopia analítica: a produção do vínculo nos territórios mapeados

4 MOVIMENTO 1: A performance do vínculo no Caderno da Política

“convivência é forma e vínculo é resultado.”

(BRASIL, 2013)

Como mencionei anteriormente, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, como meta da PNAS (BRASIL, 2012b), possui como documento de referência o Caderno do MDS intitulado “Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”. Seguindo formulações teóricas e estudos empíricos, esse documento configura a temática utilizando-se tanto do conhecimento acadêmico-científico, quanto do reconhecimento das experiências de consolidação do SUAS nos municípios brasileiros, principalmente, em relação a implementação de serviços socioassistenciais (BRASIL, 2013).

Em linhas gerais, o Caderno aborda os seguintes tópicos 1) a segurança do convívio na proteção social; 2) heranças e legados; 3) convivência e fortalecimento de vínculos; 4) vulnerabilidades relacionais; 5) fortalecimento de vínculos como finalidade; 6) convivência como processo e metodologia e 7) consequências programáticas. Nesse caminho, discorre sobre diferentes caracterizações das vulnerabilidades relacionais – conflitos, preconceito/discriminação, abandono, apartação, confinamento, isolamento, violência – circunscrevendo o fortalecimento de vínculos como trabalho “que intervém nas situações de vulnerabilidades relacionais produzindo proteção socioassistencial” (p. 35). O documento mostra também que a promoção de espaços de convívio é a forma que produz o vínculo como resultado do trabalho social, a partir da relação expressa na proposição “convivência é forma e vínculo é resultado” (BRASIL, p.23, 2013) – sintetizada por Aldaíza Sposati, especialista do campo¹⁴.

O Caderno oferece, ainda, um conjunto de indicadores para orientação de estratégias aos profissionais da PNAS em direção à ampliação e diversificação do campo relacional dos usuários dos serviços. Indicadores, caracterizados sob o

¹⁴ Embora o Caderno “Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” (BRASIL, 2013) mostre já na terceira página um desenho (sem referência de autores) explicitando o movimento da relação da convivência como forma e do vínculo como resultado, essa expressão é referenciada na página vinte e três como sendo uma síntese de Sposati (2012 apud BRASIL, 2013). No entanto, ainda que o link para o texto da autora se encontre disponível no documento, atualmente ele está fora de funcionamento e não o encontrei disponível em outros sites da *web* ou nas bibliotecas as quais tive acesso.

aspecto da parcialidade, que permitiriam a identificação e qualificação dos resultados obtidos, considerando como base que:

- Algumas relações de parentesco são fonte de afeto e apoio ordinário;
- Algumas relações com amigos são fonte de afeto, valorização e prazer de viver juntos;
- Algumas relações orgânicas¹⁵ são fonte de parceria e realizações produtivas;
- Algumas relações de cidadania são fonte de aprendizado, de diálogo e conquistas;
- As relações com os profissionais da política de Assistência Social são fonte de referência de continuidade e amoralidade no enfrentamento das situações de vulnerabilidade (único indicador que não pressupõe parcialidade, pois a proteção como ação profissional não é uma possibilidade, mas um dever);
- Os territórios tecidos por essas relações serem valorizados como lugares de pertença.

Para que tais indicadores possam ser operacionalizados, “as situações de convivência são tomadas como oportunidades que precisam ser criadas, preparadas e a experiência é o foco de análise e entendimento” (BRASIL, 2013, p.39). Além disso, a articulação que situa a convivência como metodologia, ou seja, como estratégia que permite a performance do vínculo como resultado do trabalho, deve estar implicada na produção da proteção social como condição de cidadania (BRASIL, 2013). Nessa direção, como veremos abaixo, embora o documento se constitua pela relação entre elementos humanos e não-humanos, tanto o convívio quanto os vínculos são compreendidos como “atributos humanos” que permitem minimizar as vulnerabilidades e, por isso, devem ser assegurados pelos serviços locais em todas as fases da vida (BRASIL, 2013).

Desse modo, sendo um documento central para a compreensão da concepção da relação convivência-vínculo no campo da PNAS, destaco o referido Caderno como um dos materiais de investigação dessa pesquisa, sobre o qual irei me deter nesse capítulo. A partir dele traço uma descrição dos elementos encontrados na sua rede de práticas, visibilizando a atuação dos diferentes atores (humanos e não-humanos, materiais e imateriais) com o intuito de compreender tanto a produção do vínculo, como o que ele pode nos “fazer fazer”(LATOUR,

¹⁵ O uso da expressão “relações orgânicas” faz referência ao vínculo de participação orgânica, uma das formas de vínculo descritas pelo sociólogo francês Serge Paugam, caracterizada pelo aprendizado e exercício de uma função determinada na organização do trabalho (PAUGAM, 2012).

2012);que capacidades de atuação surgem através da interação com as versões de vínculo produzidas.

Se em um primeiro momento poderíamos afirmar que o vínculo, como objeto da Política, é performado como resultado do trabalho realizado a partir dos serviços da Assistência Social (BRASIL, 2013), ao seguirmos, com “olhos míopes”, os atores que compõe a rede de práticas que se estabilizou no (e como) Caderno da Política, encontramos três formações, ou, eixos distintos que trazem a existência três respectivas versões do referido objeto. Cada uma dessas versões é constituída por diferentes elementos/entidades que interagem entre si atuando no sentido de capacitar os sujeitos à possibilidade de vivências coletivas que produzam experiências específicas.

Portanto, considerando a política de investigação que constitui essa tese, exploro e descrevo tais eixos compreendendo-os como distintos *assemblages*, ou seja, como a associação de diferentes elementos que caracterizam a formação de um todo,não a partir do simples agrupamento das entidades que o compõe, mas pelas relações de exterioridade que estabelecem entre si através de suas capacidades de interação que, por sua vez, possibilitam a produção de efeitos diversos (DELANDA, 2006). Aqui é importante entendermos que, ao serem exercidas apenas em interação, as capacidades não são um dado *a priori*, elas só se tornam visíveis em associação com outras entidades produzindo efeitos que não podem ser reduzidos a nenhuma delas. Em outras palavras, um *assemblege* só se constitui como resultado do exercício real da capacidade de interação de cada entidade que o compõe (DELANDA, 2006). Portanto,nesse movimento de análise busco visibilizar as interações que se estabelecem nos eixos, ou seja, nos *assemblages* que compõe o Caderno da Política forjando versões de vínculo a partir do que podemos situar como três diferentes superfícies, ou, planos de atuação referenciados no próprio documento:plano 1) do poder, 2) do afeto e 3) da ética. Ao localizar as interações exercidas em cada um desses planos é possível visualizarmos a produção de efeitos que permitem aos usuários da Política o exercício de três possibilidades de experiências, atuadas através dos encontros e das relações coletivas (BRASIL, 2013).

O primeiro *assemblage* se configura sob o tripé referido no Caderno como “convivência, vínculo e poder”. Como veremos mais adiante, ele performa o vínculo como poder e é produzido a partir da associação de atores de duas redes de

práticas distintas, ambas situadas no domínio da produção do conhecimento científico: uma relativa as contribuições teóricas do psicólogo e pensador bielorrusso Lev Vygotsky e a outra ao educador brasileiro Paulo Freire. Mais especificamente, sustentando essa versão de vínculo, encontramos a interação entre dois atores particulares, as “relações” – elemento da rede traçada pelo psicólogo bielo-russo que demarca a constituição dos sujeitos “na relação com o outro” (BRASIL, 2013, p.17) – e o “processo coletivo” – advindo do campo educacional brasileiro e que demarca as relações estabelecidas entre os sujeitos como referencia tanto para a constituição do indivíduo como para o próprio coletivo. Esses são atores que, em interação no documento da Política, atuam estabilizando uma versão de vínculo que oferece aos usuários dos serviços socioassistenciais a possibilidade da experiência da igualdade (BRASIL, 2013) entre os sujeitos.

Nesse ponto poderíamos nos perguntar como tal versão do vínculo, que se estabiliza no Caderno da Política pela interação entre esses dois atores, poderia vir a ser atualizada no cotidiano de trabalho de um serviço socioassistencial? Pelo exercício de determinadas práticas que essa versão possibilita aos operadores dos serviços. Práticas que colocam em funcionamento a convivência como metodologia atuando na promoção dos encontros entre os usuários, tais como o desenvolvimento de grupos de familiares e grupos de convivência que instigam o investimento em “formas de intervenção que promovem encontros que afetam as pessoas, mobilizando-as e provocando transformações” (BRASIL, 2013, p. 17).

Nesse *assemblage* encontramos, também, uma tradução do “processo coletivo” que advém da rede de práticas do campo educativo para o campo do trabalho socioassistencial, o que, em termos latourianos, significa uma ação de mediação técnica (LATOUR, 2001) que gera uma interferência, uma translação de objetivos entre as entidades em relação compondo um algo a mais, ou, seja, um novo objetivo que não existia *a priori* a interação das entidades¹⁶. Desse modo, a tradução que acompanhamos aqui nos mostra a passagem de um aprendizado de conteúdo e da condição de oprimido, para um aprendizado da e na coletividade que

¹⁶ No sentido aqui abordado, tecnologia se constitui como uma ação de mediação entre entidades que perdura no tempo e espaço (TIRADO et al. 2014) que podem efetuar: 1) uma interferência, gerando uma translação de objetivos entre os agentes associados indicando um “deslocamento, tendência, invenção, mediação, criação de um vínculo que não exista” (LATOUR, 2001, p. 206); 2) uma composição, através da qual a associação entre diferentes entidades produz novos elementos e capacidades; 3) uma transposição da fronteira entre os signos e as coisas, que substitui tanto a substância de nossa expressão, como sua forma (LATOUR, 2001).

opera com a proteção social. Um movimento que oferece aos usuários da Política uma abertura ao aprendizado de diferentes saberes (implicados com a proteção do cidadão) onde os conhecimentos acadêmicos e a experiência vivida pelos sujeitos, são colocados no mesmo plano, sem hierarquia valorativa (BRASIL, 2013) – uma clara referência freiriana.

O processo coletivo, como ator em interação com as “relações”, permite aos usuários, ainda, exercitar o que o Caderno destaca como capacidade de assumir-se (ter autonomia), assim como, a construção coletiva de identidades e singularidades (aprendizado). Isso propiciaria aos sujeitos a realização de escolhas pessoais, políticas e afetivas afirmando um exercício político específico do conviver como “poder experimentar uma condição de igualdade para poder projetar com o outro, mudanças para si e para a coletividade” (BRASIL, 2013, p.18). Nesse sentido, a promoção dos encontros se torna prática fundamental à possibilidade da experiência da igualdade. E é exatamente o elemento “encontro” que se constitui como zona de contato com o exterior, ou seja, com as associações que produzem o próximo *assemblage*, configurado no Caderno da Política pela relação “Convivência, vínculo e afeto”.

Assim, no segundo *assemblage*, que performa o vínculo como afeto, também encontramos conectados atores de duas redes distintas do campo de conhecimento – a Filosofia e a Psicologia – que em interação sustentam aos usuários da Política a possibilidade de experimentar a sensibilidade e a criatividade (BRASIL, 2013). O primeiro elemento que visualizamos ao seguir essa rede de associações, a “capacidade de afetar”, advém do campo de conhecimento filosófico, mais precisamente da rede tecida pelo filósofo holandês Baruch Espinoza. Tal elemento atua demarcando um efeito que seria inerente a todos os encontros, a possibilidade de deixar marcas e permitir ser marcado pelo outro. Desse modo, a conexão entre os “encontros” e a “capacidade de afetar e ser afetado” tem como efeito a produção de nossas “emoções” que, por sua vez, irão constituir a força motriz das ações que afetam a compreensão que os sujeitos têm de si e do mundo – o que, segundo o Caderno (BRASIL, 2013,) possibilitaria mudanças importantes para o enfrentamento de certas condições de existência:

Destaca-se [...] a importância das emoções/afetos na atividade humana, permitindo que seja considerada uma ferramenta no trabalho das políticas sociais, pois a necessidade de reconhecimento e de expansão da vida manifesta na felicidade e na liberdade são tão relevantes e concretas quanto a sobrevivência física e material (BRASIL, 2013, p. 20).

Os “encontros” e a “capacidade de afetar” associada à rede de práticas do trabalho social interagem, ainda, com outro conceito espinoziano que, nessa rede heterogênea, funciona como critério de avaliação das práticas desempenhadas: a “expansão da vida”. A associação desse elemento como mais um ator dessa rede possibilita o exercício da ponderação, que permite avaliar se os encontros promovidos no campo da assistência estariam favorecendo a expansão da vida (instigando o sentimento de valorização e a potencia de agir) ou a reduzindo, gerando desqualificação, imobilização e subordinação dos sujeitos (BRASIL, 2013).

Já os atores advindos da rede de práticas do campo de conhecimento da Psicologia se encontram em interação nesse *assemblage* forjando a compreensão de um “conceito alargado de vínculo” (BRASIL, 2013, p. 20). São elementos que, rastreados, encontramos dispostos em de redes de práticas que performam versões de vínculo ligadas às produções do campo da psicologia de referência psicanalítica, com John Bowlby, Melanie Klein e Donald Winnicott (e suas versões do vínculo da relação mãe-bebê) e da psicologia social, com Pichon-Rivière e Jacob Moreno, e suas performances que articulam a inter-relação dos processos de comunicação e de aprendizagem na produção do vínculo (BRASIL, 2013).

Desse modo, em relação ao campo da psicologia de referência psicanalítica, encontramos a “relação mãe-bebê” conectada aos demais elementos desse *assemblage*, atuando a possibilidade de produzir práticas no campo da assistência que, na interação com os “encontros” (coletivos ou particulares, como as visitas domiciliares ou a acolhida particularizada) capacitem os profissionais a olharem para o que acontece na díade mãe-bebê. Isso se faria importante na Política na medida em que ela considera “o fato de que o processo de vinculação tem início nos primeiros dias de vida [...] e agrega a perspectiva de ser uma produção transgeracional e imanente à produção de sujeitos” (BRASIL, 2013, p. 20).

No que diz respeito ao âmbito da psicologia social, encontramos em associação elementos de outras duas redes de práticas. O primeiro é aversão de “vínculo como estrutura complexa”, performada pelas contribuições do psiquiatra e psicanalista argentino Enrique Pichon-Rivière (1986) e que, segundo o autor, permite o entendimento de que o vínculo é uma articulação que inclui diferentes componentes: um sujeito, um objeto e os processos de comunicação e aprendizagem. A relação entre esses elementos, que marca a complexidade do

vínculo, oferece aos profissionais da Assistência Social a possibilidade de reconhecer a existência de uma

[...] dimensão psíquica/interna que informa que os modos de se vincular, se ligar a um objeto (outra pessoa) podem sofrer cristalizações, fazendo com que o sujeito repita um jeito de se relacionar [...]. Estas cristalizações foram construídas em relações difíceis de serem vividas, muito provavelmente, na primeira infância (BRASIL, 2013, p.20).

No entanto, esse efeito de cristalização dos modos de se vincular não se tornaria um impeditivo ao trabalho social com as famílias. Essa cristalização não pressupõe uma eterna repetição ou imobilidade do sujeito, pois, em contrapartida, existiria sempre a possibilidade de desarticulá-las em meio às situações de convivência produzidas na interação dos “encontros” e do “processo coletivo”, auxiliando no estabelecimento de vínculos mais flexíveis e novos modos de agir e de se relacionar (BRASIL, 2013).

Na composição à abertura de possibilidades para mudanças, que podemos aqui referir como mudanças subjetivas ou nos modos de viver e conviver encontramos ainda, outros três elementos associados a esse *assemblage* e que são referenciados à psicologia social, advindos da rede de práticas performada pelo psicodramatista Jacob Moreno: as “relações humanas”, os “papéis” e o “grupo”. Em sua produção de conhecimento, a interação entre esses elementos atua produzindo o vínculo como resultado das relações humanas que, por sua vez, são marcadas por papéis – a forma de funcionamento do indivíduo. Nesse sentido, a organização grupal assume um lugar fundamental na composição do vínculo, posto que, em primeiro lugar o que existe não é o indivíduo, mas o grupo e, portanto, as relações que se estabelecem através dele (BRASIL, 2013). Desse modo, no campo das práticas socioassistenciais, apostar na composição de grupos (assim como vimos em relação aos encontros), oferece a possibilidade de abertura e desenvolvimento das relações humanas, a partir das quais os sujeitos podem vir a experimentar novos papéis gerando mudanças na estrutura das próprias relações (BRASIL, 2013).

Essa seria a potência que se coloca no horizonte dos espaços de encontro e convivência oferecidos pelos serviços socioassistenciais, pois, como menciona o Caderno da Política, esses carregariam em si a possibilidade de experimentação e criação de diferentes modos de estabelecer relações (BRASIL, 2013). É uma aposta na produção coletiva, na potência que pode vir ou não vir a ser atualizada no cotidiano de trabalho. Como cada encontro se compõe a partir dos elementos que se

colocam disponíveis a ele a cada momento, é possível tanto estabilizar momentos de cristalização e reforço de subjetividades consideradas melhores e mais saudáveis (em termos hegemônicos e burgueses) como desestabilizar essa mesma estrutura/organização. O que irá se atualizar e se estabilizar dependerá sempre das conexões estabelecidas a cada encontro.

Finalmente, o terceiro e último *assemblage* – que performam o vínculo como ética – tem como efeito a produção do exercício da capacidade de experimentar a solidariedade. Aqui, o elemento “participação” atua como ator não apenas para o exercício da educação política (permitindo a inclusão dos usuários nos espaços de decisão), mas, também, com a possibilidade de ampliação tanto das relações na perspectiva da vivência da cidadania, como do compartilhamento de um mundo comum (BRASIL, 2013). Diferente dos eixos anteriores, onde se associam elementos referenciados à produção do campo de conhecimento científico, na esfera da ética estão postas em relação entrevistas com orientadores sociais, técnicos e especialistas na área da Assistência Social. As primeiras estão dispostas nessa rede atuando na sustentação do exercício da participação como possibilidade de educação do cidadão, da garantia da legitimidade das decisões, do sentimento de pertencimento à instituição a qual participam (com poder decisório) e da construção da reciprocidade – aspectos mencionados como importantes para manutenção da proximidade dos profissionais à vida dos usuários.

Assim, estimular o fortalecimento de vínculos significa também garantir espaços participativos na tomada de decisão e fomentá-los como estratégia sócio-educativa. Significa experimentar a solidariedade e partilhar um mundo comum (BRASIL, p. 23, 2013).

Já as entrevistas com os técnicos dos serviços atuam sustentando o valor do elemento “afeto”. Nesse sentido, os laços afetivos funcionam como condição para inclusão dos usuários nos dispositivos de decisão, pois a construção do afeto gera a confiança necessária à relação entre os profissionais e os usuários da assistência. Confiança que é destacada no seguinte trecho de entrevistas: “[p]ara que essa mãe possa contar comigo, eu preciso ter um vínculo afetivo com ela” (BRASIL, p.23, 2013). Portanto aqui, o afeto é tanto um ator em atuação na performance do vínculo como ética, como o ponto de conexão que encontramos como vínculo como afeto.

No mesmo *assemblage* encontramos conectados, também, dois elementos do campo de conhecimento da Sociologia, mais precisamente derivados da rede que

performa a tipologia dos vínculos, do sociólogo francês Serge Paugam¹⁷. Ambos estão ligados a uma compreensão específica de vínculo, ou seja, constituem a versão de vínculo de Paugam (2012). São eles: o movimento de “contar com” (referente àquilo que os sujeitos podem esperar de suas relações) e o de “contar para” (que expressa expectativa e reconhecimento)¹⁸. Ao serem conectados a rede que performa a versão na esfera da “Convivência, vínculo e ética”, esses movimentos passam a atuar como uma bússola ao mapeamento das relações de proteção e das relações onde essa se encontra ausente. Essa interação capacita os profissionais do SUAS a investigarem os diferentes tipos de vínculo estabelecidos entre os usuários, possibilitando a compreensão de como “as redes derivadas dessas relações são mobilizadas por elas e o quanto influenciam suas ações” (BRASIL, 2013, p.39).

Além dos elementos que produzem a multiplicidade ontológica do vínculo, encontramos no documento da Política alguns pontos estratégicos que auxiliam na manutenção das práticas que performam tais ontologias. A partir de elementos destacados por diferentes especialistas do campo da assistência, esses pontos estratégicos atuam: 1) na identificação da necessidade de avaliação dos vínculos nas relações intrafamiliares e suas redes de apoio; 2) no reconhecimento da distinção entre vínculo familiar e vínculo comunitário, que implicam distintos eixos programáticos; e 3) na indicação de que, para a construção de vínculo – como tradução de afeto – o trabalho socioassistencial deve ter uma direção/intencionalidade abrangendo, além da relação com os profissionais, a relação entre os usuários e a construção de uma referência específica para crianças e adolescentes (BRASIL, 2013).

Como vimos até aqui, seguir as associações em rede dos elementos heterogêneos que sustentam a existência do vínculo como objeto do Caderno da Política, nos permitiu evidenciar o que se colocou em circulação, em relação nesse processo de produção. Utilizando a metáfora laturiana da “caixa preta”, é possível pensarmos nesse procedimento como um movimento que buscou destrinchar o vínculo, performado como “resultado do trabalho” (BRASIL, 2013), lançando pontos de luminosidade sobre os efeitos que envolvem a interação entre seus diferentes

¹⁷ Paugam (2012) define quatro tipos interligados de vínculos sociais: 1) vínculo de filiação (natural ou social); 2) vínculo de participação eletiva (socialização fora da família); 3) vínculo de participação orgânica (relacionada à organização do trabalho); e 4) vínculo de cidadania.

¹⁸ Essa discussão pode ser encontrada em Paugam (2012).

atores. Esses, dispostos em rede de modo singular, estabilizam três configurações específicas que o vínculo assume no documento da Política e, que não podemos esquecer, dizem respeito apenas ao seu próprio arranjo. Assim, a rede que estabiliza o Caderno apenas se compõe do modo como a visualizamos (no traçado da rede produzido nessa escrita), a partir das articulações que se produzem nesse espaço. Outros elementos e outras interações culminariam em diferentes produções.

Esse movimento de análise permitiu, ainda, visibilizar a existência do vínculo como múltiplo documento da Política. Através da localização de suas micro redes, aqui descritas como diferentes *assemblages*, encontramos não apenas um objeto, mas três diferentes modos de atuar, performar o vínculo, que aqui chamei de vínculo como poder; como afeto e como ética. Essas três micro redes em relação produzem, por sua vez, o vínculo como resultado do trabalho social.

Ao acompanharmos o pensamento de Mol (2002) e Law e Singleton (2014), podemos dizer que o espaço documental que estabiliza a rede que se constitui como Caderno da Política, conecta diferentes atores que produzem versões específicas de vínculo que não se excluem, mas coexistem (MOL, 2002) e se interconectam.

[...] we draw a division between ontology (what there is) on the one hand and epistemology (what we know about reality) on the other. But this is precisely what ANT does not do [...] since there are lots of practices there are also multiple realities. Practices are sitting alongside one another in different places and practices, and what becomes really important (apart from the practices themselves) is how the different [...] realities get related together in practice (LAW e SINGLETON, 2014, p. 386)¹⁹.

Há, portanto, diferentes práticas que podem ser atualizadas no cotidiano dos serviços socioassistenciais instigando intervenções “que promovem encontros que afetam as pessoas, mobilizando-as e provocando transformações” (BRASIL, 2013, p.17). Ao assumir várias formas que coexistem no presente (MOL, 2002), a multiplicidade do vínculo gera como efeito uma diversidade do fazer aos profissionais que trabalham nos serviços do SUAS possibilitando, aos mesmos, o desempenho de diferentes práticas que se orientam para diferentes aspectos do cotidiano de vida dos sujeitos: como o que acontece na relação mãe-bebê; potencializando a abertura a novas relações; mapeando e avaliando as redes

¹⁹ Tradução livre: “[...] nós traçamos uma divisão entre a ontologia (o que é), por um lado, e a epistemologia (o que sabemos sobre a realidade), por outro. Mas isso é precisamente o que ANT não faz [...] uma vez que existem muitas práticas também há múltiplas realidades. Práticas estão colocadas lado a lado em diferentes lugares e práticas, e o que se torna realmente importante (aparte das próprias práticas) é a forma como as diferentes [...] realidades são relacionados juntas na prática”.

de relações entre os usuários; distinguindo o familiar e o comunitário; oferecendo sustentação aos laços afetivos; promovendo espaços de convivência (onde a participação tenha caráter decisório); atentando para a dimensão emocional, para os afetos que circulam e para a dimensão intrapsíquica; investigando os modos de vinculação dos sujeitos (se há movimentos de expansão da vida); se os sujeitos possuem redes de proteção com quem contar; produzindo especificidades no trabalho com crianças e adolescentes e assim por diante.

Essas intervenções, se seguirmos as orientações do Caderno, devem estar ligadas a estratégias organizadas em direção à ampliação e diversificação do campo relacional dos usuários, visando a qualificação do processo de produção das práticas destinadas a “ampliar, fortalecer e diversificar modos de relacionamento e os laços produzidos” (BRASIL, 2013, p. 40). Nesse sentido, novamente, o uso da convivência como metodologia é enfatizado como peça-chave em direção a promoção da proteção social, a partir da indicação das seguintes tecnologias e ferramentas que auxiliam a minimizar e/ou eliminar vulnerabilidades: escuta; postura de valorização/ reconhecimento; situações de produções coletivas; exercício de escolhas; tomada de decisão sobre a própria vida e de seu grupo; experiência de diálogo na resolução de conflitos e divergências; reconhecimento de limites e possibilidades das situações vividas; experiência de escolher e decidir coletivamente; experiência de aprender e ensinar horizontalmente; experiência de reconhecer e nominar suas emoções nas situações vividas; experiência de reconhecer e admirar a diferença (BRASIL, 2013).

Desse modo, as diferentes versões de vínculo performadas no documento da Política também geram a capacidade de explorar a produção de efeitos coletivos, a partir de três possibilidades de experiências oferecidas aos usuários da Política: a experimentação da igualdade, da sensibilidade e da criatividade e da solidariedade (BRASIL, 2013). Como nos falam Law e Singleton (2014), explorar as conexões e movimentos das redes que sustentam a existência das realidades nos mostra que, ao contrário do que comumente assumimos, uma política – e aqui uma política social – não produz uma realidade única. Do mesmo modo que, como vimos no capítulo anterior, não há uma sociedade, como um bloco discursivo, uma entidade que paira sobre nós, mas sim redes de associações que colocam em movimento, que estabilizam uma multiplicidade de coletivos.

Como acompanhamos na descrição acima, as práticas que forjam e delimitam o domínio das políticas públicas também performam múltiplos objetos e, no escopo desse trabalho, múltiplos vínculos que fazem os profissionais dos serviços do SUAS e os usuários da Política atuarem de determinados modos. Portanto, é fundamental que possamos interrogar que produções são essas para pensarmos seus efeitos possíveis no cotidiano dos serviços, das famílias e comunidades; com que produção de mundo e sujeitos estão implicados, pois o Caderno da Política, como rede que associa diferentes elementos do campo de produção do conhecimento científico, também produz um modo de conhecimento e portanto atua na produção de mundo, de políticas ontológicas que efetivamente performam versões de vínculo, formas de atuação e modos de agir.

Aqui é possível novamente conectarmos a ideia de que a produção científica, as produções de expertise, de leis e da organização social não estão separadas da política. O que nos instiga a pensar sobre qual é o projeto político que se busca estabilizar para o coletivo de usuários da PNAS quando se oferece aos profissionais de seus serviços a possibilidade de atualização de determinadas práticas, em detrimento de outras. Afinal o que torna determinadas conexões, que produzem objetos particulares, politicamente mais interessantes do que outros? Práticas que produzem o vínculo como poder, afeto e ética que, por sua vez nos possibilitam o exercício de intervenções específicas. E nesse ponto encontramos, também, a Psicologia, como campo produtor de conhecimento e expertise, e sua relação com as práticas que constituem a Assistência Social, pois é a estabilização do vínculo como afeto que permite conectar essas duas redes de práticas, atualizando, através dessa versão, um interesse político endereçado aos usuários dos serviços socioassistenciais, ao qual a Psicologia contribui como campo de produção de conhecimento.

É também interessante atentarmos para a relação da performance do vínculo com a produção de subjetividade. Nesse sentido, o Caderno da Política, como rede que associa diferentes atores/entidades para produção de políticas ontológicas específicas, performa versões de vínculo que atuam como conectores que permitem aos sujeitos estabelecer contato com elementos externos que podem ativar o exercício de determinadas capacidades, a serem desempenhadas em seu cotidiano de vida. E aqui podemos pensar a atualização da versão do vínculo mãe-bebê para pensarmos essa questão. Versão que se atualiza através do desempenho de

determinadas práticas que buscam intervir na relação mãe e filhos, podendo modificar (ou não) o modo de cuidado que uma mãe (ou outro cuidador) mantém em relação a eles. O vínculo, assim, permite modificar a relação entre mãe e filhos se tornando um objeto conector, ou seja, um objeto imaterial que permite estabelecer uma “*conexión que nos pone ante el desafío de estructurar nuestra subjetividade*” (TIRADO et al., 2014, p.36). Portanto, as versões de vínculo estabilizados no Caderno da Política se relacionam com processos de construção subjetiva. Isso significa que a estabilização que permite a produção de diferentes versões de vínculo (ou seja, de diferentes objetos) possibilita, também, a circulação desses mesmos objetos em meio às relações estabelecidas entre profissionais e usuários do campo da assistência, colocando em curso a possibilidade de atualização de determinados elementos que compõe sua produção subjetiva. Desse modo, o que se coloca em jogo nessa tese não é o que se poderia pensar como sendo apenas uma descrição das performances do vínculo, mas sim o que tais performances nos fazem fazer e sua relação com a produção de realidades e de sujeitos – sejam profissionais ou usuários da Política.

Questões as quais voltarei no capítulo 6, onde discutirei os processos de produção subjetiva a partir da noção de subjetivadores utilizada por Latour (2012), que se compõe nos diferentes territórios que ancoram minhas análises. Por hora, passaremos ao segundo movimento de análise, onde localizo e descrevo três redes do campo de conhecimento da Psicologia que performam versões de vínculo – das quais advém alguns dos atores descritos nesse capítulo. Redes que constituem uma herança às nossas práticas psicológicas e que carregam e fazem circular as versões de vínculo de John Bowlby (2002), Pichon-Rivière (1986) e Jacob Moreno (1974).

5 MOVIMENTO 2: Sobre aves, macacos, humanos e outros animais: o que está em jogo quando falamos de vínculo?

Como acompanhamos no capítulo 4, a performance do vínculo como objeto da Política, a partir de um de seus documentos em circulação, conecta diferentes atores que são convocados e atuam sustentando o vínculo (em suas diferentes versões) gerando, como efeito, três possibilidades de experiências aos usuários da Política. Desse modo, no processo de descrição das associações de elementos heterogêneos que performam as versões de vínculo no Caderno do MDS, foi possível rastrear e identificar os atores envolvidos nessa produção como elementos que se localizam e advêm de diferentes redes de campos do conhecimento. Entre elas encontramos a Psicologia conectada a duas das versões de vínculo performadas no Caderno da Política: a primeira é a versão de vínculo como poder (que conecta atores da rede de práticas do psicólogo bielorusso Lev Vygotsky) e a segunda a versão de vínculo como afeto, na qual se relacionam redes de práticas de produção de vínculo ligadas ao que Caderno refere como um “entendimento alargado” do mesmo. Essa compreensão inclui as produções de autores da psicologia de referência psicanalítica, que demarcam o vínculo desde a relação mãe-bebê (a partir das contribuições de John Bowlby, Melanie Klein e Donald Winnicott) e da psicologia social (com Pichon-Rivière e Jacob Moreno) destacando o vínculo na inter-relação dos processos de comunicação e de aprendizagem (BRASIL, 2013). Assim, foi rastreando e seguindo os inúmeros atores envolvidos na performance dessa segunda versão – vínculo como afeto – que as análises desse capítulo se materializaram.

Se, como acompanhamos acima, diferentes práticas performam diferentes versões de vínculo (MOL, 2002), cada um dos estudos/experimentos dos autores mencionados relaciona e conecta atores distintos, associados em redes que produzem múltiplas performances do vínculo. Portanto, mediante a composição de cenas proponho mostrar, a seguir, como cada uma dessas referências advindas do campo de conhecimento da Psicologia (e que compõem a PNAS) produzem não uma, mas diferentes versões de vínculo, postas em relação no documento da Política. Assim, a primeira cena refere-se ao estudo do processo de vinculação mãe-bebê, dentro do campo de conhecimento destacado pela Política como psicologia com referência psicanalítica. Embora o documento mencione três autores dessa

perspectiva (Melanie Klein, John Bowlby e Donald Winnicot), devido à extensão do trabalho, optei por trabalhar apenas como estudo realizado por Bowlby (2002). Essa escolha se sustenta, ainda, no lugar que a Teoria do Apego ocupa no campo da Psicologia, pois como pontua Vicedo (2013), houve uma ampla difusão e aceitação da Teoria no campo da Psicologia que demarcou tanto uma biologização das emoções infantis (postulando o amor materno como uma necessidade instintiva), como a articulação entre ideias da psicanálise e a etologia, através de estudos clássicos do comportamento de apego – como os desenvolvidos pelo etólogo Konrad Lorenz (1993) e o experimento realizado pelo psicólogo Harry Harlow (1959). Por fim, as duas últimas cenas referem-se a performance do vínculo no campo da psicologia social com Pichon-Rivière (1986) e Jacob Moreno (1974).

5.1 Dos animais não-humanos aos humanos: o apego

O psicólogo, psiquiatra e psicanalista John Bowlby é um dos primeiros autores referenciados a composição do vínculo no Caderno do MDS, situado no denominado campo da psicologia com referência psicanalítica (BRASIL, 2013). Entre seus estudos, sua principal contribuição foi o desenvolvimento de sua Teoria do Apego. Para tanto, o autor utilizou métodos experimentais que se apoiavam em observações e experimentos relacionados a etologia e a psicologia comparada, investigando as respostas comportamentais e “o repertório de sistemas comportamentais mediadores do comportamento instintivo humano [que] pode ser catalogado, e a forma de desenvolvimento de cada sistema identificado” (BOWLBY, 2002, p. 214).

Segundo Vicedo (2013) o desenvolvimento da teoria de John Bowlby não foi uma mera continuação de velhas ideias sobre o amor materno, mas o estabelecimento de um quadro naturalista para a díade mãe-bebê que se tornou um sistema biológico. Para demonstrar evidências da existência do apego (termo utilizado para o vínculo mãe-bebê) como um comportamento independente da satisfação de necessidades ou ganho de recompensas (conforme a teoria freudiana do Impulso Secundário preconizava), Bowlby (2002) baseou seus argumentos em teorias do desenvolvimento instintivo, agregando aos seus estudos diversos experimentos observacionais com filhotes de animais e bebês humanos, o que, por sua vez, permitiu ao autor configurar o vínculo entre a criança e sua mãe como “um

produto da atividade de um certo número de sistemas comportamentais que têm a proximidade com a mãe como resultado previsível” (BOWLBY, 2002, p. 221).

Antes de nos determos a performance do vínculo em Bowlby (2002), gostaria de destacar dois estudos a que o autor faz referência e que dizem respeito a versões distintas de vínculo que se relacionam como atores conectados a sua rede de práticas que performa o vínculo como comportamento de apego.

O primeiro estudo, realizado em meados dos anos 1930, é o pioneiro trabalho desenvolvido pelo etólogo austríaco Konrad Lorenz, a partir de observações do comportamento biológico das aves. Em seus estudos, Lorenz (1993) constatou que filhotes de ganso, assim que eclodiam de seus ovos, passavam a seguir um objeto em movimento (frequentemente, a mãe), assumindo um comportamento semelhante a uma resposta condicionada que, uma vez fixada, se tornava irreversível. A esse processo, nomeou estampagem (*imprinting*), uma “fase circunscrita ontogeneticamente” (LORENZ, 1993, p. 357) em que uma associação entre um padrão de comportamento e uma situação de estímulo ocorre sem efeitos reforçadores (ou seja, sem recompensas). No exemplo utilizado pelo autor, ao sair do ovo, um filhote de ganso selvagem emite um silvo de desamparo frente ao qual,

sob condições normais, sua mãe responde com um cacarejo rítmico [...].O mecanismo de aprendizagem que convém ao ganso poderia ser assim verbalizado: “quando você se sentir pela primeira vez sozinho, pronuncie seu silvo de desamparo; então olhe para alguém que se mova e diga 'gang, gang, gang', e nunca, nunca se esqueça de quem é, porque este alguém é sua mãe” (LORENZ, 1993, p.357).

Para o etólogo, esse processo de aprendizagem encontra-se ligado a um programa filogenético que se sustenta pela manutenção do comportamento de seguir, mantendo a proximidade do objeto em movimento. No exemplo dos gansos, tal proximidade é produzida pela emissão de silvos que o filhote dirige à sua mãe, frente aos quais ela deve reagir emitindo silvos rítmicos. A partir desse momento, a ave mãe passará a ser seguida pela pequena ave durante certo período de tempo. Assim, encontramos em Lorenz (1993) um vínculo cuja performance envolve a realização e coordenação da prática de observação de um pesquisador (sujeito que compõe e descreve a cena); a ave que eclode de seu ovo; a presença de um objeto em movimento; a emissão de silvos da pequena ave direcionada ao objeto em movimento; a resposta da ave mãe (com silvos rítmicos); um programa filogenético e, por fim, o comportamento do filhote de segui-la (ou a outro objeto em movimento

na cena). Diferentes atores que se relacionam para uma versão do vínculo performada como o padrão de comportamento de seguir um objeto em movimento.

Embora Lorenz (1993), nos primórdios de seu trabalho, tenha deixado claro que seu trabalho se relacionava apenas às aves, estudos posteriores – como o de Bowlby (2002) – levaram seu conceito de estampagem a um sentido mais geral, ligado a “quaisquer processos que possam atuar para levar o comportamento de apego filial de uma ave ou um mamífero jovem a dirigir-se preferencial e estavelmente para uma ou mais figuras discriminadas” (BOWLBY, 2002, p. 206). Lorenz, após saber desse interesse em relação ao seu trabalho, também extrapolou a ideia de estampagem em aves para o domínio do reino humano (VICEDO, 2013).

A extensão desse conceito, assim como a utilização da noção de instinto de Lorenz, permitiu a Bowlby (2002) compor a existência do comportamento de apego em humanos através de observações que evidenciavam a manutenção do comportamento de proximidade tanto em aves, quanto em diferentes espécies de primatas (observados em ambiente natural e laboratorial). E aqui, nos encontramos com o ponto que nos leva ao segundo estudo que mencionei descrever como um ator da rede de práticas que performam o vínculo em Bowlby (2002): o famoso experimento com macacos *rhesus* do psicólogo americano Harley Harlow, o qual Bowlby utilizou como suporte empírico para sua Teoria do Apego, sustentando a crença de que há um período crítico e precoce no desenvolvimento infantil que marca o caráter do jovem adulto (VICEDO, 2013).

Esse experimento, realizado em meados dos anos 1950, era parte de um estudo que tinha como objetivo identificar os fatores envolvidos na formação do vínculo de apego, a partir de uma série de testes criados em laboratório para investigar respostas afetivas em filhotes de macacos *rhesus*. Segundo os pesquisadores, essa investigação possibilitava romper com a ausência de dados experimentais para avaliação de teorias sobre o desenvolvimento afetivo – ligada a dificuldade de se poder considerar humanos como sujeitos de um experimento laboratorial (HARLOW e ZIMMERMANN, 1959). Para tanto, durante os três anos que antecederam o início da pesquisa, cerca de 60 filhotes de *rhesus* foram separados de suas mães (de seis a doze horas após no nascimento) para serem criados no laboratório de primatas da Universidade de Wisconsin.

Em meio à série de testes desenvolvidos, o experimento inicial (concebido para avaliar o papel do cuidado no desenvolvimento do feto) colocou os filhotes em

contato com duas estruturas confeccionadas com arames, uma com e outra sem revestimento de pano, que tinham o objetivo de desempenhar o papel de mães substitutas. Para a realização do experimento, foi utilizado o seguinte arranjo laboratorial: para construção da estrutura da mãe substituta de pano (*cloth mother*), um cilindro de madeira foi revestido com um tecido felpudo; para a mãe substituta de arame (*wire mother*), nenhum revestimento, apenas a própria estrutura de base construída com arame. Cada uma das mães substitutas recebeu diferentes faces (com o intuito de manter a singularidade das diferentes situações do teste) e foram colocadas a um ângulo de 45° em relação à base de alumínio – posição que facilitaria aos filhotes a ação de agarrar-se à estrutura montada. Segundo Harlow e Zimmermann (1959), ambas forneciam os requisitos básicos conhecidos para um cuidado adequado. A única variável do experimento seria o contato com o conforto.

Oito filhotes foram colocados em gaiolas individuais, nas quais foram anexadas (em cubículos diferentes) uma mãe de pano e outra de arame. Em quatro dessas gaiolas havia uma mãe substituta de pano com alimento e outra de arame sem alimento. Nas outras quatro, a situação foi invertida, uma mãe substituta de arame com alimento e outra de pano sem o alimento. As duas situações duraram um prazo mínimo de 165 dias, nos quais os filhotes foram testados em situações diversas, como, por exemplo, com a colocação de objetos estranhos nas gaiolas.

A partir do experimento inicial, a capacidade de resposta afetiva foi mensurada pela média de horas por dia despendidas junto a cada uma das mães que ofereciam alimentação. Segundo a análise dos pesquisadores, em ambos os casos, o resultado obtido foi semelhante apenas durante um curto período de adaptação, pois, ao longo dos 165 dias, os oito filhotes participantes do experimento passaram a demonstrar uma evidente preferência pela mãe de pano. Esse dado produziu a evidência do contato com o conforto como uma variável de extrema importância ao desenvolvimento de respostas afetivas. Segundo os pesquisadores, a semelhança mais importante entre os *rhesus* e humanos em relação ao desenvolvimento afetivo está nas respostas consideradas como base do afeto: o cuidado, o agarrar-se e as explorações visuais e auditivas (HARLOW e ZIMMERMANN, 1959).

Os diversos elementos que atuam nessa performance do vínculo foram coordenados sob a construção de um denominador comum: a média de horas por dia que os filhotes passam junto a cada uma das mães que disponibilizam alimento.

Portanto, filhotes de macacos *rhesus* (separados de suas mães depois do nascimento); gaiolas individuais; estruturas cilíndricas de arame (com e sem revestimento de pano) anexadas a gaiolas com uma inclinação específica; a colocação de faces nessas estruturas; alimentos alocados em diferentes lugares da gaiola; a observação e mensuração do tempo que o filhote se mantinha junto à mãe substituta, todos esses elementos juntos, produzindo a demonstração da preferência dos filhotes *rhesus* pela estrutura que recebera o revestimento de pano (mesmo nas situações em que o alimento era disponibilizado apenas junto à estrutura de arame), performam o comportamento de apego entre mãe substituta e filhote como um vínculo que está para além da necessidade e provisão de alimentos.

Ao se constituírem como atores que compõem a rede heterogênea que performa o vínculo como comportamento de apego (BOWLBY, 2002), a estampagem de Lorenz (1993) e o apego de Harlow e Zimmermann (1959) conectam-se a outros elementos como à observação do comportamento de outros animais (cães, porcos da Índia, cabritos) e a observações do comportamento de bebês humanos. Postos em relação, todos esses elementos que envolvem a observação do comportamento de aves, macacos e humanos (entre outros animais) interagem, permitindo a expansão da rede na qual

Lorenz provided the theoretical foundation for explaining the instinctive character of human behavior, Bowlby contributed observational work on child, and Harlow provided the experimental work that corroborated the instinctual nature social behavior in primates²⁰. (VICEDO, 2013, p.147).

Portanto, a relação entre esses diferentes atores é fundamental para compreendermos a rede de práticas que performa o vínculo em Bowlby (2002). Além deles, o autor convocou para essa rede diferentes estudos realizados com bebês humanos, estabelecendo comparações entre a manutenção do comportamento de apego entre animais e humanos. Dentre esses, está o trabalho da psicóloga americana Mary Ainsworth que muitos, atualmente, consideram co-fundadora da teoria etológica do apego (VICEDO, 2013). Em um de seus estudos também encontramos a manutenção da proximidade performada por uma série de elementos que se conectam a partir da observação de um grupo de crianças em uma tribo africana. Mediante visitas realizadas às mães dessa tribo (no período da tarde,

²⁰ Tradução livre: Lorenz forneceu a base teórica para explicar o caráter instintivo do comportamento humano, Bowlby contribuiu trabalho observacional sobre crianças e Harlow, forneceu o trabalho experimental que corroborou a natureza do comportamento social instintivo em primatas.

quando elas geralmente descansavam após uma manhã de trabalho), a pesquisadora observou que o comportamento de manutenção da proximidade (em bebês entre 15 semanas e seis meses de idade) se tornava bastante evidente quando a criança chorava, ou, chorando, tentava seguir a mãe, que, então, havia deixado o quarto. Em bebês com seis meses de idade, o comportamento de apego era manifestado não apenas quando a criança chorava, mas também pelo seu sorriso e elevação dos braços, demonstrando exaltações de prazer frente ao retorno da mãe, que havia se ausentado (BOWLBY, 2002).

Ao agregar atores humanos às performances anteriores, entrelaçando a observação do comportamento de seguir das aves, experimentos laboratoriais com macacos e observação do comportamento de bebês humanos, Bowlby (2002) constitui uma rede na qual foi possível desenvolver um complexo sistema de comportamentos mediadores de apego, a partir de cinco padrões de comportamento para a manutenção da proximidade mãe-bebê: sugar, seguir e agarrar-se a mãe e chorar (na ausência) e sorrir (no retorno dela), ativando o comportamento materno (VICEDO, 2013). Tratam-se de diferentes comportamentos que, entre os nove e dezoito meses, são incorporados a um sofisticado sistema autônomo.

É interessante notar que, diferente das observações de Lorenz (1993) e Harlow e Zimmermann (1959) que produziram situações nas quais a mãe pode ser substituída, ou ainda, como nos últimos trabalhos de Harry Harlow (VICEDO, 2012) que demonstram, para além da díade mãe-bebê, a importância do brincar e da relação com os pares para um desenvolvimento adequado, John Bowlby manteve o foco constante na relação com a mãe, indicando que apenas ela foi desenhada pela natureza para dar respostas específicas às demandas da criança (VICEDO, 2013). Essa biologização dos sentimentos maternos retira-os

[...] from the realm of intelligence and freedom, and thus from the realm of behaviors that deserve moral recognition. [...] the normal mother is the unthinking and natural mother who is driven by her instincts, he divested maternal care of choice and, therefore, of moral value. (VICEDO, 2013, 90-91)²¹.

Tal efeito só foi possível coordenando os diferentes elementos que evidenciam o comportamento de manutenção da proximidade em filhotes de animais e bebês humanos. Coordenação que permitiu a Bowlby (2002) produzir condições

²¹ Tradução livre: [...] do reino da inteligência e liberdade, e, portanto, do reino de comportamentos que merecem reconhecimento moral. [...] A mãe normal é a mãe impensada e natural que é impulsionada por seus instintos, ele despiu o cuidado materno de escolha e, portanto, de valor moral.

para uma rede que faz existir e estabiliza um conjunto de comportamentos que atuam, performam o vínculo mãe-bebê como comportamento de apego – arranjo que só se fez possível pela conexão, pela relação entre os diferentes elementos que dizem respeito as observações etológicas, experimentos laboratoriais e a observação da relação mãe-bebê em tribos africanas. Tais práticas envolveram a descrição da observação de aves eclodindo de seus ovos, com seus sinais sonoros e o comportamento de seguir um objeto em movimento; macacos separados de suas mães e colocados em gaiolas com estruturas cilíndricas de arame (com e sem revestimento de pano) representando mães substitutas, o oferecimento de alimento, o comportamento de se agarrar, a contagem do tempo despendido dos macacos junto às mães substitutas de arame e de pano (com e sem alimento); uma pesquisadora americana que visitava famílias em uma tribo africana, sua descrição do comportamento observado na relação mãe-bebê, o registro do ato de chorar e seguir a mãe (frente à sua ausência), de sorrir e/ou elevar os braços ao revê-la e de sugar. São todos esses elementos heterogêneos que, conectados, permitem a existência da versão de vínculo como apego.

5.2 Em três níveis: o indivíduo, a família e a sociedade

Henrique Pichon-Rivière, psiquiatra e psicanalista que atuou na Argentina, criou sua Psiquiatria do Vínculo desenvolvendo um trabalho em higiene mental pelo qual considerava fundamental a investigação e conhecimento do grupo social do paciente. Ou seja, a investigação clínica de pacientes em situações caracterizadas por um quadro de tensão particular deveriam ser analisadas dentro de seu contexto social, de suas relações interpessoais (considerando a relação indivíduo, grupo e sociedade). Nessa investigação, o material de observação e trabalho buscava compreender a maneira como o sujeito se conecta e se relaciona com os outros, criando, em cada uma dessas conexões, uma estrutura particular – o vínculo.

Na rede de práticas que performa o vínculo em Pichon-Rivière (1986), as relações de objeto (conceito psicanalítico²²) e a conduta dos sujeitos são elementos que se conectam como diferentes atores. Enquanto as relações de objeto ocupam o

²² Relação (ou relações) de objeto é uma expressão utilizada na psicanálise "para designar o modelo de relação do sujeito com seu mundo, relação que é o resultado complexo e total de uma determinada organização da personalidade, de uma apreensão mais ou menos fantástica dos objetos e de certos tipos privilegiados de defesa" (Laplanche e Pontalis, 1998, p. 443).

lugar de estrutura interna do vínculo, a conduta é agregada à rede como um padrão (observável) que tende a repetir-se na relação que o sujeito estabelece tanto com um objeto interno, quanto com um objeto externo – o primeiro condiciona o segundo, definindo o caráter e personalidade do sujeito. A relação entre esses atores produz o vínculo como uma estrutura manipulável operacionalmente, como uma relação particular com o objeto. Essa relação “tem como consequência uma conduta mais ou menos fixa com o objeto, formando um *patter*, uma pauta de conduta que tende a repetir-se automaticamente, tanto na relação interna quanto na relação externa com o objeto” (PICHON-RIVIÈRE, 1986, p. 37).

Assim, a possibilidade de performar o tipo de vínculo que o sujeito estabelece com seus pares ocorre através da investigação clínica. Por meio dela, o vínculo que o paciente estabelece com o terapeuta pode ser capturado, a fim de descobrir o tipo de relação de objeto e a natureza dos processos internos do paciente. Essa captura acontece a partir do registro, realizado pela observação do terapeuta, dos diferentes tipos de conduta que o paciente manifesta diante de cada membro de sua família. Com a análise desse registro, é obtida uma descrição do quadro clínico e a caracterização dos diferentes tipos de vínculos que o paciente estabelece. Por sua vez, na produção desse quadro clínico, o psiquiatra/terapeuta precisa ter como parâmetro de análise a estrutura do vínculo delineado como vínculo normal – definido a partir da análise das relações de objeto (se diferenciadas ou não-diferenciadas) que remetem o sujeito a relações de dependência e independência.

Para exemplificar suas proposições Pichon-Rivière (1986) utiliza a situação de adoecimento de um filho diante da perda de prestígio de um líder familiar (no caso, o pai). Por meio dela, o autor mostra um esquema de família que mantinha um determinado equilíbrio até o momento em que a produção de uma ruptura interna (a perda do emprego do pai) gera um desequilíbrio do qual emerge um quadro clínico (adoecimento do filho). Em situações como essa, ao utilizar o vínculo como ferramenta, o profissional torna-se hábil a detectar as alterações no modo como o sujeito se relaciona com os outros, identificando a existência de vínculos patológicos, como o vínculo depressivo, maníaco, paranóide, etc.

Para uma completa compreensão do grupo que se está investigando (da estrutura mental e dos motivos e causas da ruptura do equilíbrio que permitiu um emergente mental), o profissional precisa delinear uma tríplice análise do registro do material observado: 1) uma investigação psicossocial – analisando a parte do sujeito

que se expressa para fora, para os membros que o rodeiam; 2) o estudo sociodinâmico – análise das tensões entre todos os membros do grupo familiar; e 3) a análise institucional – macrossociologia, com a investigação dos grandes grupos (sua estrutura, origem e história), e microssociologia, com a análise de pequenos grupos, como a família. Portanto, é análise das tensões do paciente com os membros de seu grupo, análise do grupo em sua totalidade e as funções do intragrupo que permitem visualizar como, por meio da relação com uma pessoa, há uma história de vínculos (determinados em um tempo e espaço) que se repetem (PICHON-RIVIÈRE, 1986).

Desse modo, ao visibilizar a rede de práticas que Pichon-Rivière (1986) compõe para a produção do vínculo como uma estrutura manipulável operacionalmente (que se constitui como um conceito instrumental em psicologia social), percebemos que sua versão de vínculo emerge da comparação entre o padrão de conduta/comportamento do sujeito e um modelo (que estabelece um vínculo normal, a partir de referências psicanalíticas). Essa comparação só se torna possível na medida em que diferentes práticas se relacionam no exercício da investigação clínica: a emergência de um desequilíbrio que gera um emergente clínico; o encontro psiquiatra-paciente; a captura da relação que este estabelece com o terapeuta; o registro das condutas do paciente; análise dessas condutas em relação a cada um dos membros do seu grupo familiar; análise das tensões familiares; as relações de objeto; o uso do vínculo normal como parâmetro de investigação; detecção de alterações no modo como o sujeito se comporta/se relaciona frente um objeto interno ou externo; a construção de um quadro clínico – elementos que juntos, ou seja, em interação, irão possibilitar a definição e, seguindo a perspectiva desse trabalho, a produção de um tipo de particular vínculo.

5.3 Medindo a coesão

Jacob Moreno, psiquiatra romeno que realizou seus estudos em Viena, desenvolveu trabalhos relacionados à psicoterapia de grupo, psicodrama e técnicas sociométricas. Em suas produções, enfatizou a importância dos papéis – formas tangíveis que o *self* assume e que o indivíduo adota no momento em que reage a situações específicas, nas quais outros sujeitos e objetos também estão envolvidos

(MORENO, 1961). Nesse sentido, a interação/relações entre os sujeitos assumem um lugar central no trabalho de Moreno.

Assim, com o intuito de desenvolver um modo para investigar a organização dos grupos e a situação dos indivíduos que os constituem, propôs o uso da sociometria (ciência da medida do relacionamento humano e dos fenômenos sociais em geral) como um método matemático que permitiria verificar as características psicossociais da população, observar e medir a coesão entre indivíduos de um mesmo grupo e, ainda, medir suas atrações e rejeições, definindo a situação de cada sujeito dentro do grupo ao qual pertence (MORENO, 1974).

Para estabelecer critérios para observação e precisão das medidas de desvios, sinalizando a normalidade e/ou o aspecto patológico dos indivíduos em um grupo, considerou que toda a comunidade a que o sujeito pertence fosse submetida ao teste. O ponto de partida para sua realização é o que o autor chama de princípio do acaso – estudo de caráter experimental e matemático que se debruça sobre as estruturas de grupo que resultam do acaso. No exemplo que nos apresenta, Moreno (1974) compara uma unidade de 26 pessoas reais com uma unidade de 26 indivíduos fictícios formada ao acaso, seguindo o seguinte percurso:

os nomes das pessoas fictícias X^1 , X^2 , X^3 etc. até X^{26} , foram escritos em cédulas de escolha. Essas cédulas, com exceção das de X^1 , foram misturadas. Para a escolha de X^1 retiraram-se três cédulas. A primeira foi considerada como sua primeira escolha, a segunda como sua segunda escolha, a terceira como sua terceira escolha. Depois disso as cédulas foram colocadas novamente no aparelho misturador e se retiraram para X^2 , X^3 etc. (MORENO, 1974, p. 42).

Após as escolhas, tanto das pessoas fictícias quanto das reais, surge a questão da avaliação teórica dos dados. Nesse ponto, Moreno (1974) sugere que trabalhemos com uma hipótese matemática que postula dois valores decisivos para a totalidade da análise: um sujeito tem como possibilidade de ser escolhido por outro sujeito, valor $p = 3/25$, sendo a probabilidade de não ser escolhido $q = 1 - p = 22/25$. Mediante esses valores, “as probabilidades correspondentes podem ser obtidas, a partir da fórmula do binômio” (p.43), de modo a responder as seguintes questões: “quantas pessoas provavelmente não serão escolhidas? Quantas serão?” (MORENO, 1974, p.43).

A partir dos resultados de todas as equações, decorre a construção de tabelas que relacionam dados para a análise estatística das escolhas, que, por sua vez, permitem a produção do desenho do sociograma (representação gráfica da

sociometria). Nele, é possível visualizar os tipos de relações estabelecidas no grupo, quais são assimétricas, quantos pares e cadeias existem, o número de pessoas isoladas e assim por diante. Assim, o que está em jogo nesse tipo de análise das configurações sociométricas, que performam e medem os vínculos entre os indivíduos de um mesmo grupo, não são os elementos isolados – como as escolhas de cada um – mas, sim, as estruturas que existem entre os sujeitos e o seu grau de coesão, o que equivale a dizer que, quanto mais escolhas sem reciprocidade, menos coesão há em um grupo. Desse modo, para análise da coesão de grupo, há mais um elemento importante – a presença e eficácia do Tele, o fundamento das relações interpessoais e da psicoterapia, definido como uma “ligação elementar que pode existir tanto entre os indivíduos como, também, entre indivíduos e objetos e que no homem, progressivamente [...] desenvolve um sentido de relações interpessoais (sociais)” (MORENO, 1974, p.52). Portanto, quanto mais coesão há em um grupo, menos perda de Tele haveria e vice-versa.

Nesse caminho, a direção das análises propostas por Moreno (1974), apresenta humanos e não-humanos relacionados em uma rede de práticas que performa o vínculo com qualidades e medidas demarcadas por meio dos critérios estabelecidos em testes, com a criação de perguntas relevantes a esses critérios, equações e fórmulas matemáticas, o agrupamento das escolhas (repostas) dos sujeitos traduzidas em valores matemáticos, tabelas que organizam e comparam resultados, a confecção de sociogramas e a análise do Tele. Atores e práticas que, coordenadas em uma matematização do vínculo, buscam a medida do grau de coesão existente em um determinado grupo, performando o vínculo como medida da coesão grupal.

5.4 Diferentes performances em circulação

Situar o vínculo como um conector entre a Psicologia e a Política de Assistência Social permitiu explorar as redes de práticas, advindas do campo de conhecimento da Psicologia, que interagem no Caderno do MDS performando versões de vínculo da Política. Posto que diferentes práticas e lugares performam (*enact*) distintos objetos (MOL, 2002), procurei destacar que as práticas que sustentam a existência do vínculo na PNAS não forjam um único objeto – o vínculo – mas múltiplas versões dele.

Dessa maneira, ao rastrear e seguir as redes de práticas heterogêneas das quais advém certos atores que compõe as versões de vínculo da Política, busquei tornar visível sua multiplicidade, destacando três performances distintas que, conectando atores humanos e não-humanos (LATOUR, 2009) produziram: 1) a versão de Bowlby (2002), em que o vínculo é performado como sistema de comportamento de apego mediante uma rede que relaciona aves, macacos, humanos e outros animais; 2) a versão de Pichon-Rivière (1986), como estrutura operacionalmente manipulável, a partir de uma rede que coordena práticas para uma investigação clínica, e 3) a versão de Moreno (1974), que performa o vínculo como medida da coesão grupal (passível de sistematização gráfica, os sociogramas), compondo uma rede de testes, equações e medidas.

Essas três versões compõem a herança (DESPRET, 2004) das práticas que perpassam o campo de atuação da Psicologia. Elas forjam um modo de olharmos para os sujeitos e suas relações, tornando possível um diagnóstico de seus vínculos, ou melhor, diferentes diagnósticos, oferecendo a possibilidade de construir intervenções que, no campo da Assistência Social, buscam fortalecer os vínculos ou, ainda, romper vínculos considerados prejudiciais à vida dos usuários que utilizam os serviços da Política.

Assim, investigar a herança das práticas do campo da Psicologia que compõem a performance do vínculo da PNAS interessa-nos na medida em que nos impulsiona ao exercício do pensamento sobre nossas próprias práticas, a fim de interrogarmos o que estamos produzindo e podemos produzir (em termos de relações, coletivos e processos subjetivos) quando buscamos atender a meta da Política de fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Esse exercício implica compreender que diferentes versões de vínculo constituem diferentes formas de atuar (que coexistem e se relacionam) na rede de práticas que compõem a Política de Assistência Social. Assim, em relação às versões descritas nesse capítulo, é possível definirmos que uma chama atenção para o comportamento estabelecido entre mãe-bebê ou entre crianças e suas famílias; outra para a conduta que os sujeitos estabelecem com os profissionais do serviço, com a família e com os grupos pelos quais transitam (expandindo suas relações até a sociedade); e, a última, nos direciona para a análise da coesão de um determinado grupo e do lugar que os sujeitos ocupam nele.

Modos de atuação que se materializam no campo das práticas socioassistenciais ganhando existência no território da Política através do arranjo, da co-produção que se estabelece entre os elementos da própria Política Social (como documento lei) e da produção de conhecimento do campo da Psicologia. Co-produção que nos permite retomar as considerações de Jasanoff (2004) para quem o conhecimento científico não é um espelho transcendente da realidade, um reflexo da verdade sobre a natureza ou um epifenômeno de interesses sociais e políticos. O que nos leva a considerar que os elementos da Psicologia, que se articulam à composição de diferentes versões de vínculo no Caderno do MDS, não refletem uma verdade sobre a natureza de tal objeto, mas oferece elementos que o produz em um espaço específico que se materializa como o referido Caderno. Como nos fala a autora, é a partir dessa co-produção, entre ciência e lei, que se torna possível visualizar a composição não apenas do modo como as pessoas se organizam ou se expressam, mas, também, aquilo que os sujeitos valorizam e como eles assumem responsabilidade por aquilo que inventam.

Nesse jogo de co-produção que performa o vínculo como algo de grande relevância, seja para a constituição dos sujeitos (como acompanhamos na performance de cada uma das versões do campo de conhecimento da Psicologia) ou para o exercício da cidadania (BRASIL, 2013), cabe-nos perguntar: que elementos da produção de conhecimento do campo da Psicologia se atualizam (ou deixam de se atualizar) quando efetuamos intervenções no cotidiano de trabalho com as famílias? Seria possível utilizarmos essa herança em práticas para promoção e acesso à garantia de direitos sociais e como ferramenta para o exercício da cidadania? Ou estaríamos (perigosamente) nos conectando mais a uma regulação em direção a um modo hegemônico de vida, ou seja, a formas de conduzir o governo da vida (FOUCAULT, 2005) que pode nos levar a fazer uso dos vínculos familiares e comunitários intervindo “*numa mãe para ser menos sofredora, vítima de violência, menos briguenta, menos barraqueira, uma mãe melhor, um filho melhor [...]?*”²³

Portanto, buscar conhecer a rede heterogênea que compõe o vínculo (em suas múltiplas versões) abre a possibilidade para que possamos compreender não

²³ Essa passagem é parte da fala de uma psicóloga, técnica de um CRAS da região sul do país, enunciada em uma roda de conversa sobre psicologia e assistência social, do Projeto Conversando sobre o SUAS.

apenas como a Psicologia produz sujeitos, mas também, explorar como ela produz emoções, modos de nos relacionarmos e de sentirmos, *sel/ves* emocionais (VICEDO, 2013). *Sel/ves* que não estão sempre ou apenas subjugados a captura da lógica de uma política governamental. Se, como nos fala Despret (2004), podemos investir na existência de emoções de resistência “*By insisting on the negotiation of self and relationships and not on the adaptation of a single self to social [...]*”²⁴(p. 249), a aposta, ao olharmos para as performances da herança que movimentam nossas práticas na intersecção entre a Psicologia e a Assistência Social, é que possamos interrogar o que elas nos fazem fazer, permitindo o exercício ético de pensarmos no modo como queremos conduzir nossas vidas e as vidas que compõem o coletivo com o qual trabalhamos no campo da proteção social.

6 MOVIMENTO 3: “E agora José”, como as práticas cotidianas de um serviço atuam a produção do vínculo?

6.1 A pesquisadora em busca de parcerias

Caro leitor(a), nesse capítulo, o movimento de miopia analítica que realizo se debruça sobre um território precisamente circunscrito no tempo e no espaço: as práticas cotidianas performadas em um PAIF da rede de Assistência Social do município de Porto Alegre/RS, as quais acompanhei durante os meses de maio a novembro de 2014. Desse modo, é preciso não perder de vista que as discussões aqui realizadas se referem sempre as práticas que acompanhei – a partir de uma perspectiva etnográfica – situadas em um serviço específico, localizado em um território com particularidades próprias e associações sempre singulares.

Como anunciei no capítulo 2, caracterizo esse movimento de análise como um estudo de caso (MOL, 2008), pois ele não tem o intuito de traçar análises generalistas, mas sim, nos auxiliar a pensar práticas sempre muito bem localizadas. No entanto, como ferramenta analítica, o uso de um estudo de caso não restringe a relevância da discussão apenas a um único local. Ele amplia sua abrangência ao oferecer pontos de contraste e comparação para diferentes locais e diferentes

²⁴ Tradução livre: “ao insistir na negociação de *self* e nas relações, não na adaptação de um *self* único ao social [...]”.

situações, possibilitando o aumento de nossa sensibilidade (MOL, 2008b) para pensarmos sobre nossas próprias práticas, atuadas nos locais de trabalho pelos quais circulamos.

Portanto, a proposta que ofereço nesse capítulo é produzida a partir da construção de pequenas cenas, recortes dos percursos vivenciados no período em que acompanhei as práticas de um PAIF em Porto Alegre. Mas antes de seguirmos a elas, é importante lhes contar sobre o que se operou em meu pensamento (e, conseqüentemente) em minha escrita, nesse processo que, comumente, chamamos de “ida ao campo” – que para mim não se caracteriza como “a” minha ida ao campo, mas como uma entre outras duas, já que operar com o documento da Política e com as produções teórico-científicas do campo de conhecimento da Psicologia constituíram, também, o meu campo de pesquisa. Assim, é interessante registrar como o modo de pensar, as perguntas que me inquietavam, os medos e receios que me acompanhavam com a ideia de se aventurar a encontrar um local, nesse caso, um PAIF que aceitasse me receber como pesquisadora, foram se modificando longo desse percurso.

Em meus poucos anos de participação no grupo de pesquisa ao qual hoje faço parte ouvi diversas vezes a emblemática frase dita por nossa orientadora: “larga a véia e vai pra zona”. Até onde minha memória alcança tal imperativo nunca foi diretamente dirigido a minha pessoa, mas, depois de alguns meses acompanhando as práticas cotidianas de um PAIF, acho que passei a entender um pouco mais o que e significava essa frase e, assim, sobre essa tal “zona”, que tanto nos faz estranhar a querida “véia”.

Explico-lhes. Minha querida “véia”, que até então me confortava e me situa em um porto seguro, era o documento que materializava a composição de um pensamento, de um mapa de pesquisa – o projeto de qualificação. Ele se sustentava com velhas e novas amarras teóricas que, por sua vez, me mantinham como uma pesquisadora que sabia as direções a seguir. Ainda sem saber onde elas me levariam, eu tinha lido os textos, tinha tecido boas amarras, eu conhecia a Política (em sua versão como lei) e seus documentos relacionados ao fortalecimento de vínculos. No entanto, eu desconhecia o que a análise desses documentos me permitiria produzir e, também, não sabia quase nada sobre o que se passava nos serviços em relação ao tema dessa tese, apenas o que ouvia em discussões que

participei junto aos profissionais que trabalhavam na rede socioassistencial. E esse segundo desconhecimento, com certeza, foi bem mais inquietante que o primeiro.

Eu já havia mapeado os documentos a procura das orientações e indicações de ferramentas disponibilizadas pela Política para efetivação do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Nesse rastreamento, encontrei dois documentos principais. O primeiro deles foi o segundo volume das orientações técnicas para o trabalho social com as famílias (BRASIL, 2012b) o qual menciona, de modo mais geral, as seguintes ações: 1) acolhida particularizada e em grupo (relativa ao vínculo entre o serviço e as famílias e ao contato inicial com o PAIF, através da escuta das necessidades e demandas trazidas pelos sujeitos e a oferta de informações sobre as ações do Serviço e da rede socioassistencial); 2) ações individuais (ou particularizadas e encaminhamentos) que ocorrem tanto na unidade como no domicílio da família; 3) ações coletivas, relacionadas ao desenvolvimento de oficinas com as famílias e ações comunitárias nas seguintes sugestões temáticas: a) territorialidade, para promoção da reflexão sobre os processos que ativam ou reativam vínculos e conexões nos territórios; b) ênfase da convivência, para o desenvolvimento de vínculos comunitários e redes sociais de apoio em territórios que decorrem de assentamentos novos; e c) ênfase da ação, promovendo a discussão da ocorrência de determinados fenômenos no território da comunidade. A quarta e última ação mencionada são os encaminhamentos aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (articulados junto ao PAIF), organizados por faixa etária em quatro modalidades: para crianças até seis anos; crianças e adolescentes de seis a quinze anos; Projevovem adolescente (de quinze a dezessete anos) e para idosos (BRASIL, 2012b)²⁵.

O segundo documento, com o qual entrei em contato, já no meio da saída de campo – por indicação dos técnicos do serviço – foi o Caderno do MDS “Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” (BRASIL, 2013), sobre o qual me detive no primeiro movimento de análise. Como procurei mostrar no referido capítulo, esse documento, discorre sobre vulnerabilidades relacionais e a relação entre a convivência e o fortalecimento de vínculos na produção de proteção socioassistencial, oferecendo tanto um conjunto de indicadores para orientação de

²⁵ Algumas dessas ações, como as acolhidas e grupos de famílias e usuários, estavam sendo desenvolvidas pela equipe do PAIF da cidade de Porto Alegre que acompanhei durante o trabalho de campo. Mas falar sobre elas aqui escapa a proposta dessa sessão. Desse modo, voltarei a discutir as ações que acompanhei no campo de pesquisa, no território de um CRAS, no capítulo 6.

estratégias à ampliação e diversificação do campo relacional dos usuários, como a indicação de tecnologias e ferramentas que auxiliam a minimizar e/ou eliminar vulnerabilidades.

Mas você deve estar se perguntando por que estou mencionando esses documentos mapeados, justamente, na parte onde proponho o exercício de pensarmos sobre a performance do vínculo, a partir das práticas cotidianas que acompanhei em um PAIF? Pois bem, primeiro para que o percurso de produção desse movimento possa ser visibilizado, porque antes de chegar ao CRAS eu havia chegado aos textos da Política. Segundo, porque, embora eu soubesse e procurei, efetivamente, ir a campo despida de expectativas, todo o trajeto que havia vivenciado até então, eu também carregava comigo. Obviamente, isso não operava de modo determinista, mas realizando conexões com aquilo que eu passava a acompanhar em um novo território de vida pulsante, que contrastava com a paisagem uniforme dos documentos. Conexões que se estabeleciam desde os primeiros procedimentos que precisei realizar para encontrar um local que demonstrasse interesse na produção de minha pesquisa. E, nesse percurso eu me interrogava, imaginando se eu viria ou não a encontrar as ações sugeridas pelo Caderno do MDS em movimento em um CRAS. E mais ainda, crescia em mim a curiosidade em conhecer e encontrar práticas específicas que visassem o fortalecimento de vínculos no escopo das ações do PAIF, independente se estivessem ou não relacionadas às orientações técnicas do MDS – como é possível imaginar, minhas idas ao CRAS me permitiram lançar um olhar diferente para essa questão. No entanto, ainda não é hora de nos determos nesse ponto. Além disso, a escolha em acompanhar as práticas cotidianas dos profissionais de um PAIF também foi um efeito das leituras e análises realizadas junto aos documentos da PNAS, que estabelecem o fortalecimento de vínculos como prioritário na atenção básica.

Eis então, que impregnada de tantas leituras, conversas, uma banca de qualificação e a perspectiva de um doutorado sanduíche no exterior, iniciei minha jornada em busca da tal “zona”, esse território que materializava o espaço proposto e implementado a partir de uma política social, sobre o qual muito já tinha escutado, lido e pensado, sem aproximações muito constantes e duradouras.

O primeiro passo dessa busca foi pensar em como eu poderia entrar em contato com as unidades dos CRAS da região para apresentar minha proposta de

pesquisa e meu interesse em acompanhar as atividades do PAIF. Em um dos encontros de meu grupo que pesquisa, uma de minhas colegas, que na época trabalhava no CRP, sugeriu que eu enviasse e-mails para as unidades, ela, inclusive, se dispôs a repassar alguns endereços que constavam na lista do Projeto Conversando sobre o SUAS (do qual havia participado em diversas ocasiões). Assim, após receber o contato de alguns profissionais da rede socioassistencial da região, enviei os e-mails com certa ansiedade, imaginando se receberia ou não retorno dos mesmos.

Dentre todas as mensagens enviadas, recebi retorno de duas psicólogas. Uma delas técnica de um CRAS do município de Porto Alegre e outra do município de São Leopoldo (na região metropolitana), que me repassou o contato da coordenadora da Proteção Social Básica do município na época, para discutir a possibilidade de realização da pesquisa. Depois de trocar alguns e-mails com ambas, a psicóloga do CRAS de Porto Alegre e a coordenadora de São Leopoldo, agendei um encontro com a equipe do CRAS de Porto Alegre outro com a coordenadora da Proteção Básica de São Leopoldo, aos quais comparecemos eu e outro colega do grupo de pesquisa, que também tinha interesse em apresentar seu projeto do mestrado, que buscava discutir a relação entre educação e Assistência Social.

Em relação ao segundo encontro, fomos bem recebidos pela coordenadora que se mostrou empolgada com a realização das pesquisas na rede do município, sugerindo que eu pudesse acompanhar atividades de diferentes unidades do CRAS e não apenas uma, como eu havia pensado inicialmente. Ela iria se reunir com as equipes dos serviços para discutir a possibilidade de minha inserção no campo. Seguiríamos em contato. Nesse meio tempo, solicitei uma carta para enviar a Plataforma Brasil, com sua permissão para a realização da pesquisa nos serviços do município. Recebi a carta, mas, no entanto, essa foi a última vez que a coordenadora respondeu minhas tentativas de manter o contato. Com o tempo passando e a confirmação de que meu pedido de saída para o estágio de doutorado sanduíche tinha sido aprovada, resolvi, em conversa com minha orientadora, continuar apenas investindo na possibilidade de parceria com o CRAS de Porto Alegre. Desse modo, foi no CRAS Nordeste do município que iniciei minhas incursões de campo, ao final de maio de 2014.

Como qualquer pesquisadora que busca encontrar pessoas que possam ter interesse em estabelecer parcerias – ávida pela experiência do encontro com as práticas cotidianas, contente com sua problemática de pesquisa e suas ferramentas teóricas – cheguei ansiosa (junto com meu colega de grupo) a reunião de equipe agendada. Em meus pensamentos perguntas pululavam: haveriam eles de se interessar pela temática? Como seria possível que uma reciprocidade de interesse se estabelecesse entre nós? Afinal, quantas vezes questões levantadas no espaço acadêmico fogem as discussões que permeiam o dia a dia de trabalho.

Eu sabia que precisava compartilhar esses pensamentos, deixar meu posicionamento claro, pois para mim só teria sentido realizar parte de minha pesquisa com a equipe²⁶, se para ela os vínculos fossem também uma questão de interesse, relevante para se discutir e pensar no serviço. Nesse sentido, eu só tinha um caminho a seguir (não por falta de outros), mas porque era a única coisa que eu reconhecia possível naquele momento: apresentar minha questão de pesquisa e o caminho metodológico que tinha delineado (ou seja, de acompanhar as práticas desenvolvidas pelos técnicos do PAIF), esclarecendo que minha proposta não era julgar ou avaliar as práticas dos profissionais, mas pensar com eles os efeitos de suas práticas e como elas produziam o fortalecimento de vínculos. Portanto, oferecendo o que eu podia oferecer (o que incluía não me colocar no lugar de quem poderia vir a prescrever “receitas” para melhoria do serviço), me despedi da equipe com a promessa de que na mesma semana eles me enviariam um e-mail sobre a decisão de se tornarem ou não parceiros de minha proposta de pesquisa. E, então, eles aceitaram.

6.2 *Idas e vindas*

Durante minha de saída de campo acompanhei diferentes atividades e ações realizadas tanto pela equipe técnica do PAIF de referência do CRAS (que me aceitou receber como pesquisadora) como, também, algumas atividades do PAIF

²⁶ Na reunião de equipe estavam presentes os estagiários que operavam com o Cadastro Único para Programas Sociais, os técnicos que trabalhavam no PAIF alocado no CRAS e os que também a equipe do PAIF Volante, que estava vinculado ao CRAS, mas ocupava um espaço separado do mesmo (ambos formados por uma psicóloga e assistente social), a coordenadora da unidade e a psicóloga responsável pelo monitoramento dos serviços da região.

Volante²⁷, as quais incluíam atividades circunscritas aos técnicos – reuniões de rede, micro rede e de equipe; reunião para contra-referência de atendimentos/famílias, reunião com um serviço de acolhimento – e destinadas aos usuários do serviço – visitas domiciliares, grupo de acompanhamento familiar, grupo de descumprimento de condicionalidades, acolhida particularizada, grupo de documentos, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos, claro, conversas informais com técnicos e funcionários, principalmente, com a psicóloga da equipe de referência da unidade.

Aberto ao público de segunda a sexta, das oito horas da manhã ao meio dia e nas terças, quartas e sextas a tarde, das treze às dezessete horas, a unidade de referência disponibiliza aos usuários a inserção no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), realizada por estagiário(a)s do serviço social e, também, o programa Projovem. Este último, assim com o Serviço de Convivência de Idosos é realizado no prédio ao lado do CRAS onde situa-se o NACIPAZ – Associação Natureza, Cidadania e Paz, espaço comunitário que, na época, abrigava a associação de moradores e um telecentro.

Como outras unidades do país, o CRAS da região Nordeste de Porto Alegre é localizado em uma área do município caracterizada pela vulnerabilidade e risco social, abarcando outros aspectos de periculosidade, como violência e tráfico de drogas. Segundo dados disponibilizados pelo Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA), em 2010, a região contava com 37.234 habitantes (2,64% da população municipal) e uma área de 6,78 km² (com densidade demográfica de 5.491,74 habitantes por km²). No mesmo ano, a taxa de analfabetismo atingia o índice de 5,8 % e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio era de 1,68 salários mínimos²⁸. Se compararmos esses mesmos dados com as informações disponíveis sobre a região central de Porto Alegre, veremos a discrepância das condições de vida que a cidade comporta, pois no centro a taxa de analfabetismo do período não ultrapassou 0,51% e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio chegou a 8,81 salários mínimos.

²⁷ Consiste em uma equipe adicional à equipe técnica do CRAS “que se deslocava para as áreas de dispersão populacional e/ou difícil acesso para ofertar os serviços de proteção social básica e ações às famílias residentes nestes locais.” (BRASIL, 2012b).

²⁸ Informações disponibilizadas em: http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?regiao=7_0_0 . Acesso em: julho de 2016.

A região, constituída pelo bairro Mário Quintana, é dividida em diferentes áreas de abrangência²⁹ que, na época, recebiam a cobertura de quatro equipes de atendimento às famílias (todas referenciadas ao CRAS Nordeste): a equipe do PAIF de referência da unidade, composta por duas assistentes sociais e uma psicóloga (cujo trabalho abarcava 11 áreas do bairro) e o PAIF Volante, com um psicólogo e uma assistente social, que abrangia 3 territórios. Os outros dois serviços eram executados na rede conveniada³⁰ da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), que ofertavam atendimento aos usuários através das equipes dos Serviços de Atendimento Familiar (SAF), uma localizada no espaço Artesanato Santa Isabel (CEMASI), com 5 territórios de atendimento e a outra no Clube de Mães Bárbara Maix, com 11 áreas de abrangência. Ambos os espaços ofereciam, ainda, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as crianças da região. Embora durante as reuniões de equipe, realizadas semanalmente no CRAS, eu tenha acompanhado as discussões de casos trazidas pelas psicólogas dos SAFs, não acompanhei diretamente o trabalho desenvolvido nesses serviços. Meu movimento etnográfico se deteve apenas as ações relacionadas à equipe de referência do CRAS e ao PAIF Volante.

Nesse percurso, a primeira atividade que acompanhei, após o primeiro contato com a equipe (quando apresentei minha proposta de pesquisa) foi uma reunião de rede, realizada em uma manhã particularmente fria do início de junho. Esses encontros, que reúnem profissionais da rede de serviços socioassistenciais, saúde e educação da região, não possuem um local fixo e acontecem uma vez a cada mês. A reunião, da qual participava pela primeira vez, tinha sido marcada no espaço do NACIPAZ, ao lado do prédio que abriga o CRAS. Naquela manhã havia cerca de vinte e um participantes que pautaram para discussão questões relacionadas a organização da rede de serviços ofertados na região e a necessidade de representação dos mesmos durante as reuniões para o cumprimento efetivo do trabalho em rede. Questão que era remetida, principalmente, aos serviços de saúde e educação/escolas, que muitas vezes não comparecem as reuniões.

²⁹ Divididas por vilas, becos, travessas, quadras e ruas.

³⁰ A FASC gerencia a implantação de convênios através da Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, executando os pagamentos das entidades com recurso do Fundo Municipal e Fundo Nacional de Assistência Social. Informação disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=64 . Acesso: julho de 2016.

No entremeio dessa discussão, eu, que como os demais participantes já tinha me apresentado ao grupo (explicando minha inserção na reunião e minha proposta de pesquisa) fui interpelada, em conversa paralela, por uma participante que desejava saber mais sobre minha pesquisa. A moça que conversava comigo, ao ouvir que minha intenção era abordar a temática do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, investigando como isso era feito/produzido a partir das práticas cotidianas do PAIF, logo pontuou “se é que é feito” e seguiu falando sobre as ações de outra unidade do CRAS que ela conhecia na região e que lhe pareciam interessantes. Eu, recém chegada, comentei um “pois é” pensativo. Eu estava ali para ver a produção de algo que eu não tinha como saber, exatamente, como e nem se era mesmo produzido. O que eu sabia era que havia um documento de implementação de serviços para proteção social onde o vínculo era sim performado, mas no cotidiano dos serviços (e daquele serviço específico) isso era uma incógnita.

E então, lá vinham mais interrogações e pensamentos pululantes que passavam a me acompanhar, principalmente, durante a jornada urbana no ônibus, de volta para casa. É importante mencionar que nesse período, eu ainda estava naquela fase “perdida”, sem saber o que seria minha tese, como a construiria, que análises iriam se concretizar. Eu ainda não tinha entrado em contato com o Caderno do MDS, portanto, não pensava em uma performance do vínculo na Política em sua versão lei/documento. Minha única bússola era acompanhar as práticas e produzir material para pensar a performance do vínculo, o que gerava questões como: de que modo seria possível se produzir algo tão imaterial como o vínculo? Ou ainda, como seria possível mostrar a produção de algo que, em meus pensamentos, não era propriamente uma coisa material, mas que tinha possibilidade de ganhar existência na rede de práticas da Assistência Social? Seria, assim, o vínculo um efeito das práticas que eu poderia relacionar com a produção de subjetividade, de emoções, experiências, enfim, de modos de vida aos usuários do SUAS? Por hora, eu não sabia... mas como uma tese sempre precisa de uma certa duração no tempo para ser produzida, o jeito era seguir olhando, escutando, caminhando e perguntando de modo a poder entender o que acontecia no CRAS e como eu poderia pensar o vínculo em meio aos encontros, as conexões entre os atores que constituíam, a cada momento, a rede de práticas heterogêneas performada no local onde me encontrava.

Ao acompanhar o cotidiano do CRAS, logo percebi que a equipe do PAIF sempre tem muitas reuniões a comparecer. E foi assim que, além de acompanhar acolhidas, grupos e visitas domiciliares, participei de várias delas, a maioria reuniões de micro rede (chamada de redinha), onde os serviços da região se encontram para discutir casos em comum e, digamos, de maior complexidade para os quais se busca uma articulação que possa ser mais efetiva dos serviços envolvidos. Ou seja, para encontrar estratégias que possam efetivamente ajudar as famílias a resolverem uma situação problemática na qual se encontram – vulnerabilidade, risco social, violência, negligência, violação de direitos, etc.

Desse modo, em meio as diversas reuniões, discussões de caso, grupos e histórias que acompanhei no cotidiano do CRAS, escolhi compor uma cena como estudo de caso, no sentido que apresentei como proposta de Mol (2008), produzida a partir de diferentes atividades nas quais estive presente. A ideia é utilizar essa cena como um ponto de potencia que nos auxilie a pensar de que modo, nesse local específico, se atualiza uma versão específica de vínculo, pontuando, também, sua relação com a herança da produção de conhecimento do campo da Psicologia na Assistência Social e as lógicas distintas de atuação nesses dois campos. Em seguida irei discutir a atuação dos não humanos na produção do vínculo e explorar a noção de subjetivador de Latour (2012) como central para entendermos o vínculo como produtor de subjetividade.

É importante pontuar, antes de seguirmos a cena, que se no documento da Política o vínculo (em suas diferentes versões) se atualiza como resultado do trabalho social com as famílias (BRASIL, 2013), para os profissionais que atuam no território que acompanhei, o vínculo é aquilo que possibilita uma mudança nos sujeitos e/ou famílias. E, ao contrário das minhas ingênuas expectativas iniciais, não houve uma ação específica, exclusiva que se desempenhasse com vistas a fortalecer e/ou produzir vínculos. Na maioria das vezes, a questão dos vínculos estava em segundo plano, pois a urgência é pensar o que fazer com o caso da falta de moradia, do trabalho infantil, da negligência no cuidado com os filhos, da ameaça da prostituição e por aí vai. E nesse entremeio é que vão se produzindo vínculos. Assim, não há uma relação de causa e efeito ou de soma onde $A + B = \text{vínculo}$. Nesse sentido, se há ou não fortalecimento de vínculos, como resultado das ações desenvolvidas entre os profissionais do PAIF e usuários/família, é algo que só pode ser, digamos, detectado se for possível visualizar uma mudança efetiva na vida das

pessoas. Ou seja, o vínculo só é perceptível a partir do rastro de seus efeitos na vida dos usuários dos serviços socioassistenciais.

Vamos, então, à cena de Maria.

6.3 O caso de Maria: da casa destelhada ao amor materno

Maria³¹ era uma das usuárias em atendimento no CRAS durante minha saída de campo. Sua profissional de referência era a psicóloga da unidade e sua situação circulou tanto pela reunião de equipe – que acontece semanalmente na unidade – quanto pela reunião de micro rede – mensal e itinerante. A família de Maria era constituída por ela (mãe) que morava com quatro de seus cinco filhos, um de quatorze, treze, quatro e dois anos, sendo que o filho de nove anos estava morando com o pai, que possui sua guarda. Maria, que era acompanhada pela psicóloga do PAIF/CRAS, tinha atendimentos individualizados e, também, participava do grupo de acompanhamento familiar, que acontecia quinzenalmente na unidade, direcionado as famílias em acompanhamento pelo serviço. Portanto, ela se encontrava inserida no CadÚnico, mas não no Programa Bolsa Família o que, segundo a psicóloga, provavelmente ocorria em razão de alguma inconsistência no sistema que ainda não tinha sido resolvido (pois ela atendia aos requisitos para receber o benefício). Durante esse período de atendimento Maria estava desempregada e sua única renda consistia no Benefício Eventual³². Em uma das conversas que tive sobre o caso, a psicóloga mencionou que Maria teria questões de saúde mental e que, inclusive, já teria sido internada em função disso. Sua história contava, também, com um filho gerado em decorrência de um estupro e seus dois filhos mais velhos estavam em situações de trabalho infantil – um deles estava evadido da escola e com suspeita de uso de maconha. Além disso, um dos meninos frequentemente se encontra internado com problemas respiratórios e seu filho mais novo, nas palavras da mãe, é um menino especial, em relação ao qual não se sabia com certeza, mas provavelmente, tinha diagnóstico de autismo.

³¹ Nome fictício.

³² Segundo o site do MDS “Benefícios Eventuais são previstos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e oferecidos pelos municípios e Distrito Federal aos cidadãos e às suas famílias que não têm condições de arcar por conta própria com o enfrentamento de situações adversas ou que fragilize a manutenção do cidadão e sua família”. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/beneficios-eventuais>. Acesso em dezembro de 2016.

Mas eis que o motivo de Maria ter procurado atendimento no CRAS da sua comunidade não tinha nada a ver com esses elementos de sua história, mas sim com o fato de ter, recentemente, visto sua casa ser destelhada, a tal ponto, que ela não tinha mais condições de abrigar sua família. Sem ter um local para onde ir, conseguiu encaminhar junto ao acompanhamento do CRAS um pedido de recebimento do aluguel social básico³³, que estava em torno de R\$300,00. Ainda assim, devido ao baixo valor repassado pelo benefício, Maria relatava nos atendimentos que não estava conseguindo encontrar um imóvel pelo qual pudesse pagar com esse valor e os poucos lugares que encontrava não aceitavam crianças.

Na primeira discussão do caso que participei em uma reunião de equipe, a psicóloga relatou que não via outra alternativa para tal situação que o acolhimento institucional para as criança, pois embora toda a rede estivesse acompanhando o caso, a família parecia não sair do lugar – e, ainda, com um filho que volta e meia internava no hospital e uma mãe que parecia ter comprometimento cognitivo. Na tentativa de encontrar estratégias para movimentar/ mobilizar essa mãe, a psicóloga dizia ter até ameaçado cortar o benefício eventual de Maria por um mês, caso os meninos continuassem em trabalho infantil. A técnica não se orgulhava de ter escolhido essa estratégia para tentar ajudar Maria a modificar sua atual situação (sabia que isso não passava de uma mera ameaça, visto que o benefício não seria e não poderia ser cortado por ela).

A equipe seguiu discutindo o caso e algumas sugestões para o atendimento da família foram surgindo. Uma delas era contatar um educador do Ação Rua – projeto que desde 2007 realiza a abordagem e identificação de crianças e adolescentes em situação de rua no município – para ajudar Maria a encontrar uma casa possível para moradia dentro do valor do aluguel social, pois a equipe não sabia o grau de empenho dela em procurar uma casa. Portanto, o educador social poderia ser efetivo em ajudá-la. Outra sugestão era inserir as crianças em um programa que tentava ser reativado, o Mais Ação. Para que as sugestões fossem efetivadas Maria deveria ser chamada para um atendimento no qual a técnica conversaria com ela sobre a possibilidade do acompanhamento do Ação Rua, na

³³ As informações disponibilizadas pelo site da FASC descrevem o Aluguel Social como “um recurso assistencial mensal destinado a atender, em caráter de urgência, famílias que se encontram sem moradia. É um subsídio concedido por seis meses. A família beneficiada recebe uma quantia equivalente ao custo de um aluguel popular”. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_secao=116. Acesso em dezembro de 2016.

busca por encontrar uma nova moradia. Foi mencionado que a família também já havia sido inserida em um programa que oferece cursos nos quais Maria poderia se inscrever, mas eles ainda não tinham começado. Diante disso, uma pergunta surgia: como Maria iria fazer algum curso tendo que cuidar de quatro crianças? Que ainda estavam sempre doentes (intestino, asma, epilepsia...)? Também se cogitou a possibilidade de tentar conseguir o aluguel social pelo Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) que oferecia um valor mais alto e continua sendo pago a família até a mesma conseguir uma casa definitiva para morar, já que o aluguel social básico é delimitado por um período de apenas seis meses.

Para além da discussão em equipe, e das conversas que tive com a psicóloga sobre a situação da família, participei de dois encontros do grupo de acompanhamento familiar nos quais Maria compareceu. O primeiro deles tinha como temática a dependência química e o segundo o cuidado com as crianças e o relacionamento familiar. Nesse último, Maria falou bastante sobre sua relação com o filho mais novo (que chamarei de Tom) que ela mencionara ser especial. Comentou o quanto precisava aprender a brincar de novo junto com ele – ela que quase não brincou na infância, pois tinha que cuidar dos irmãos e, já durante a adolescência, engravidou do primeiro filho. Para ela conversar com a psicóloga do CRAS havia sido muito importante, pois lhe ajudou a ver que precisava dar mais atenção a esse filho. Também mencionou o preconceito das pessoas em relação a Tom – uma vez, conta Maria, quando pegou o ônibus com o menino, uma das passageiras comentou com ela o comportamento que o menino estava apresentando julgando-o, dizendo que se fosse seu filho não o deixaria bater nela. Frente a isso, Maria respondeu que seu filho era especial, explicando sobre o comportamento do menino, que muitas vezes machuca a si mesmo e grita. No meio de sua fala, lembra de uma pergunta que um dos seus outros filhos lhe havia dirigido, “tu me ama”? Maria pensa que o menino lhe pergunta essas coisas porque ela dá mais atenção ao Tom. Ela diz que tenta falar que ama todos os seus filhos, que tenta abraçá-los – ao que a psicóloga intervém comentando sobre a importância de poder dar carinho a todos eles.

O que podemos, claramente, notar na descrição que realizei acima é a reconfiguração do caso de Maria na relação com os profissionais do PAIF/CRAS. Da falta da materialidade de uma casa para morar, a discussão e os olhares dos profissionais também passaram a enfatizar e trabalhar com questões de sua vida

íntima, onde se produziu a necessidade de fortalecer algo imaterial que, aqui, se constituiu como o vínculo do amor materno.

A relação que se produziu com o CRAS e, principalmente com a psicóloga do serviço, fez Maria olhar mais para os seus próprios sentimentos em relação aos seus filhos – a fez pensar na necessidade de dar mais atenção ao filho especial, e também, não esquecer dos outros que a interpelam com um “tu me ama? Assim, poderíamos dizer que a prática psi – com suas intervenções e atendimentos – se produz em um *modus operandi* que funciona na lógica das relações interpessoais que, em última instância, é uma lógica da intimidade. E aqui, compreendo intimidade no sentido trabalhado por Despret (2011), em sua leitura etnopsicológica do segredo, na qual aponta que, além da separação entre o que é interior/privado e exterior/público, a intimidade é uma experiência da interioridade. Portanto, há um voltar-se para si mesmo, uma produção subjetiva em jogo nesse experimentar. Essa lógica da intimidade, então, performa um vínculo entre as práticas desenvolvidas pela psicóloga na interação com a usuária que muda o modo como Maria pensava certos elementos de sua vida, no caso, a relação com seus filhos. Então, não é somente a urgência de uma casa o que passa a ocupar Maria ao recorrer ao serviço, mas o modo como ela vive.

A escolha em utilizar o termo lógica, para designar esse modo de operar como intimidade, é inspirado na proposição de Mol (2008) ao demarcar sua aposta em cultivar uma lógica do cuidado versus uma lógica da escolha nas práticas relacionadas a saúde. Para a pesquisadora o uso da ideia de lógica

It invites the exploration of what it is appropriate or logical to do in some site or situation, and what is not. It seeks a local, fragile and yet pertinent coherence. This coherence is not necessarily obvious to the people involved. It need not even be verbally available to them. It may be implicit: embedded in practices, buildings, habits and machines. And yet, if we want to talk about it, we need to translate a logic into language. (MOL, 2008, p.8)³⁴

Incorporada nas práticas, essa lógica da intimidade, também se produz no grupo ao qual foi convidada a participar, o grupo de acompanhamento familiar, espaço que faz Maria querer compartilhar suas experiências e sentimentos, pois,

³⁴ Tradução livre: Convida à exploração do que é apropriado ou lógico fazer em algum local ou situação e o que não é. Ela busca uma coerência local, frágil e ainda pertinente. Esta coerência não é necessariamente óbvia para as pessoas envolvidas. Não precisa sequer estar verbalmente disponível para eles. Pode estar implícito: embutido em práticas, edifícios, hábitos e máquinas. E ainda, se quisermos falar sobre isso, nós precisamos traduzir uma lógica em linguagem.

mesmo que instigada a falar, poderia ter se mantido em silêncio. Mas ela não o fez, ainda mais, recebendo o apoio dos demais participantes, que comentavam, por exemplo, que ela não devia “dar bola” para o que os outros dizem e, também, compartilhando casos em que sofreram situações parecidas com as dela, como *bullying* na escola. Esse grupo de acompanhamento familiar, para o qual eram convidadas famílias em atendimento no PAIF que apresentavam questões em comum, acontecia quinzenalmente e era realizado pela psicóloga e pela assistente social do serviço. Ele oferecia continência e a possibilidade de estabelecimento de vínculos não apenas com os profissionais que os atendiam, mas, também, entre os usuários participantes do grupo. Ele tinha um número definido de encontros e sempre começava com um vídeo, que servia de disparador para as discussões da temática escolhida para o dia – definidas junto aos participantes no primeiro encontro: dependência química, cuidado com as crianças/ relacionamento familiar, reflexões sobre o *bullying* e violência doméstica.

Como em todos os grupos fechados, nos quais os participantes são convidados a falarem sobre questões íntimas/ privadas, o sigilo é mantido em relação ao que é dito e ao que acontece no grupo. É justamente esse sigilo, esse segredo (fazendo uma analogia com as proposições desenvolvidas por DESPRET, 2011), que permite a fabricação da interioridade, ou, nas palavras da autora, “fabrica seres interiores” (p.10). O segredo, assim, empenha o sujeito “em viver e em traduzir sua perturbação enraizando-a no mais profundo de sua intimidade³⁵” (p.10) tornando possível que o sujeito, ao voltar-se para si, diga sobre coisas que talvez não diria em outro espaços – no caso situações vivenciadas com filhos ou conhecidos que são usuários de drogas, a violência doméstica cometida pelo companheiro, o que se sente frente ao *bullying* que o filho sofre na escola, as situações na quais se acaba batendo nos filhos, etc. O exame e a fala do que se passa em seu próprio interior pode, ainda, proporcionar certo alívio aos sujeitos, como quando uma idosa participante do grupo de acompanhamento mencionou em um dos encontros que “é preciso desabafar para sobreviver”.

Portanto, voltando à situação de Maria, a rede que se tece na relação com o CRAS performa um vínculo que produz, na lógica da intimidade, uma experiência de

³⁵ Embora Vinciane Despret (2011) desenvolva o tema do segredo colocando questões em outros campos (da clínica psicológica e da pesquisa), ela traz elementos potentes que nos permitem pensar as questões colocadas nessa tese em relação à lógica da intimidade.

interioridade que modifica, transforma sua relação com o serviço e com sua própria família. Todas as ações – as idas ao CRAS, os encontros com a psicóloga, as discussões e proposições sugestivas sobre como conduzir o caso nas reuniões de equipe, a participação no grupo de acompanhamento familiar – são atores que atuam na performance do vínculo de amor dessa mãe por seus filhos. Vínculo que agencia e atualiza tanto as proposições da Política (ver capítulo 4), que faz referência a importância dos primeiros vínculos e ao vínculo mãe-bebê (BRASIL, 2013) na vida dos sujeitos, como um modo de intervir que se relaciona com a produção de conhecimento do campo da Psicologia pela produção do vínculo se coloca em relação a versão mãe-bebê.

Essa transformação no modo de Maria olhar para e se relacionar com os filhos é uma mudança que ocorre por associar outros elementos a sua produção subjetiva. Assim, se o vínculo, objeto imaterial performado na rede de práticas heterogêneas da PNAS, permite produzir mudanças na vida dos usuários que utilizam os serviços do SUAS, é porque ele estabelece uma conexão que gera subjetividade. Nesse sentido, considero o vínculo a partir do uso da metáfora do *plug-in* (conector e/ou subjetivador) que encontramos nas proposições de Latour (2012) ao se remeter a temática da subjetividade. Como aponta Tirado et al. (2014) essa noção latouriana redefine o tema (em relação aos estudos foucaultianos e deleuzianos) permitindo abordá-lo em termos de uma conexão, o que nos isenta da necessidade de ter que nos atermos a longos processos históricos:

Gracias a los subjetivadores, en lugar de describir extensos procesos históricos o genealógicos, o narrativas y discursos, que muestran cómo emerge y se articula un pliegue con una subjetividad concreta, nos enfrentamos al desafío de mostrar cómo nuestra identidad adquiere definición y consistencia cuando nos conectamos con una serie de elementos locales, sencillos y casi anodinos que nos rodean permanentemente y cuyo origen se vincula a ejercicios tecnológicos con duraciones temporales y muy desiguales. (p. 36).

O conceito de subjetividade de Latour (2012) permite pensar, assim, o processo de tornar-se sujeito como um efeito da rede de relações nas quais somos capturados. Nessa direção, para cada relação estabelecida haveria também um tipo específico de conexão que o autor denominou de *plug-in* (um conector). Essa metáfora do *plug-in*, utilizada a partir da linguagem relacionada ao uso da Internet, nos remete a possibilidade de “baixar” um programa que (no sistema computacional) permite acessar, ativar algo que, anteriormente, não era possível visualizar. Desse

modo, um *plug-in* seria como um grampo, algo que se instala entre os atores permitindo que uma nova conexão se estabeleça ou, ainda, que uma conexão já existente seja modificada.

Portanto, o vínculo produzido em meio as associações que se estabeleceram na rede de atores que envolveram o caso de Maria permitiu a mesma modificar sua relação com o filho. E essa modificação na relação desses dois atores aponta para a característica dos subjetivadores em induzir os atores a fazerem algo. É importante definir o que, na perspectiva laturiana, significa induzir, pois ao contrário do que essa palavra nos suscita em mente (como ideia de causa) “há em seu âmago uma duplicação, um deslocamento, uma translação que modifica simultaneamente todo o argumento” (LATOURE, 2012, p. 311-312). Desse modo, indução está aqui relacionada a ação de agir, provocada pela rede de mediadores que entram e saem produzindo um ator-rede – este, vale lembrar, só tem existência a partir de suas múltiplas conexões, “primeiro os vínculos, depois os atores” (p. 312). No campo da pesquisa, esse aspecto nos leva a possibilidade de atentar para a rede de vínculos que levam os atores a atuar de determinadas formas.

Mais uma vez, em um primeiro olhar, podemos julgar determinista o ponto de vista laturiano, ainda mais se pensarmos em um ator humano e em seu processo de produção subjetiva, já que o autor menciona os vínculos como uma conexão que induz a atuação de um ator. No entanto, para o filósofo, a emancipação não está ligada ao rompimento dos laços, mas sim a multiplicidade de vínculos e ao fato de se estar bem vinculado. Assim como as marionetes “só são livres na medida em que o titereiro é um bom titereiro” (LATOURE, 2012, p. 310), ou seja, na medida em que há diferentes cordões conectando ambos, a produção subjetiva só se compõe estabelecendo conexões. Quanto mais vínculos, mais possibilidades subjetivas. Mais produção de interioridade.

São justamente os *plug-ins* (subjetivadores ou ainda, conectores) em circulação nas redes que, acessados pelos sujeitos, subscritos e/ou baixados (segundo a metáfora computacional) os possibilita tornarem-se local e provisoriamente competentes ao exercício de determinadas atuações – competência que não seria possível ser desempenhada sem essa conexão. Os subjetivadores, então, não forjam atores humanos completos, já que apenas uma conexão não dá conta de todos os elementos subjetivos que produz um sujeito, mas, sim, agrega elementos que o compõe em “várias camadas sucessivas, cada qual empiricamente

distinta da seguinte” (LATOURE, 2012, p. 299). É preciso frisar que essas camadas criadoras de competências (que possibilitam o exercício de certas habilidades, de determinadas atuações), não se encontram no sujeito, mas precisam ser acessadas por ele “sem descanso para adquirir certa habilidade durante algum tempo” (p. 305). Maria, antes de circular pela rede de Assistência Social não tinha acesso as conexões que a permitiram mudar sua relação com o filho, mas quando passou a ter, essas conexões não a constituíram como sujeito completo e sim, gerou o que aqui podemos chamar de uma nova camada subjetiva. Essa movimentação permite visualizar que quanto mais conexões são estabelecidas, mais interioridade se obtém, “como bem demonstrou William James, é multiplicando as conexões com o exterior que conseguimos perceber como o ‘interior’ está sendo mobilizado. Você precisa de uma porção de subjetivadores para se tornar sujeito” (LATOURE, 2012, p. 310).

Como nos explicam Tirado et al. (2014) um subjetivador pode vir a se constituir de diferentes modos (uma imagem, uma ideia, uma explicação ou teoria e, assim, por diante), se vinculando tanto a grandes dispositivos institucionais como a práticas breves e cotidianas oferecendo ao sujeito um curso de ação sempre local. Essas conexões implicam a produção de um efeito de mediação, o qual se caracteriza por três elementos específicos: possuir uma carga política, gerar um efeito de reflexividade e ser um fragmento de conhecimento. Nesse sentido, se voltarmos ao caso de Maria, fica evidente como a produção do vínculo torna-se um subjetivador, pois a performance do vínculo do amor materno – que remete ao vínculo mãe-bebê – estabelece uma conexão com novos elementos que Maria passa a ter acesso habilitando-a a exercer novas capacidades, aqui ligadas ao amor. Portanto, a produção do vínculo não funciona como uma mera associação, mas, sim, como uma conexão que permite instalar/modificar elementos que compõe sua subjetividade em relação a uma situação local e específica: seu modo de se relacionar com seus filhos. E isso só foi possível após a produção do vínculo do amor materno que conectou Maria com novos elementos os quais a fizeram pensar em si mesma como mãe e conhecer um pouco mais sobre si na relação com os filhos.

Desse modo, buscar conhecer a rede heterogênea que compõe o vínculo (em suas múltiplas versões) abre possibilidade para compreendermos também como as ciências e aqui, especificamente, a Psicologia contribui (e, mais que contribuir)

produz emoções. Um ponto importante para pensarmos se considerarmos que elas constituem determinados modos de nos relacionarmos e sentirmos, ou seja, nas palavras de Vicedo (2013), constituem *selves* emocionais. E, como estamos pensando o caso de Maria, podemos notar claramente a produção de sentimentos que tradicionalmente, em nossa sociedade, atrelamos como natural ou inato as mães: o amor materno, que também pontua a centralidade da mãe no cuidado com os filhos. E aqui há uma conexão com a versão de vínculo como apego de John Bowlby, isso porque, como nos mostra Vicedo (2013) encontramos nessa versão uma biologização das emoções infantis, o que distancia o apego das proposições das velhas ideias sobre amor materno indicando, ainda, que apenas a mãe teria sido projetada pela natureza para responder as demandas específicas da criança. A partir desse momento passa a existir a necessidade instintual das crianças pelo amor materno, o que leva, também, a retirada da figura da mãe do plano da inteligência e da liberdade e, portanto, do campo da escolha. Nessa perspectiva, considera-se que mães que trabalham fora nos primeiros meses de vida dos filhos podem vir a desencadear uma falta de amor materno que poderia resultar em diversos problemas sociais (VICEDO, 2013).

when maternal feelings are understood as the products of biology, they are removed from the realm of intelligence and freedom, and thus from the realm of behaviors that deserve moral recognition. [...] The normal mother is the unthinking and natural mother who is driven by her instincts, he divested maternal care of choice and, therefore, of moral value. (VICEDO, 2013, p. 90-91).

Diversos trabalhos, como o de Badinter (1985), fazem uma crítica a essa mãe regida pelos instintos, pontuando que não existe um amor materno que possa ser considerado inato, ao contrário, esse amor é adquirido ao longo dos dias pela interação mãe e filhos. Ele não é mais do que um sentimento humano, tão frágil e incerto como qualquer outro. Desse modo, é também um sentimento que precisa ser constantemente performado para se manter como uma prática cotidianamente exercida na interação mãe-filhos.

A atenção ao exercício de uma performance que resulte no cuidado dos filhos aparece também com diferentes nuances, nas discussões de caso da equipe do PAIF, que não estão apenas centradas no desempenho da mãe em relação aos seus filhos. Ele se expande produzindo reflexões sobre o comportamento tanto dos pais como dos filhos, como podemos acompanhar em outro caso discutido em

reunião de equipe. O relato descrevia a situação de outra família onde os filhos se encontravam com baixa frequência escolar e assumiam para si o cuidado com a mãe – que já estivera em internação psiquiátrica e muitas vezes é acometida por surtos, durante os quais sai pelas ruas. Nessas situações são os meninos que saem a sua procura.

O pai não mora com a família, mas segundo informações da equipe, liga para saber da frequência escolar dos meninos sem, no entanto, se implicar com o problema. Ele já havia sido chamado para comparecer nos atendimentos do CRAS, mas apenas mantém contato por telefone. O Conselho tutelar também já havia entrado em contato e conversado com ele, até sobre a possibilidade de ficar com a guarda dos meninos, que se encontravam com a mãe. Entretanto, ele não quis ficar com a guarda dos filhos por pensar que isso poderia piorar muito a saúde mental da mãe, que poderia até tentar se matar.

Como sugestão de intervenção, a equipe discutiu a ideia da guarda compartilhada, onde o pai também pudesse vir a ser responsável pelo cuidado dos filhos, já que retirar a guarda da mãe teria um efeito muito ruim nos meninos que são muito apegados e se sentem responsáveis por ela. Assim, como poderiam obrigá-los a ir ao centro educacional e a escola, quando eles estão preocupados com a mãe? Algumas propostas de ações mencionadas pela equipe sugeriram a mescla do turno dos meninos entre o centro e a escola; a possibilidade de conversar com o pai tanto sobre o cuidado com os filhos, como sobre a situação financeira em que eles vivem. Por fim, tentar combinar com os meninos um modo para que eles possam cuidar da mãe e também continuar frequentando suas atividades. Ideias que sugeriam a tentativa de incentivar os meninos a produzirem coisas no centro educacional que eles pudessem levar para mãe, pois para a assistente social – técnica que trouxe o caso para reunião de equipe – é preciso cuidar para não desmerecer o cuidado que os meninos têm com a mãe. É preciso, então, novamente atentar para a relação mãe e filhos, mas de um modo que difere do imperativo da lógica do instinto do amor materno. Aqui, se trata de levar em consideração outra lógica, a que permite a circulação do cuidado entre os atores envolvidos, no caso atores envolvidos na dinâmica familiar.

6.4 E Maria continuou circulando pela assistência

Você, caro leito(a)r, deve estar se perguntando como terminou o caso de Maria. Não terminou ou, ao menos, não tinha terminado durante minha passagem pelo CRAS. A situação da usuária continuou circulando nas reuniões de equipe. No entanto, frente a complexidade e gravidade do caso, foi decidido que uma reunião com o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) da região precisaria ser marcada, na tentativa de referenciar a família de Maria aos serviços oferecidos pelo Centro. Há tempos o caso é mencionado como uma situação a ser atendida pelo CREAS, mas segundo a própria equipe do CRAS, essa é uma tarefa difícil, pois a média complexidade encontra-se lotada de situações com violação de direitos que, muitas vezes, também não conseguem dar conta. Assim, a lógica de efetivação da contra-referência CRAS-CREAS não consegue realizar o atendimento de todos os casos que apresentam situações de violação de direitos, apenas os casos mais urgentes/graves. A demanda parece incontornável.

Já na reunião para realização da contra-referência de algumas famílias, a equipe técnica do CRAS levou duas situações de famílias que precisariam ser atendidas pelo CREAS, mais um caso apresentado pela psicóloga de um SAF da região que também participava da reunião. No entanto, diante do número de atendimentos que já estavam sendo realizados pelo CREAS e os mais de 90 casos em espera para atendimento, apenas dois, dentre os três casos levados a reunião poderiam ser escolhidos para, efetivamente, serem referenciados no CREAS. No meio dessa difícil escolha, eis que a família de Maria foi uma das escolhidas para ser acompanhada pelo CREAS, via Ação Rua.

Após a difícil escolha, os profissionais pensam em uma estratégia para a vinculação da família de Maria a equipe do CREAS e a equipe do Ação Rua. Combinam que sempre que for realizada uma nova referência será necessário fazer uma visita em conjunto – o técnico de referência da família do CRAS e o novo técnico do CREAS, nesse caso, a equipe do Ação Rua. Estratégia que para os profissionais constitui uma tentativa de aprimorar a vinculação, uma ação realizada para que a família não fique com a sensação de que está sendo largada.

Para o CRAS há um desconforto em relação a contra-referência, que é apontada pela equipe como algo que não é feito. Nessa direção, surge a pergunta sobre o que fazer com as famílias que não são referenciadas no CREAS quando se

esgotam as possibilidades do trabalho que pode ser realizado pelo CRAS? Situação que leva a coordenação da equipe a afirmar que “chegamos no fundo do poço”, pois ainda há as situações em que o serviço desliga as famílias por não haver adesão. E mais perguntas surgem – “o que é esse não aderiu? O que foi feito? vai ver fez uma VD [visita domiciliar] e isso é suficiente para avaliar que a família não se vinculou? a família é desligada e não é nem contra-referenciada”. A reflexão que emerge aponta para vinculação como algo que deve ser construído e para a necessidade de se pensar um fluxo para ela. Mas o impasse para a questão parece não ter saída quando trazida para reunião de contra-referência, pois segundo o CREAS existe muita demanda para tentar fazer tantas visitas. A equipe do CREAS também não consegue dar conta de tantos casos que são solicitados a cada dia.

A reunião se encaminha para o fim, quando um dos integrantes da equipe do CREAS olha pra mim e diz “coitada”, pois agora eu estava vendo como as coisas funcionam na assistência e, como mencionou alguém da equipe, vendo que a assistência também está precisando de ajuda. E, talvez, um caminho possível para se estabelecer práticas mais efetivas, seja a própria Assistência Social produzir mais vínculos entre os locais que compõe os serviços da rede de proteção e cuidados da região.

6.5 Lógicas em circulação

Acompanhar as atividades desenvolvidas pela psicóloga e a assistente social do PAIF/CRAS possibilitou evidenciar que as ações desempenhadas por cada uma das profissionais demarcam duas lógicas diferentes que compõe a performance dos vínculos. Na prática da assistente social podemos dizer que há uma lógica da observância da lei, pela qual a profissional busca fazer o usuário atentar ao que diz a legislação. Em conversa ela me explica que percebe a diferença das suas práticas em relação a psicóloga. Para ela, suas ações são mais próximas do “*chamar na chinha*” (expressão que diz respeito a ter uma conversa direta para resolução de um problema) do que pensar sobre o histórico das relações interpessoais dos sujeitos – como, por exemplo, no caso de um filho não querer se responsabilizar pelos pais, sua ação envolveria mostrar ao usuário o Estatuto do Idoso (Lei 10.741), enquanto o modo de operar da psicóloga seria mais centrado em deixar o usuário

falar, em estabelecer uma conversa para compreender suas relações interpessoais, a história daquele sujeito. Esse modo de operar pode ser percebido no caso de Maria, no qual pontuei a lógica da intimidade.

O contraste que se estabelece entre essas duas lógicas está diretamente ligado a circulação das heranças de duas práticas profissionais distintas. Herança que, como mencionei em capítulos anteriores, considero a partir das proposições de Vinciane Despret (2004), ou seja, como uma noção que nos remete para além da transmissão de algo pelo viés de uma continuidade histórica, de uma transmissão inalterada ao longo das gerações. Como vimos acima, se nossas heranças permitem a circulação de determinadas práticas, que operam na performance de distintos objetos (e permitem modos específicos de conhecer e intervir), ela não nos oferece, nesse processo, uma resposta ou um modo de intervenção que se atualiza sem modificações a partir de um campo de conhecimento, como a Psicologia. Isso porque uma versão de vínculo, que se performam no cotidiano do serviço, não coloca em jogo somente os elementos de uma versão com a qual se relaciona. Voltemos ao caso de Maria. Como acompanhamos, as práticas desempenhadas nesse caso performam um vínculo de amor materno. Os elementos que se conectam nessa performance não são os mesmos (tal e qual) os que performam o vínculo mãe-bebê na rede de práticas de Bolwby (2002), mas esse último, é, por sua vez, um ator posto em relação para performance do primeiro. É como se o vínculo mãe-bebê fosse um de nossos camelos – traçando um paralelo com a fábula contada por Despret (2012) – que precisamos arranjar de modo a poder fazer uso dessa produção de conhecimento em relação a um contexto totalmente novo, singular, com elementos que só se agenciam em um tempo (dos atendimentos e encontros) e espaço (do CRAS) muito específicos.

Assim, é compreendendo o que nos é transmitido como uma herança, que é tanto transmissão como potencialidade para transformação, que podemos contrastar o que herdamos das produções de conhecimento psicológico e do serviço social para pensarmos diferentes modos de resolver e assumir intervenções a cada caso, sem assumir, *a priori*, que um modo de trabalhar seja melhor ou mais efetivo do que o outro, ou, que esses modos não possam se transformar no contato com diferentes experiências. Pois o caminho que a herança psi da escuta, das compreensões interpessoais me levaria a seguir diante de um filho que não se importa com sua velha mãe, seria um caminho sempre já determinado? Ou abriria um devir a um

modo singular de ajudar tal família? A mesma questão vale para a outra lógica, pois herdar um modo de operar que faz atentar para a observância da lei teria como possibilidade, em contato com diferentes situações e sujeitos sempre o mesmo efeito? Aquilo que recebemos como herança de nossas práticas é apenas “aplicado” ao campo no qual atuamos, no caso, os serviços socioassistenciais? Não creio que a resposta para essa questão seja sim, pois a herança que recebemos, tal como na história dos camelos, é sempre transformada a cada nova situação, no encontro com cada campo.

6.6 Duas agências não humanas

Nossas práticas cotidianas, como já referidas nas análises documentais, são sustentadas tanto por atores humanos, como não humanos. Mas se pensarmos sobre o lugar desses elementos (que não se encontram na esfera do humano) no campo de pesquisa das políticas sociais, iremos perceber quão recorrente sua agência é esquecida nas relações que circunscrevemos como material de análise. Um dos motivos desse esquecimento, como discuti no capítulo 2, é a ênfase que se coloca sobre o sujeito quando escolhemos pesquisar sob a ótica de uma perspectiva foucaultiana. O que não quer dizer que as materialidades não humanas não estejam presentes nesse modo de pesquisar, mas sim, que o lugar que eles ocupam e seus efeitos na constituição das análises diferem.

Latour (2012), ao criticar a sociologia do social em relação a sociologia das associações, nos provoca a indagar a ação dos objetos repondo-os em seu curso de ação. Tal “interesse pelo objeto não tem nada a ver com privilégios concedidos a matéria ‘objetiva’ em detrimento da linguagem, símbolos, valores ou sentimentos ‘subjetivos’” (p.114). Esse movimento tem como proposta devolver a liberdade de movimentos aos não humanos, pois “se a ação se limita ao que os humanos fazem de maneira ‘intencional’ ou ‘significativa’, não se concebe como um martelo, um cesto, uma fechadura, um gato, [...] possam agir” (p. 108). Faz toda diferença considerar que os objetos não são apenas manipulados pelos humanos, já que eles também permitem aos sujeitos exercerem um determinado curso de ação.

Portanto, as duas cenas que seguem abaixo dizem respeito a dois atores não humanos que fazem parte da rede de práticas que performam o vínculo no cotidiano de um PAIF. Elas foram escolhidas como parte do material de análise por

oferecerem a possibilidade de discutirmos a circulação e os efeitos das interações entre humanos e não-humanos na produção da rede socioassistencial, pois como nos fala Latour (2012) “a continuidade de um curso de ação raramente consiste de conexões entre humanos [...] ou entre objetos, mas, com muito maior probabilidade, ziguezagueia entre umas e outras” (p. 113). Mais especificamente, essas cenas nos auxiliam a pensar sobre certas capacidades possíveis de serem exercidas a partir das interações que se estabelecem entre usuários do serviço e o vale transporte urbano (distribuído no CRAS) e entre usuários, profissionais e o Plano de Acompanhamento Familiar – associações que geram a possibilidade de provocar movimentos que modificam certos elementos no modo de vida dos usuários.

6.7 Cena I: O vale transporte

No término de um os grupos de acompanhamento familiar, realizado no espaço do CRAS, a estagiária do Serviço Social comenta com a psicóloga e comigo uma situação que havia acontecido anteriormente, em um atendimento do Cadúnico. Na ocasião, uma senhora procurou atendimento no CRAS porque precisava de vale transporte para fazer um exame médico e, também, para visitar parentes que moram na zona sul da cidade. No entanto, ela não tinha levado consigo nenhum comprovante do exame (que é solicitado para disponibilização do vale-transporte) o que levou a estagiária que atendera a usuária a negar-lhe o vale-transporte. A estagiária do serviço social, que nos contava sobre o ocorrido, disse ter ficado muito brava e que agora seria necessário retomar o vínculo, a confiança dessa usuária com o serviço. Isso porque, em suas palavras, o vínculo que a usuária tinha estabelecido com o serviço já não era de confiança, já que havia dado informações que não eram verdadeiras. Por fim, a assistente social, que também se encontrava presente, explicou que visitar a família é fortalecimento de vínculos e que agora era preciso retomar o vínculo (entre a usuária e o serviço) que ficou quebrado.

6.8 Cena II: O Plano de Acompanhamento Familiar

As conversas que tive com a psicóloga do PAIF/CRAS, na sala que dividia com a assistente social, sempre foram acompanhadas de muitos papéis – prontuários e documentos diversos relacionados aos atendimentos das famílias e

usuários. Foi em uma dessas conversas que fiquei sabendo da existência de um documento criado na unidade, chamado Plano de Acompanhamento Familiar/Individual (ver anexo). Como o próprio nome já diz, o documento representa o acompanhamento traçado conjuntamente entre o profissional e o usuário do serviço, a ser elaborado a partir das informações do prontuário SUAS³⁶. O documento consiste nos seguintes tópicos a serem preenchidos: data; responsável familiar; profissionais responsáveis; demanda/vulnerabilidade; potencialidades; ações propostas e um quadro de sistematicidade (semanal, quinzenal, mensal, bimestral e local) que incluiu: atendimento individual, atendimento familiar, participação em grupo; visita domiciliar e articulação em rede. Ao final, ambos, profissional e usuário, assinam o documento.

6.9 Circulação e confiança

Diante das cenas que acompanhamos acima poderíamos nos deter em analisar o uso que fazemos dos referidos objetos ou, ainda, a intencionalidade da ação humana ao ter acesso ao vale-transporte e ao Plano de Acompanhamento Familiar/Individual. Mas, como procurei explicar ao longo da escrita, a proposta desse trabalho segue outro rumo. Desse modo, a questão pertinente a essas cenas refere-se, então, as mudanças, aos efeitos possíveis de serem vislumbrados na interação entre atores como o vale transporte e um usuário da assistência. A relação entre esses dois atores permite uma atuação diferente (atuação que, como veremos mais adiante, diz respeito ao exercício de cidadania) que só é possível nesse encontro e, portanto, não é de responsabilidade de um ou de outro ator, mas, sim, é uma capacidade gerada pela interação de ambos, como podemos visualizar no clássico exemplo da arma e do atirador, utilizada por Latour (2001):

Você é diferente quando empunha uma arma; a arma é diferente quando empunhada por você. Você se torna outro sujeito porque segura a arma; a arma se torna outro objeto porque entrou numa relação com você [...]. Se estudarmos a arma e o cidadão como proposições, no entanto, perceberemos que nem o sujeito nem o objeto (e seus objetivos) são fixos. Quando as proposições são articuladas, elas se juntam numa proposição nova. Tornam-se "alguém, alguma coisa" mais. (LATOUR, 2001, p.207).

³⁶ Segundo informações apresentadas no próprio prontuário, é um documento padronizado que objetiva "contribuir para a organização e qualificação do conjunto de informações necessárias ao diagnóstico, planejamento e acompanhamento do trabalho social realizado com as famílias/indivíduos" (Prontuário SUAS, s/d, p.3).

É sobre esse algo mais que o filósofo propõe depositarmos nossa atenção. Nesse caminho, se voltarmos nosso olhar para a primeira cena, nos perguntando sobre a capacidade que a interação vale-transporte e usuário é capaz de produzir, encontraremos mais do que apenas um deslocamento no espaço-tempo, pois o que se encontra em atuação é o exercício cidadão. Um exercício de cidadania que se performa na circulação pela cidade, no encontro com outras redes, outros atores que, por sua vez, possibilitam modificar algo no usuário. Esses encontros não se restringem apenas ao contato com os locais acessados para a garantia de direitos sociais que, tradicionalmente, são mais requisitados (por exemplo, ir até um serviço de saúde, a uma entrevista de emprego...), mas se ampliam com as possibilidades de interação que o próprio trajeto percorrido pelo sujeito, para além da conhecida vizinhança/comunidade a qual pertence, oferece – é preciso lembrar que a circulação pela cidade também está no rol dos direitos sociais. Para que essa circulação ocorra o vale-transporte é a possibilidade que concretiza “a mobilidade urbana, entendida como essencial para se garantir o pleno acesso à cidade e à efetivação de outros direitos, como saúde, educação, cultura, etc.” (DIEHL, ROSA, MAZURA, 2012).

A importância de se ter condições para que a circulação pela cidade seja efetivada se torna ainda mais significativa, se considerarmos que as características que marcam a população que é atendida pelo CRAS passam pela vulnerabilidade, pobreza e exclusão que, frequentemente, impedem o deslocamento dos usuários por locais que se encontram fora da comunidade onde vivem. Vale lembrar que tanto a Política de Assistência Social, como a Política de Saúde priorizam a implementação dos serviços básicos dentro das comunidades a serem atendidas, facilitando o acesso dos usuários.

A circulação pela cidade abre um leque de possibilidades a novas interações entre os sujeitos, assim como, ao acesso e produção de novas conexões, novos vínculos que, operando como subjetivadores, possam vir a agregar elementos à composição subjetiva dos sujeitos – modificando e transformando elementos em seus modos de agir e viver. Nessa direção, para Harvey (2013) a “cidade [que] sempre foi um lugar de encontro, de diferença e de interação criativa” (p. 30) também se torna uma possibilidade para refazermos a nós mesmos, ao mesmo tempo em que a fazemos.

Em relação à segunda cena, a interação “profissional-plano-usuário” também produz movimento nos atores a partir da composição conjunta de elementos que se associam à tessitura de uma espécie de compromisso, que se materializa no Plano de Acompanhamento Familiar/Individual, buscando a superação de situações complexas que se tornaram um problema para os usuários. Compromisso que aposta na possibilidade de mudanças na vida dos usuários, distribuindo a responsabilidade por essa mesma mudança na produção, em comum, do plano de acompanhamento. É assim que juntos, profissional e usuário, relacionam no plano elementos que auxiliam a definir aquilo que despotencializa a vida (gerando as chamadas vulnerabilidades sociais) e aquilo que se produz como potencialidade na vida dos usuários. Após a definição desses elementos são traçadas propostas de ações, assim como, o modo como essas serão sistematizadas, finalizando com a assinatura de cada um dos atores humanos envolvidos (profissional e usuário).

A ideia de assumir um compromisso, a partir da composição conjunta de um plano de acompanhamento, afirma a co-responsabilidade no processo de modificação de situações difíceis e complexas pelas quais um usuário possa estar passando. No entanto, essa afirmação não significa que o compromisso assumido seja sinônimo de sucesso, muito menos de fracasso. O que essa interação permite forjar é a capacidade de produção de um algo mais (sem o pleno conhecimento *a priori* do que será) que pode ser desencadeado tanto pelo reconhecimento e definição das demandas e potencialidades do usuário, como pelos movimentos gerados nos encontros que dizem respeito as proposições de ações sistematizadas no Plano (como a participação em atendimentos, grupos e outras atividades desenvolvidas no serviço).

Frente a isso, é interessante pensarmos a possibilidade do sucesso das proposições que constituem o Plano (no sentido de produzir movimentos de transformação e de expansão da vida), a partir do uso da noção de confiança em Vinciane Despret (2004). Para entendermos sua perspectiva é preciso nos remetermos ao experimento do psicólogo americano Robert Rosenthal, que a autora cita ao falar da confiança em seu trabalho. Através desse experimento o pesquisador solicitou aos seus estudantes a repetição de um teste de labirinto, produzido com ratos de laboratório, que já havia sido realizado há alguns anos atrás. Certo número desses ratos (dizia o pesquisador) eram considerados brilhantes (pela cruzada contínua de ratos que se saíam bem no teste), enquanto os demais eram

considerados medíocres. Diante dessas informações, ao final do experimento, os estudantes acabaram por confirmar a seleção de ratos brilhantes e medíocres, ainda que, na verdade, não havia nenhuma distinção de superioridade ou inferioridade entre eles – eram apenas simples ratos de laboratório. No entanto, pergunta Despret (2004), como seria possível que os ratos ditos brilhantes, em comparação com os medíocres, pudessem ter apresentado um desempenho melhor no teste? Para a autora isso seria

a matter of faith, of trust, and this is the way I suggest we should construe the role of expectations, the role of authority, the role of events that authorize and make things become. It is because the students could (in the best cases, of course) trust their rats, because they had faith in what therats were able to perform, and in turn, because they could trust that the rats were going to enable them to be good experimenters, that the experience worked. Students who succeeded in transforming their rats into bright rats *won* their trust; as much as these bright rats were winning the students' trust. (DESPRET, p. 121, 2004)³⁷.

Nesse sentido, a confiança é, então, algo que, além de conectar os atores, produz oportunidades e ainda nos permite redefinir a compreensão de crença colocando-a em termos pragmáticos, ou seja, do elas que fazem, ao invés de defini-las em termos do que elas são. Esse ponto muda radicalmente a forma como encaramos os acontecimentos, pois uma crença passa a ser aquilo que faz os atores estarem disponíveis há um evento. Como menciona Despret (2004)

the scene has completely changed: it becomes a site full of new active entities that articulate differently. [...] a belief is what makes entities 'available' to events. It is because the students believed that their rats could be bright that both of them became available to the transformation of their identities: being good and bright rats on the one hand; being careful (in the most literal sense) and accomplished experimenters on the other. (DESPRET, p. 122-123, 2004)³⁸.

Portanto, a possibilidade de um plano de acompanhamento vir a ser bem sucedido situa-se na produção da confiança que se estabelece na interação

³⁷ Tradução livre: uma questão de fé, de confiança, e esta é a maneira que eu sugiro que devemos considerar o papel das expectativas, o papel da autoridade, o papel dos eventos que autorizam e fazem coisas virem a ser. É porque os estudantes puderam confiar em seus ratos (no caso dos melhores, obviamente), porque tiveram confiança no que os ratos eram capazes de desempenhar, e por sua vez, porque estiveram confiantes que os ratos fariam deles bons experimentadores, que a experiência funcionou. Os estudantes que obtiveram sucesso em transformar seus ratos em ratos brilhantes *ganham* sua confiança; assim como estes ratos brilhantes ganharam a confiança dos estudantes.

³⁸ Tradução livre: a cena muda completamente: transforma-se num local cheio de novas entidades ativas que se articulam diferentemente. [...] É porque os estudantes acreditaram que seus ratos poderiam ser brilhantes que ambos se tornaram disponíveis à transformação de suas identidades: serem ratos bons e brilhantes por um lado; serem experimentadores realizados e cuidadosos (no sentido o mais literal) por outro.

profissional-usuário que compõe o Plano de Acompanhamento Familiar/Individual. E esse é um ponto bastante relevante se pensarmos que grande parte do que é dito pelos usuários se mantém, ao menos em um primeiro momento, sustentado apenas pela sua própria narrativa que, por vezes, se acredita, outras se desacredita. Um exemplo disso é a declaração de renda do usuário, necessária para a realização do registro no CadÚnico. Embora durante o cadastramento seja dito que, ao serem registradas no sistema, as informações que o usuário disponibiliza serão cruzadas com outras (portanto, informações falsas serão descobertas), o que ocorre no ato do registro é o estabelecimento ou não da confiança nas palavras dos usuários, pois naquele momento não há nada além delas. E se, como nos diz Despret (2004), a crença nos permite fazer algo, quando não há confiança na relação entre profissional e usuário há um modo diferente de olhar para o usuário que pode se traduzir na tendência em não apostar em mudanças possíveis na vida dos sujeitos.

Desse modo, se a crença é algo que faz fazer, que autoriza que coisas possam vir a ser (DESPRET, 2004) podemos pensar que é na medida em que o profissional acredita que o usuário é capaz de se comprometer com as proposições de seu Plano que realmente se poderá efetuar mudanças em sua vida. E no sentido inverso, é na medida em que o usuário acredita na possibilidade de transformação, através das proposições de seu Plano de acompanhamento, que mudanças podem vir a ser possíveis.

Podemos, então, delinear essa produção do confiar como a produção de um vínculo de confiança que se estabelece em um processo no qual a materialidade do Plano é um ator fundamental, posto que atua na relação profissional-usuário modificando-a. Assim, é na constituição do *assemblage* profissional-usuário-plano que se torna possível a produção da capacidade de exercitar a confiança e não em um impulso que brota da interioridade do sujeito, pois a confiança não é algo que está dentro ou fora dele, mas algo que só passa a ganhar existência como efeito, como um “algo mais”, como nos fala Latour (2001), a partir da interação entre os atores.

Portanto, esse “algo mais”, que se produz na rede de práticas que compõe o PAIF em questão nessa tese, emerge tanto pela interação dos atores humanos com o vale-transporte urbano – materializado na possibilidade de circulação pela cidade e o exercício da cidadania – como na interação com o Plano de Acompanhamento Familiar/Individual – constituindo a confiança como possibilidade de transformação.

Assim, é com a perspectiva de trabalharmos com a existência de um “algo mais” que seguiremos para o próximo e último capítulo da tese, no qual proponho um modo para pensarmos o exercício da cidadania, justamente, como aquilo que emerge como “algo mais” na interação entre os diferentes atores que compõe a rede de práticas da Assistência Social.

7 MOVIMENTO 4: O exercício da cidadania

7.1 Com que noção de cidadania iremos seguir?

Enfim, nos deparamos com o último capítulo dessa tese. A partir dele eu gostaria de recolocar um ponto que, embora tenha mencionado em momentos muito específicos ao longo da escrita, é fundamental para ao fechamento dessa produção acadêmica – que busca tanto contribuir para produção de conhecimento, como instigar pensares e fazeres no cotidiano dos serviços socioassistenciais. Portanto, o ponto que desejo desenvolver aqui se encontra circunscrito a possibilidade de produção do exercício da cidadania como um “algo mais” que emerge a partir das relações que se estabelecem nas performances do vínculo. Esse exercício se constitui como um ponto importante para o qual convergem as análises realizadas até o presente momento. Isso porque, se há uma meta na Política que prevê o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (e, portanto, sua necessária produção), se há diferentes estratégias e intervenções que performam o vínculo em meio a rede de práticas de proteção social, essa meta também está a serviço da “efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e dever do Estado” (BRASIL, p. 8, 2004).

Desse modo, após abordar a produção das redes que performam o vínculo, tanto no documento da Política, como no cotidiano de um serviço, a interrogação que impulsionou a escrita do presente capítulo se enunciou da seguinte maneira: o que pode o vínculo (sua produção e fortalecimento) em relação ao exercício da cidadania? Pergunta que emergiu a partir das reflexões e pesquisas às quais me dediquei durante o estágio de doutorado sanduíche (como bolsista da CAPES), realizado em 2015, no *Department of Geography, Planning and International Development Studies*, do *Amsterdam Institute for Social Sciences Research (AISSR)* da *University of Amsterdam*, nos Países Baixos.

Ao delimitar essa temática como foco de estudo logo fui interpelada pelo questionamento sobre qual a noção de cidadania com a qual eu pretendia trabalhar. Uma escolha importante se lembrarmos que, estando em um departamento internacional, eu tinha a possibilidade de acessar inúmeros trabalhos que, ao redor do mundo, se dedicavam ao assunto utilizando-se de diferentes compreensões e aspectos que constituem o que entendemos por cidadania. Em uma breve pesquisa

é possível percebermos esses diferentes enfoques que, nas últimas décadas, tem expandido a noção de cidadania enfatizando diferentes processos à sua efetivação, tais como: reivindicações e lutas que emergem das periferias (HOLSTON, 2009), o direito de participação e expressão das vozes dos cidadãos (GAVENTA, 2002); a constituição e disputa pela cidadania, a partir das emoções (HO, 2009); os efeitos de sua articulação com uma perspectiva neoliberal que atende a interesses de mercado (ROSE, 1999; DAGNINO, 2007); a cidadania como chave para a democratização (HELLER e EVANS, 2010); e como ponto central de lutas por justiça e bem estar social que vem mudando as relações entre cidadãos e estado (ECKERT, 2011). Considerando que, historicamente, a cidadania foi construída em torno de direitos e deveres ligados ao trabalho e serviços públicos (ISIN e TURNER, 2007), o que essas novas agendas de pesquisa têm nos mostrado é que ela é mais do que um estatuto jurídico através do qual membros da comunidade política de um país possuem direitos e responsabilidades (LAZAR e NUIJTEN, 2013).

Assim, como essa tese opera com documentos e serviços sob a cobertura e responsabilidade do Estado (visando garantir a proteção social e o acesso a garantia de direitos sociais) é importante nos voltarmos para as produções que se dedicam a esse assunto. Algumas dessas discussões pontuam para a diminuição do papel do Estado em relação aos direitos sociais, abrindo espaço para o surgimento de uma governança privatizada e híbrida (ECKERT, 2011) – o que nos remete a terceirização dos serviços públicos e nos permite interrogar quais seriam os efeitos dessa nova governança no exercício de ser cidadão. Nesse caminho, podemos articular as contribuições de Rose (1999) ao apontar que a cidadania individual não é mais vinculada ao Estado, porque “*there is a range of dispersed and non-totalized practices within which games of citizenship must be played*”³⁹ (ROSE, 1999, p. XXIII). Tratam-se de práticas pelas quais a cidadania se constitui através de um cidadão com liberdade de escolha e responsabilidade sobre suas próprias ações, que vão desde o trabalho até a realização de suas compras (ROSE, 1999).

É preciso lembrar que Nikolas Rose é um autor inglês. Portanto, embora eu opte por pensar a cidadania brasileira também ligada a processos neoliberais, não concordo que ela esteja totalmente desvinculada do Estado – como veremos mais adiante. Penso que no cenário brasileiro a cidadania se encontra tanto em meio as

³⁹ Tradução livre: "há uma série de práticas dispersas e não totalizadas nas quais os jogos de cidadania devem ser jogados".

práticas conectadas ao Estado, quanto aquelas relacionadas à efetivação de uma perspectiva neoliberal (que, por sua vez, também não deixa de operar com a implementação de políticas públicas, garantidas pelo Estado). Nessa direção, Dagnino (2007) apresenta uma análise interessante sobre a constituição da cidadania brasileira. A autora utiliza o conceito de "*perverse confluence*" (confluência perversa) para expressar a ligação entre, por um lado, um projeto participativo (relacionado à garantia de direitos políticos e sociais) e, por outro, uma concepção neoliberal, de Estado mínimo no qual as responsabilidades sociais são compartilhadas ou transferidas para a sociedade civil. Essa confluência reside no fato de que ambos os processos, apesar de significativamente diferentes, "*not only require an active, a proactive civil society, but also coincide in the use of a number of common references*"⁴⁰ (DAGNINO, 2007, p. 2471). Assim, é exatamente entre essas "referências comuns", que encontramos entre o projeto participativo e a concepção neoliberal, que a cidadania estaria situada.

Enquanto no projeto participativo a cidadania seguiria sendo usada como estratégia política pelos movimentos sociais (principalmente como forma de lutar contra a pobreza e a exclusão e expandir a democracia), o discurso neoliberal a redefine em relação ao mercado. Mas isso, como mencionei, não significa uma contradição em relação às políticas sociais. Ao contrário, a versão neoliberal da cidadania favorece o aumento delas assumindo, no entanto, apenas a preocupação estrita de auxiliar as populações que se encontram em condições de ameaça a sua sobrevivência. Desse modo, o que aparece em ambos os projetos (embora com significados diferentes) é uma preocupação em relação à cidadania e as políticas sociais que possam garantir seu exercício. Esse duplo caminho faz a cidadania assumir duas funções: 1) garantir o acesso aos direitos sociais e aumentar a qualidade de vida, principalmente a partir das reivindicações dos movimentos sociais, e 2) proporcionar as condições mínimas para sobreviver (uma renda mínima para consumir) e garantir educação para a construção de capital humano necessário ao funcionamento do mercado (DAGNINO, 2007).

No entanto, se a garantia de direitos sociais e a provisão de um mínimo necessário para sobreviver – e ter alguma liberdade de escolha e consumo, como nos fala Rose (1999) – têm sido pontos de apoio à construção da cidadania no

⁴⁰ Tradução livre: "requerem não apenas uma sociedade civil ativa e pró-ativa, mas também coincidem no uso de várias referências comuns".

Brasil, esse tipo de melhorias, como escreveu Goirand (2003) nem sempre significam que os sujeitos, principalmente no que se referem aos pobres, têm seus direitos respeitados, ou, ainda, que obtêm o pleno exercício da cidadania. Isso porque, como aponta a autora, não podemos pensar a cidadania comportando apenas dimensões materiais. É preciso considerara dimensão não material e simbólica no seu exercício. Essa dimensão pode ser encontrada na construção de redes de suporte e ajuda mútua e no reconhecimento, respeito e dignidade com os quais cada cidadão deveria poder contar. Alguns desses aspectos são demarcados no trabalho de Narayan et al. (1999), no qual a pesquisadora indiana mostra, a partir da perspectiva e realidade de pessoas pobres ao redor do mundo, que a pobreza, além de multidimensional, não está apenas relacionada a falta de recursos materiais mas, também, imateriais.

Nesse sentido, tanto Narayan et al. (1999), como Moser (1998), enfatizam a importância de se estabelecer redes que possam gerar apoio e suporte mútuo entre os sujeitos em situações de pobreza. Estratégia que faz bastante sentido na Política de Assistência Social, senos remetermos aos dois aspectos ligados a produção de vulnerabilidade que nela consta: um decorrente da pobreza/privação e outro da fragilização de vínculos afetivos/relacionais e de pertencimento social (BRASIL, 2004). Desse modo, é frente a essas condições que se situa a meta do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, como forma de intervir e sustentar redes que possam servir como suporte aos sujeitos. Portanto, essa meta está intrinsecamente implicada com o exercício da cidadania que se torna efetivo através de práticas que auxiliam na superação de vulnerabilidades sociais que, por sua vez, ampliam as possibilidades de ação dos sujeitos se o acesso aos direitos sociais.

Há outros autores que também destacam aspectos imateriais ligados a situações de pobreza que, aqui, podemos transpor para as situações consideradas (nos termos da Política) como vulnerabilidade e risco social. Entre eles encontramos Beall (2004) para o qual a pobreza não é apenas percebida como decorrente de privações materiais, mas, também, como falta de respeito e dignidade e Moser (1998) que, ao descrever uma gama de recursos necessários para superar vulnerabilidades, inclui os mais conhecidos, caracterizados pelo trabalho e o capital humano, e os menos familiares como a habitação e recursos intangíveis – por exemplo, as relações familiares e as redes que compõe o chamado capital social

(MOSER, 1998). Briggs (1998), trabalhando na mesma direção, traz um aspecto interessante de sua pesquisa ao mencionar que alguns dos suportes mais importantes para os sujeitos, aqueles nos quais confiamos, são emocionais e não materiais.

É fundamental destacar que os autores que citei acima fazem uso de uma perspectiva diferente dessa tese: a do capital social. É através dessa noção que eles entendem o benefício de pertencer a uma determinada rede social (NARAYAN, et al. 1999) delineando, por exemplo, as relações comunitárias como um recurso capaz de reduzir a vulnerabilidade e/ou aumentar oportunidades (MOSER, 1998). No entanto, como você leitor(a) pode acompanhar no trajeto de minha escrita, não cabe a esse trabalho (nem é o desejo dessa autora) fazer uso da perspectiva do capital social como operador de análise, muito menos como explicação para o que acontece entre os atores – pois sim, a produção do vínculo, como um objeto que também compõe o exercício da cidadania, poderia ser considerado (a luz do capital social) um bem imaterial que os usuários da Política poderiam ter acesso e fazer uso. Mas, então, essa tese seria outra. Ela seguiria um caminho que se apóia na perspectiva do estado das coisas, investigando se há ou não há vínculo e como (e o que) se pode fazer para obtê-lo.

Como espero ter ficado claro ao longo do texto, a aposta dessa escrita encontra-se na investigação do processo. É um processo bem específico que é o da performance do vínculo como objeto da PNAS que, como acompanhamos até aqui, tem efeitos na produção de subjetividade e, como veremos ao longo desse capítulo, no exercício da cidadania. Portanto, a menção a esses autores (que atuam com a noção de capital social) serve unicamente como possibilidade de visibilizar a importância e a ênfase dos recursos imateriais nas discussões relacionadas a superação da vulnerabilidade social e da condição de pobreza e, conseqüentemente, ao exercício da cidadania. Desse modo, na próxima sessão, seguirei pensando o exercício da cidadania discutindo a implicação da produção do vínculo em sua constituição.

7.2 Do vínculo à cidadania

Voltando ao cenário brasileiro, é com a implementação dos serviços socioassistenciais que o enfrentamento das situações consideradas de

vulnerabilidade e risco social é realizado. Essas duas condições, que de um modo ou de outro, perpassam a vida dos usuários da PNAS, estão ligadas à falta de acesso aos direitos sociais (como a serviços públicos que garantam educação, saúde, condições de moradia dignas) e a falta de recursos como saneamento básico, segurança, proteção social e vínculos fragilizados ou rompidos que impedem o exercício efetivo da cidadania. Nesse sentido, o acesso à proteção e aos direitos sociais se compõe tanto pelo acesso a objetos materiais como imateriais.

Se seguirmos pensando que a cidadania é também um objeto imaterial que se produz na interação de diferentes atores, podemos situá-la como um “algo mais” que emerge a partir das associações produzidas na rede de práticas da Assistência Social– pois não podemos esquecer que, assim como o vínculo, a cidadania só existe ao passo que é atuada, ou seja, porque há o desempenho de práticas que a efetivam. Essa direção nos permite recolocar a perspectiva de vínculo como um conector, um *plug-in*, como nos fala Latour (2012). Essa conexão, como vimos no capítulo 5, possibilita aos sujeitos usuários da Assistência Social acessar e ativar elementos à sua própria composição subjetiva, modificando determinado modo de agir ou, ainda, permitindo que certas capacidades sejam exercidas. Como acompanhamos no caso de Maria, essa composição subjetiva amplia o leque de atuação dos sujeitos frente a situações específicas que, no contexto da assistência, estão relacionadas à superação de vulnerabilidades e ao acesso a garantia de direitos sociais. Portanto, a performance de diferentes versões de vínculo atuam no exercício de práticas que performam a cidadania, pois se os vínculos (como conectores que circulam pelo espaço do CRAS) permitem aos sujeitos movimentações subjetivas eles também possibilitam que os mesmos se tornem ativos, modificando determinado modo de agir em direção ao exercício de sua própria cidadania, esteja esse exercício relacionado ao acesso à locais específicos para resolução de problemas de saúde, educação, habitação, emprego ou ligado à efetivação do convívio familiar e amparo social⁴¹.

Essa movimentação se materializa na possibilidade da performance dos vínculos se constituírem como uma conexão que permite mudanças na vida dos usuários da Política. No entanto, cabe interrogar se essas mudanças não estariam,

⁴¹ São direitos sociais, previstos na Constituição de 88: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

na maioria das vezes, a favor de transformações subjetivas que se adéquem a modos de vida considerados mais apropriados. Ou seja, a um modo de vida hegemônico, um modo de vida burguês. Nesse caso, seria mesmo a meta do fortalecimento de vínculos uma estratégia necessária para promoção do acesso aos direitos sociais? Não poderíamos pensar, por exemplo, que Maria poderia ter apenas sido atendida em sua demanda por uma nova moradia, sem um acompanhamento familiar? Essas são perguntas de um terreno arenoso que envolvem, entre outras questões, o questionamento da necessidade da Psicologia estar ou não presente em uma unidade como o CRAS – já que os psicólogo(a)s estariam frequentemente interessados em oferecer uma escuta e intervenções ligadas a mudanças relacionais e, portanto, um olhar atento a elementos da intimidade dos sujeitos. Mas não pretendo adentrar na pertinência ou não do lugar da Psicologia na Assistência Social, pois como mencionei no início da escrita, o modo como a Política se organiza convida a atuação de psicólogo(a)s e, nesse cenário, seu trabalho não é destituído de sentido.

Porém, embora esse seja um terreno arenoso, não posso me isentar de assumir um posicionamento em relação as perguntas que coloquei acima. Assim, um caminho possível para pensá-las seja afirmar que sim, a garantia de direitos sociais não precisa, necessariamente, ou melhor dizendo, não precisaria passar sempre por ações que visam o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Nossa Maria poderia ter sido apenas acolhida em relação a sua demanda pela casa (seu direito a moradia). Ao mesmo tempo, isso não significa que acompanhá-la em seu modo de viver, propondo intervenções que movimentaram suas relações familiares não tenha sido potente para ela e sua família. Isso porque, os elementos com os quais se conectou, ao frequentar os atendimentos e atividades do serviço, performaram uma versão de vínculo que produziu modificações que ampliaram sua disponibilidade a novas interações.

Desse modo, a produção de vínculos (para além do adjetivo familiar e comunitário) em circulação no espaço do CRAS pode ter como efeito mudanças potentes na vida dos sujeitos. Mas esse efeito (se bom ou ruim) não pode ser definido *a priori*. Nesse sentido, a atuação do vínculo como um conector tem a possibilidade de operar produzindo aberturas a novas experiências, experiências que possibilitem aos sujeitos o acesso a outras redes, outros elementos que os levem não há um determinado modo de vida já formatado, mas a outras

possibilidades de interações e atuações diversas. Quanto mais produção de vínculos mais conexões se estabelecem permitindo aos sujeitos maior liberdade de ação e possibilidades subjetivas que ampliam a capacidade de exercer práticas que produzam sua cidadania. Como nos mostra Latour (2012), assim como a marionete tem mais liberdade na medida em que possui mais cordões na interação com seu titereiro, a emancipação dos sujeitos se liga a multiplicidade de vínculos, não ao rompimento dos laços. Aqui é importante ressaltar que as conexões estabelecidas de modo algum são determinantes em relação a atuação dos sujeitos. Seu efeito diz respeito a um “fazer fazer” (LATOURE, 2012), ou seja, a possibilitar alguém a fazer alguma coisa – como circular pela cidade, acessar um serviço público, confiar na possibilidade de mudanças de determinado modo de viver, etc. Movimentações que ativam a capacidade dos sujeitos de exercerem práticas que os situem como cidadãos.

Mas, como mencionei a cima, isso só se torna possível na medida em que as práticas envolvidas na performance dos vínculos não tenham como horizonte aproximar os usuários à um modo de vida hegemônico, como se superar vulnerabilidades e ter acesso a garantia de direitos fosse sinônimo de adotar um modo de vida regido pela moralidade que constitui nosso viver como classe média – lembremos da situação que mencionei no capítulo 5, na qual se afirmou que fortalecer vínculos era algo importante para, entre outras coisas, ajudar uma mãe a ser “*menos barraqueira*”.

Portanto, a partir dessa configuração que amarra superação de vulnerabilidades sociais à produção de vínculos que, por sua vez, possibilitam modificações subjetivas nos sujeitos, proponho compreendermos o exercício da cidadania como produção de modos de vida. Produção de experiências que constituem sujeitos, pois o fato de ter ou não garantia de acesso a direitos previstos a todos os cidadãos, acesso a recursos (materiais ou imateriais) necessários a condições dignas de vida, enfim, de ser reconhecido, acolhido e respeitado pela comunidade a qual pertence define experiências de vida que produzem corpos, sentimentos e emoções muito diferentes.

Holston (2009), em uma escala macropolítica, nos mostra como a existência do que chama de uma cidadania diferenciada define tratamentos diferentes para diferentes categorias de cidadãos brasileiros, constituindo e sustentando determinados modos de viver – e, portanto, produzindo modos de vida. Esse regime

de cidadania, formulado pela elite do país, se encontra baseado nas diferenças sociais (ligadas à educação, gênero, raça, ocupação, etc.) gerando uma gradação de direitos na qual, em sua maioria, é apenas acessível a determinados sujeitos vindo a ser exercida como um privilégio de categorias sociais específicas,

a differentiated citizenship that uses these social qualifications to organize its political, civil, and social dimensions and to regulate its distribution of inequalities. The citizenship system thus created was universally inclusive in membership but massively inegalitarian in distribution⁴². (HOLSTON, 2009, p. 255).

Em contraponto a esse paradigma da cidadania diferenciada, o pesquisador aponta a emergência de uma cidadania insurgente que se manifesta no confronto a regimes de desigualdade, através de reivindicações dos moradores que vivem em periferias e lutam pela efetivação de seu direito a cidade e pelo direito de se ter direitos (HOLSTON, 2009). No entanto, diferente da perspectiva de Holston (2009), o que pretendo apontar, nessa discussão sobre o exercício da cidadania, não são os efeitos de sua construção como paradigma, mas, sim, a possibilidade de experiência que pode advir do seu exercício – o que direciona nosso olhar para uma análise micropolítica dos encontros possibilitando-nos a pensar sobre a produção de sujeitos.

Aqui é novamente com Vinciane Despret (2004) que encontramos um caminho interessante para abordamos essa questão. Ao fazer uso da teoria das emoções, do filósofo Willian James, a autora nos convida a pensar a experiência como produção de um local indeterminado, local que nos faz hesitar e que possibilita uma abertura ao inesperado. Nesse sentido, no cenário sobre o qual estamos nos movimentando, essa experiência de indeterminação nos permite uma alternativa ao enquadramento que nos direciona a olhar para as relações e práticas, no contexto das políticas públicas/sociais, centradas na lógica do governo da população, tal como discuti no capítulo 2.

Como nos explica a autora, para pensarmos esse local de indeterminação, é necessário levar em consideração o afeto entre os corpos, buscando superar o impulso em assumir uma postura dicotômica que tende a distribuir os fatos em uma lógica de causa e efeito – do que afeta, de um lado, e do que é afetado de outro.

⁴² Tradução livre: uma cidadania diferenciada que usa essas qualificações sociais para organizar suas dimensões políticas, civis e sociais e regular sua distribuição de desigualdades. O sistema de cidadania assim criado era universalmente inclusivo na sociedade, mas massivamente desigual na distribuição.

Should we speak of seduced visions or of seductive objects? [...] do we laugh because the joke is funny or is it funny because we are laughing? Are we terrified or are we making the world terrifying? Is the landscape that makes me sad or is it my sadness that is imprinted on the landscape?⁴³ (DESPRET, p. 207, 2004b).

Ao abandonarmos a perspectiva das dicotomias a experiência emocional deixa de ser compreendida como algo que deve ser situada no interior ou no exterior, sendo assumida, ao invés disso, em sua ambiguidade: nós produzimos emoção, ao mesmo tempo em que ela nos produz (DESPRET, 2004). Se tratam de experiências que possibilitam a co-produção de todos os atores envolvidos, “*an experience by which both the body and what affects it produce each other*⁴⁴” (DESPRET, p.127, 2004). Assim, se partirmos do pressuposto de que o exercício da cidadania produz experiências que constituem os sujeitos nela envolvidos, podemos, então, parafraseando a autora, compreender que tanto produzimos a cidadania como somos produzidos por ela.

Em meio ao campo de estudos sobre o tema da cidadania, Ho (2009) também aponta para a produção da cidadania através das emoções. Nesse sentido, a autora chama atenção para a necessidade de considerar seus efeitos junto a dimensão político-legal e sociocultural que, tradicionalmente, são abordadas nas discussões sobre o tema. Ou seja, aponta para a necessidade de investigações que considerem que “*emotional subjectivities (the emotional negotiations of citizenship experience) are important in analyses of citizenship*⁴⁵”, pois é justamente através das emoções que os sujeitos envolvem-se entre si e com os eventos que encontram pelo mundo.

Desse modo, se a cidadania é um objeto imaterial que também pode emergir da rede de práticas da Assistência Social, oferecendo aos sujeitos determinadas experiências que implicam a produção de emoções, sujeitos e, assim, modos de vida, não podemos mais caracterizá-la como algo que bastaria localizar, apontar e “buscar” em um lugar específico para obtê-la. É claro que ao acessar um serviço de saúde, um CRAS, uma legislação, enfim, espaços que garantem direitos sociais,

⁴³ Tradução livre: “Devemos falar de visões sedutoras ou de objetos sedutores? [...] nós rimos porque a piada é engraçada ou é engraçado porque estamos rindo? Estamos aterrorizados ou estamos fazendo o mundo terrível? É a paisagem que me deixa triste ou é a minha tristeza que está marcado na paisagem?”.

⁴⁴ Tradução livre: “uma experiência através da qual tanto o corpo quanto o que o afeta mutuamente se produzem”.

⁴⁵ Tradução livre: “subjetividades emocionais (as negociações emocionais da experiência de cidadania) são importantes nas análises da cidadania”.

iremos encontrar elementos que produzem cidadania. Mas ela não se restringe a um serviço, a um direito ou a sua dimensão político-legal. Ela está, sobretudo, no entre, em seu exercício que se compõe na ação que permite a interação dos atores. Portanto, ela é esse “algo mais” que emerge entre o sujeito que acessa o serviço e o serviço que é acessado por ele; entre o sujeito e seu acesso à Política; entre o usuário e o uso que faz do vale-transporte urbano e, assim por diante. Uma experiência que nos constitui e que, como nos fala Despret (2004), nos possibilita sentir tornando o mundo disponível a nós mesmos na medida em que também estamos disponíveis a ele.

8 MOVIMENTO DE FINALIZAÇÃO

Quando ainda dava os primeiros passos em direção a materialização de um projeto de pesquisa, que fosse suficientemente interessante para um investimento de quatro anos, eu, certamente, não imaginava que caminhos ele me levaria a percorrer. E essa tese, tal como ela se apresenta, não estava nos planos daquele projeto, pois como mostrei no decorrer da escrita, eu era uma pesquisadora de filiação foucaultiana, ao passo que essa tese se constituiu como uma tentativa política de pensar outro caminho investigativo (diferente dos estudos foucaultianos) ao campo das pesquisas em políticas públicas/sociais.

Essa talvez tenha sido a contribuição mais relevante desse percurso de pesquisa, pois todas as análises decorrentes dele só foram possíveis pela aposta em uma mudança teórico-metodológica que resultou do meu encontro com as proposições dos Estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade e da Teoria Ator-Rede, especialmente pela leitura de Annemarie Mol (2002, 2008) e Bruno Latour (2012).

Trilhar esse caminho foi fundamental para compreender o vínculo não como um mero laço ou associação entre os sujeitos (e entre coisas e sujeitos), mas como um objeto imaterial que só ganha existência no mundo ou, nesse caso, na Política de Assistência Social, porque constantemente sustentamos e cultivamos redes de práticas que o produzem. Ou seja, ele só existe, como objeto da Política, porque diferentes atores atuam incessantemente para sua fabricação. Portanto, foi rastreando os efeitos da atuação dos atores (humanos e não humanos) que se tornou possível acompanhar o processo de produção do vínculo na Política de Assistência Social ou, fazendo uso da expressão utilizada por Latour (2001), abrir sua “caixa preta”.

Esse procedimento, ao contrário do que poderíamos pensar em um primeiro momento, colocou em visibilidade o vínculo não como um objeto único, mas múltiplo, posto que diferentes lugares (como o documento da Política ou um serviço do SUAS) e diferentes redes de práticas (como as advindas do campo de conhecimento da Psicologia) compõem distintas versões de vínculo – versões que implicam diferentes modos de intervenção que co-existem no cotidiano de trabalho na proteção social.

A aposta nessa política investigativa também abriu a possibilidade de discutir o vínculo como um subjetivador (LATOURE, 2012), abordando o tema da subjetividade sob o viés das conexões que tornam possível ao sujeito acessar elementos que os constituem, modificando e permitindo que novos modos de agir e novas capacidades possam ser exercidas. Permitiu, ainda, dar maior visibilidade para a atuação e o efeito das interações dos não humanos na rede de práticas socioassistenciais, bem como, situar o exercício da cidadania implicado na produção de modos de vida.

Esses foram pontos de uma intrincada rede de práticas em relação a qual escolhi realizar minhas análises. Pontos sobre os quais busquei me debruçar “como uma formiga, carregando seu pesado equipamento” (LATOURE, 2012, p. 47) na árdua tarefa de, por um lado, descrever as conexões entre os atores que constituem as redes heterogêneas que performam o vínculo e, por outro, pensar suas implicações e efeitos no trabalho desenvolvido na proteção social.

Esse último ponto é essencial para compreendermos o investimento no percurso dessa escrita, pois foi com o desejo de fomentar o exercício ético de pensarmos sobre o que realmente queremos para o coletivo com o qual trabalhamos que essa tese nasceu. Portanto, ela nada mais é do que uma provocação, uma janela que (não sem esforço) tenta abrir brechas para que possamos olhar para as práticas desse campo, por vezes, tão minado que é a Assistência Social, de modo a ver mais possibilidades do que impossibilidades ao trabalho cotidiano. Isso implica conhecermos e compreendermos muito mais como as coisas funcionam e são produzidas, do que buscar interrogar os porquês; pensar muito mais sobre os efeitos das práticas, ao invés de lançar julgamentos ou prescrever “receitas”. E implica, sobretudo, avançar na crítica que ressalta a condução das condutas como chave analítica de investigações das políticas públicas e sociais. E uma maneira de seguirmos essas proposições é interrogando o que determinadas conexões e interações são capazes de nos “fazer fazer” nesse campo. Enfim, essa tese é uma aposta no exercício da micropolítica e na busca por manter em nossos horizontes práticas que instigam o pensamento e os pequenos movimentos na vida cotidiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZAMBUJA, Marcos A. de. **Da alma para o corpo e do corpo para o cérebro: os rumos da psicologia com as neurociências**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2012.

BARROS, João P. P. Biopolítica e Educação: relações a partir das discursividades sobre saúde na escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.38, n.1, p. 361-381, 2013.

BASSANI, Fernanda. **Visita íntima: o gerenciamento da sexualidade nas prisões do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BEALL, Jo. Surviving in the City: livelihoods and linkages of the urban poor. In: DEVAS, Nick (Org.). **Urban governance, voice and poverty in the developing world**. Routledge, 2004.

BERNARDES, Anita G. **Políticas da existência no campo da saúde: o público como um dispositivo**. 2006. 135 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BERNARDES, Anita G. **Saúde indígena e políticas públicas: alteridade e estado de exceção**. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.15, n.36, 153-164, 2011.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei 8.742/1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Disponível em: <http://www.ceas.pr.gov.br/arquivos/File/Lei_Organica_da_Assistencia_Social.pdf>. Acesso em 25 de agosto de 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília/DF, 2006.

BRASIL. **Orientações Técnicas sobre o PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF**. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Vol.1. 1 ed. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. Diário Oficial da União, 2012^a.

BRASIL. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Vol.2. 1 ed. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. Diário Oficial da União, 2012b.

BRASIL. **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculo**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Básica, 2013.

BRIGGS, Xavier de Souza. Brown kids in white suburbs: Housing mobility and the many faces of social capital. **Housing Policy Debate**, v.9, n.1, 177-221, 1998.

BOWLBY, John. **Apego e perda**: apego – a natureza do vínculo. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BUJES, Maria I. E. Infância e risco. **Educação & Realidade**, v.35, n.3, 157-174, 2010.

CARDOSO JUNIOR, J. C.; JACCOUD, L. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, p. 181-260. Disponível em: http://twileshare.com/uploads/pol_ticas_sociais_no_brasil1.pdf . Acesso em: fevereiro, 2013.

CAVAGNOLI, Karen C. **Política de Assistência Social: a garantia de direitos e a produção da vida**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

COUTO, Berenice R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? 2.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

COUTO, Berenice R. O Sistema Único da Assistência Social – SUAS: na consolidação da Assistência social enquanto política pública. **Políticas Públicas e Assistência Social: diálogos com as práticas psicológicas**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009, p. 41-55.

CRUZ, Lílian R. da; HILLESHEIM, Betina; GUARESCHI, Neuza M. de F. Infância e Políticas Públicas: Um Olhar sobre as Práticas Psi. **Psicologia & Sociedade**, v.17, n.3, 42-49, 2005.

CRUZ, Lílian R. da; GUARESCHI, Neuza M. de F. A constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In: CRUZ, Lílian R. da; GUARESCHI, Neuza Maria de F. (Org.). **Políticas públicas e assistência social: diálogos com as práticas psicológicas**. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 13-40.

DAGNINO, Evelina. Dimensions of Citizenship in Contemporary Brazil. **Fordham Law Review**, v.75, n.5, 2469-2482, 2007.

DELANDA, Manoel. **A New Philosophy of Society**. Bloomsbury: London, New Delhi, New York, Sidney, 2006.

DESPRET, Vinciane. The Body We Care For: Figures of Anthro-zoo-genesis. **Body & Society**, v. 10, n.2-3, p. 111-134, 2004.

DESPRET, Vinciane. **Our emotional makeup**: ethnopsychology and selfhood. New York: Other Press, 2004b.

DESPRET, Vinciane. Leitura etnopsicológica do segredo. **Fractal: Revista de Psicologia**, v.23, n.1, p. 5-28, 2011.

DIEHL, Diego, A.; ROSA, Greicy; MAZURA, Vitor A. **Direito à Cidade: mobilidade urbana e tarifa zero**. Página do Núcleo de Estudos e Práticas Emancipatórias da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: NEPE, 2012. Disponível em: < <http://www.nepe.ufsc.br/control/artigos/artigo97> >. Acesso em: maio, 2017.

DIMENSTEIN, Magda. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. **Estudos de Psicologia**, v.5, n.1, p. 95-121, 2000.

DUARTE, Lélia P. Arte & manhas da ironia e do humor. In: **Ironia e humor na literatura**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas; São Paulo: Alameda, 2006, p.17-50.

ECKER, Daniel D. **A educação e a Política Nacional de Assistência Social: uma análise sobre o direito à educação no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

ECKERT, Julia. Introduction: subjects of citizenship. **Citizenship Studies**, v.15, n.3-4, 309-317, 2011.

FERREIRA, Arthur A. L. Para além dos fundamentalismos epistemológicos: O encontro de Michel Foucault e Bruno Latour na construção diferencial de um mundo comum. Dossiê Foucault, **Revista Aulas**, v.1, n.3, 2007.

FOSSI, Luciana B. **Os doze passos do governo das vidas nas comunidades terapêuticas**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Forense-Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. O que é a crítica? [Crítica e Aufklärung]. Relatório da sessão de 27 de maio de 1978. In F. L. Britto, **Crítica e modernidade em Foucault**: uma tradução de “*Qu’estce que la critique? [Critique et Aufklärung]*”, de Michel Foucault (35-63). Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FOUCAULT, Michel. Aula de 1 de fevereiro de 1978. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p.117-153.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Vozes, 2010.

GARDNER, John. et al. Patchwork diagnoses: The production of coherence, uncertainty, and manageable Bodies. **Social Science & Medicine**, v.73, n.6, 843-850, 2011.

GAVENTA, John. Exploring citizenship, participation and accountability. **IDS bulletin**, v.33, n.2, 1-14, 2002.

GOIRAND, Camille. Citizenship and Poverty in Brazil. **Latin American Perspectives**, v.30, n.2, 226-248, 2003.

GONZALES, Zuleika K. **Protagonismo: formas de governo da população juvenil**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GUARESCHI, Neuza M. de F.; LARA, Lutiane de; ADEGAS, Marcos A. Políticas públicas entre o sujeito de direitos e o homo oeconomicus. **Psico**, v.41, n.3, 332-339, 2010.

HADLER, Oriana. **Nas trilhas de João e Maria: a produção do sujeito jovem entre práticas de institucionalização, políticas públicas e formas de governo** Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013

HARLOW, Harry F.; ZIMMERMANN, Robert. Affectional Responses in the infant monkey. **Science**, v.130, n.3373, 421-422, 1959.

HELLER, Patrick; EVANS, Peter. Taking Tilly south: durable inequalities, democratic contestation, and citizenship in the Southern Metropolis. **Theory and Society**, v.39, n.3, 433-450, 2010.

HILLESHEIM, Betina; BERNARDES, Anita G. Políticas de inclusão: a arte de governar a partir da liberdade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.20, n.1, 129-137, 2015.

HO, Elaine Lynn-Ee. Constituting Citizenship through the Emotions: Singaporean Transmigrants in London. **Annals of the Association of American Geographers**, v.99, n.4, 788-804, 2009.

HOLSTON, James. Insurgent Citizenship in an Era of Global Urban Peripheries. **City & Society**, v.21, n.2, 245-267, 2009.

HÜNING, Simone M. **O sujeito biotecnológico na viagem pelo reino das batatas transgênicas, porquinhos fosforescentes e almas codificadas**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ISIN, Engin F; TURNER, Brian. S. Investigating citizenship: an agenda for citizenship studies. **Citizenship studies**, v.11, n.1, 5-17, 2007.

JASANOFF, Sheila. The idiom of co-production. In: JASANOFF, Sheila (Org.) **States of Knowledge: the co-production of science and social order**. Routledge: London and New York, 2004.

KREHER, Rodrigo. **Ou caminha com Deus, ou dança com o diabo: igrejas neopentecostais e governo da juventude pobre**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.B. Relação de Objeto. In J. Laplanche e J. B. Pontalis. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins fontes, 1998, p.443-447

LARA, Lutiane de. **Participação comunitária e processos de privatização: imunização, direito e vida**. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LASTA, Letícia; HILLESHEIM, Betina. Políticas de inclusão escolar: produção da anormalidade. **Psicologia & Sociedade**, v.26, (n. spe.), 140-149, 2014.

LASTA, Letícia. **Políticas de Assistência Social no Brasil: O Governo da vida pela proteção e inclusão social**. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LATOUR, Bruno. Um coletivo de humanos e não-humanos: No labirinto de Dédalo. **Esperança de Pandora**. São Paulo: EDUSC, 2001, p. 201 -246.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. Rio de Janeiro: Ed.34, 2009.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria Ator-Rede**. Salvador: EDUSC, 2012.

LAZAR, Sian; NUIJTEN, Monique. Citizenship, the self, and political agency. **Critique of anthropology**, v.33, n.1, 3-7, 2013.

LAW, John. **Actor Network Theory and Material Semiotics**, version of 25th, April, 2007. Disponível em: <
<http://www.heterogeneities.net/publications/Law2007ANTandMaterialSemiotics.pdf> >.
Acesso em: junho 2016.

LAW, John; SINGLETON, Vicky. ANT, multiplicity and policy. **Critical Policy Studies**, v.8, n.4, 379-396, 2014.

LEMKE, Thomas. New materialisms: Foucault and the 'government of things'. **Theory, Culture & Society**, v.32, n.4, 1-23, 2014.

LEMOS, Flávia; ALMEIDA, Leila C.; SILVA, Ellen A. da. O UNICEF e a governamentalidade neoliberal. **Mnemosine**, v.8, n.2, 184-202, 2012.

LEMOS, Flávia, SCHEINVAR, Estela; NASCIMENTO, Maria L. do. Uma análise do acontecimento "crianças e jovens em risco". **Psicologia & Sociedade**, v.26, n.1, 158-164, 2014.

LOCKMANN, Kamila. Práticas de assistência à infância no Brasil: uma abordagem histórica. **Revista Linhas**, v.14, n.26, 76 -111, 2013.

LOPES, Maura C. Políticas de Inclusão e Governamentalidade. **Educação & realidade**, v.34, n.2, 153-169, 2009.

LORENZ, Konrad. Estampagem. In: **Os fundamentos da etologia**. São Paulo: UNESP, p. 357-365, 1993.

MACEDO, João P.; DIMENSTAIN, Magda. Psicologia e a Produção do Cuidado no Campo do Bem-Estar Social. **Psicologia & Sociedade**, v.21, n.3, 293-300, 2009.

MESTRINER, Maria L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MEYER, Dagmar E., et al. Políticas públicas: imperativos e promessas de inclusão social. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, v.22, n.85, 1001-1026, 2014.

MOL, Annemarie. **The body multiple**: ontology in medical practice. Durham and London: Duke University Press, 2002.

MOL, Annemarie. Política ontológica. Algumas idéias e várias perguntas. In J. A. Nunes e R. Roque (Orgs.). **Objectos impuros**. Experiências em estudos sociais da ciência. Porto: Edições Afrontamento. Recuperado em 10 maio, 2015, de <http://dare.uva.nl/document/174542>, 2008a.

MOL, Annemarie. **The logic of care**: Health and the problem of patient choice. Routledge, 2008b.

MORAES, Márcia O.; ARENDT, Ronald J. J. Contribuições das investigações de annemarie mol para a psicologia social. **Psicologia em Estudo**, v.18, n.2, p. 313-321, 2013.

MORENO, Jacob L. A sociometria e a patologia do grupo. In J. L. Moreno. **Psicoterapia de grupo e psicodrama: introdução à teoria e à práxis**. São Paulo: Mestre Jou, 1974, p. 39-70

MORENO, Jacob L. The role concept, a bridge between psychiatry and sociology. **American Journal of Psychiatry**, v.118, n.6, 518-523, 1961.

MOTTA, R. F. e Scarparo, H. B. K. A Psicologia na Assistência Social: transitar, travessia. **Psicologia & Sociedade**, v.25, n.1, 230-239, 2013.

MOSER, Caroline O. N. The Asset Vulnerability Framework: Reassessing Urban Poverty Reduction Strategies. **World Development**, v.26, n.1, 1-19, 1998.

NARAYAN, Deepa, et al. Voices of the Poor (Vol. 1). **Can Anyone Hear Us? Voices from 47 Countries**. Poverty Group, PREM. World Bank Publications, 1999.

NASCIMENTO, Maria L. do. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. **Psicologia & Sociedade**, v.24, 39-44, 2012.

NASCIMENTO, Maria L. (Org.). **Pivetes: a produção de infâncias desiguais**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002.

NUNES, Karla G. **De loucos perigosos a usuários cidadãos: sobre a produção de sujeitos no contexto das políticas públicas de saúde mental**. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

OLIVEIRA, Clever M. C.; HECKERT, Ana L. C. Os Centros de Referência de Assistência Social e as artes de governar. **Fractal: Revista de Psicologia**, v.25, n.1, 145-160, 2013.

PICHÓN-RIVIERE, Enrique. **Teoria do Vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PAUGAM, Serge. Protección y reconocimiento. Por una sociología de los vínculos sociales, **Papeles del CEIC**, v.2, n.82, 1-19, 2012.

RIVERO, Nelson E. E. **Formação em psicologia e governamentalidade**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RIZINNI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

REIS, Carolina dos. **(Falência familiar) + (Uso de drogas) = risco e periculosidade: a naturalização jurídica e psicológica de jovens com medida de internação compulsória**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RODRIGUES, Luciana. **Na cena jornalística, os serviços de acolhimento e a adoção: incitamentos à vontade de família**. Dissertação (Mestrado em psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RODRIGUES, Luciana; CRUZ, Lílian R. da e GUARESCHI, Neuza M. de F. A centralidade do vínculo familiar e comunitário nas políticas públicas de assistência

social. In: CRUZ, Lílian R. da; RODRIGUES, Luciana e GUARESCHI, Neuza M. de F. (orgs.). **Interloquções entre a psicologia e a Política Nacional de Assistência Social**. EDUNISC: Santa Cruz do Sul, 2013, p. 11-22.

RODRIGUES, Luciana e HENNIGEN, Inês. Na cena jornalística: incitamentos à vontade de família. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v.15, n.2, 465-483, 2015.

ROSE, Nikolas. **Governing the soul: the shaping of the private self**. Free Association Books: London, 1999.

SAVRANSKY, Martin. Of recalcitrant subjects. **Culture, Theory and Critique**, v.55, n.1, 96-113, 2014.

SCISLESKI, Andrea; CAETANO, Carla L. C.; COGOY, Camila M. In: CRUZ, Lílian R. da; RODRIGUES, Luciana; GUARESCHI, Neuza M. de F. **Interloquções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2013, p. 92-102.

SCISLESKI, Andrea. **Governando vidas matáveis: as relações entre a saúde e a justiça dirigidas a jovens em conflito com lei**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SCISLESKI, Andréa C. C.; GONÇALVES, Hebe S.; CRUZ., Lilian R. da. As práticas da Psicologia nas políticas públicas de assistência social, segurança pública e juventude. **Revista de Ciências HUMANAS**, Florianópolis, v.49, n.2, 60-74, 2015.

SENRA, Carmem M. G. e GUZZO, Raquel S. L. Assistência Social e Psicologia: sobre as Tensões e Conflitos do Psicólogo no Cotidiano do Serviço Público. **Psicologia & Sociedade**, v.24, n.2, 293-299, 2012.

SILVA, Wanderson V. N. da; HÜNING, Simone M. Políticas públicas e o governo da vida e da morte nas ruas das cidades. In: CRUZ, Lílian R. da; RODRIGUES, Luciana; GUARESCHI, Neuza M. de F. **Interloquções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2013, p.249-263.

SPOSATI, Aldaíza. **A Assistência social no Brasil (1983-1990)**. São Paulo: Cortez, 1991.

SPOSATI, Aldaíza, et al. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras**. São Paulo: Cortez, 1995.

STENGERS, Isabelle. As ciências e seus interpretes. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 11-29.

STRENZEL, Janaina C. **A prática da adoção e a produção dos modos de ser adotante e adotado**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TABORDA, Jeferson C. e BERNARDES, Anita G.. “Por que é importante identificar corretamente estas famílias?”: uma análise sobre o guia de cadastramento de famílias indígenas. In: CRUZ, Lílian R. da; RODRIGUES, Luciana; GUARESCHI, Neuza M. de F. **Interloquções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2013, p. 78-91.

TIRADO, Francisco; BARELIOLA, Enrique; GIORDANI Tiago; TORREJÓN, Pedro Subjetividad y subjetivadores em las tecnologías de bioseguridad de la Unión Europea, **Polis e Psique**, v.4, n.3, 23-50, 2014.

VASCONCELOS, Michele de F. F. de; SEFFNER, Fernando. A pedagogia das políticas públicas de saúde. **Cadernos Pagu**, n.44, 261-297, 2015.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governamentalidade e educação. **Revista Colombiana de Educación**, n. 65, 19-42, 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo. Ecopolítica: um novo horizonte para a biopolítica. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Dossiê Educação Ambiental, v.31, n.2, 31-49, 2014.

VIANNA, Priscila C.; NEVES, Claudia E. A. B. Dispositivos de repressão e varejo do tráfico de drogas: reflexões acerca do Racismo de Estado. **Estudos de Psicologia**, v.16, n.1, 31-38, 2011.

VICEDO, Marga. **The Nature and nurture of love**: from imprinting to attachment in Cold War America. Chicago and London: The University Chicago Press, 2013.

Anexo

PLANO DE ACOMPANHAMENTO FAMILIAR/INDIVIDUAL

Data:

Responsável Familiar:

Profissionais responsáveis:

Demanda/ Vulnerabilidade:

Potencialidades:

Ações Propostas:

Sistematicidade:

	Semanal	Quinzenal	Mensal	Bimestral	Local
Atendimento Individual					
Atendimento Familiar					
Participação em Grupo					
Visita domiciliar					
Articulação em rede					

1. Este plano será elaborado a partir das informações do Prontuário SUAS